

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 859  
7 de Junho de 1990  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



## Festas-convívio com Álvaro Cunhal

Duas festas-convívio no Castelo de S. Jorge e na Cova da Piedade, com a presença de *Álvaro Cunhal*, abriram uma vasta campanha de esclarecimento do PCP no actual momento político

Pág. 2/Semana

## COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA

- **Governo PSD/Cavaco Silva em frenética demagogia eleitoralista**
- **Derrota da proposta de lei eleitoral do PSD terá relevante significado**
- **PCP reclama debate sobre as questões da integração europeia**
- **A preparação de uma alternativa democrática é uma premente necessidade nacional**

Pág. 1/Semana

Avante!

Sai  
na  
terça-feira

Em razão dos feriados da próxima semana, o nosso jornal vê-se na necessidade de sair mais cedo. Assim, o próximo número do «Avante!» chegará aos nossos leitores na terça-feira, dia 12 de Junho.

## CIMEIRA URSS-EUA Passo importante no longo e difícil caminho da Paz

Pág. 12/Semana

A Festa  
é já  
em Setembro...

XIV  
Festa  
Avante!

Campanha dos 150 mil contos

## Têm a palavra as organizações do Partido

Pág. 8/Em Foco

## Em Foco

Avante!  
Ano 60 - Série VII  
N.º 859  
7 de Junho de 1990  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

## IV Encontro Nacional do movimento ZLAN

apela às populações e às organizações cívicas para que, em conjunto, ajudem a construir um País, uma Europa, um Mundo, seguros, abertos, fraternos e dignos da herança que, com tantos sacrifícios, nos foi deixada pelas gerações precedentes.

A Universidade da Beira Interior, na cidade de Covilhã, acolheu o IV Encontro Nacional do movimento ZLAN, que registou a presença de dezenas de Municipais, para além de convidados. O símbolo confederado da ponte branca presidiu o seu carimbo.

## A demagogia cavaquista e a realidade nacional

**N**ão é uma qualquer corrida contra o tempo mas contra a acentuada deterioração da sua imagem política e da base eleitoral do seu partido o que faz presentemente acelerar a marchas forçadas Cavaco Silva nas suas desesperadas deambulações eleitoralistas pelo País.

As operações de «charme» a que se obrigam por vezes e por razões eleitoralistas certos dirigentes políticos cuja imagem pública está notoriamente degradada, cobre-os, sem disso se darem conta, de ridículo, quando não mesmo em alguns casos de refinada hipocrisia política. Neles as operações de «charme» são verdadeiros actos contra-natura, de desdobramento da personalidade.

O Primeiro-Ministro português está visivelmente numa dessas.

O senhor absoluto do PSD, de quem é conhecida a falta de comunicabilidade mesmo em «banhos de multidão», encomendado está agora numa febricitante correria eleitoral a um ano de prazo para tentar assegurar-se de novo da maioria absoluta da Assembleia da República, politicamente periclitante nos tempos actuais.

Preocupado com a sensível quebra de popularidade do seu governo e com a carga de incertezas da sua política, Cavaco vive actualmente possuído do temor de uma derrota eleitoral que remeta o seu partido, como indicam todas as sondagens, para uma posição parlamentar minoritária, com a perda consequente das alavancas do governo nas legislativas de 91 indispensáveis para dar continuidade aos planos da contra-revolução, seu objectivo estratégico fundamental.

«As nossas eleições - disse ele na festa de aniversário do PSD no Porto neste fim de semana - são as legislativas. As outras são apenas as presidenciais.»

Esta ordem de prioridades é significativa em todo o caso estas últimas - as presidenciais - não as perde de vista. Cavaco desenvolveu com grande antecipação toda uma manobra de colagem ao actual Presidente da República para o caso de se recandidatar a novo mandato. Trata-se visivelmente de uma operação de objectivos perversos.

O que pretende Cavaco Silva, qual o móbil da sua colagem a Mário Soares?

Quererá não perder o comboio para o caso de uma possível reeleição do actual Presidente?

Ou quererá comprometê-lo aos olhos da esquerda como tácito candidato da direita e desta forma preparar-lhe a derrota e passar-lhe uma rasteira à última hora apresentando outra candidatura de um Freitas do Amaral qual-quer?

As duas hipóteses não são de excluir.

**É** entretanto necessário não perder de vista que a demagogia eleitoralista do cavaquismo governante não se alimenta exclusivamente fundamentalmente da manipulação propagandística de uma comunicação social estatuizada de grande audiência ou das simples operações de «corta-a-fita», com todo o peso subjectivo que exercem de facto nas opções de voto dos cidadãos eleitores menos prevenidos.

É-se mesmo levado a pensar que o retardamento das previstas concessões de televisão privada obedece a Inconfessados pressupostos. É que, apesar dos poderosos interesses financeiros dos candidatos à TV privada, o seu imprevisível posicionamento político seria sempre um perigo potencial para o cavaquismo governante numa pugna eleitoral decisiva como pode ser a das legislativas de 1991.

Não são, porém, estes os meios que mais decidem dos resultados eleitorais na óptica do cavaquismo.

O que fundamentalmente alimenta desde já a campanha eleitoral de Cavaco, o principal suporte da sua demagogia eleitoralista - é constituído pela base material que lhe é proporcionada pelo domínio do aparelho de Estado e pelos recursos do erário público - uma estrutura administrativa que cobre todo o território nacional e os recursos financeiros de um «saco azul» incontrolável pela opinião pública e pela oposição democrática, que dispõe ainda de uma fonte suplementar de importantes suprimentos externos manejados pelo Governo segundo os seus interesses eleitorais e de grupo - os Fundos de apoio da CEE, roídos em alguns casos, como se sabe, por volumosos desvios fraudulentos a favor dos «compadres» do Poder como é o caso, por exemplo, de importantes verbas do Fundo Social Europeu, desviados em operações fraudulentas de milhões de contos dos fins para que foram concedidos.

**U**ma particularidade desta «pré-pré-campanha» eleitoral do Primeiro-Ministro é a de ter de desenvolver-se entre factores de pressão contraditórios, difíceis de conciliar entre si.

As exigências do melhoramento da sua deteriorada imagem política - que o impelem a uma complicada manobra de demagogia eleitoralista e a difíceis operações de cosmética - coincidem no tempo com medidas institucionais, económicas, sociais e políticas, vinculadas ao processo contra-revolucionário de reconstituição do capitalismo monopolista, objectivamente antipopulares e antinacionais que nos planos de Cavaco têm o seu «timing».

No contorcionismo de uma despidorada acrobacia política, Cavaco Silva e a sua gente burlam a verdade dos factos, doiram as situações mais sombrias, tentam roubar à oposição democrática e às organizações sociais dos trabalhadores o trunfo político de iniciativas e reivindicações profundamente elaboradas e sentidas.

Os exemplos de demagogia, de burla política, de recusa a atender reivindicações de incontestável justeza e de satisfação possível são abundantes e falam por si.

**A**lguns deles são significativos e instrutivos.

Ainda há dias Cavaco anunciou, como se tivesse descoberto a pólvora, a concessão do 14º mês aos reformados e pensionistas e do aumento para 20 contos das pensões mínimas. Fê-lo pelos «écrans» da televisão como dádivas de um grande «benemérito» dos trabalhadores de menores recursos.

Entretanto, silenciou o facto de esta ser uma antiga e persistente reivindicação das organizações de reformados e pensionistas, do movimento sindical unitário, do PCP e doutros partidos e organizações sociais.

Silenciou o facto de o governo e o PSD terem impedido o agendamento pela AR em Outubro do ano passado de um projecto-de-lei do PCP cujo móbil obedecia a outros pressupostos.

O governo espantou o país e a própria AR quando apresentou agora um projecto-de-lei suspendendo a actualização das remunerações dos titulares de cargos políticos, iludindo o escândalo de ter sido o governo e o PSD os que os impuseram logo ao dia seguinte das eleições autárquicas do ano transacto, contra o voto unânime de todos os restantes partidos da oposição.

Cavaco Silva nas habituais loas à bondade da sua política social e aos motivos de atracção do investimento estrangeiro, que alarga como mancha de azeite o seu domínio da economia nacional, proclamava o desaparecimento da chaga dos salários em atraso, da quase desparição do desemprego e outras benesses.

Entretanto, os próprios dados oficiais o desmentem. O número de salários em atraso diminuiu de facto mas está de novo em acréscimo em particular no distrito de Aveiro - onde até há pouco não existiam - e outros distritos do Norte do País. Diminuíram, além disso, porque um grande número de empresas com salários em atraso faliram ou encerraram as suas portas e desapareceram definitivamente da produção e do mercado do trabalho.

Cavaco passa isto em silêncio como o faz em relação ao desemprego e à sua camuflagem

# Resumo

**30**  
Quarta-feira

Realiza-se um debate entre organizações de juventude e o Governo sobre o serviço militar obrigatório ■ O novo presidente da Federação soviética da Rússia, Boris Eltsin, anuncia durante uma entrevista à televisão soviética que uma das suas primeiras prioridades era alcançar a «soberania da Rússia, no sentido mais lato da palavra»; entretanto Alexander Iakovlev, secretário do CC do PCUS, propõe uma nova constituição para a URSS que permita a cada república definir as suas relações com o governo central ■ A justiça francesa autoriza o antigo ditador haitiano Jean-Claude Duvalier a ficar na posse dos bens que se apropriou quando esteve no poder.

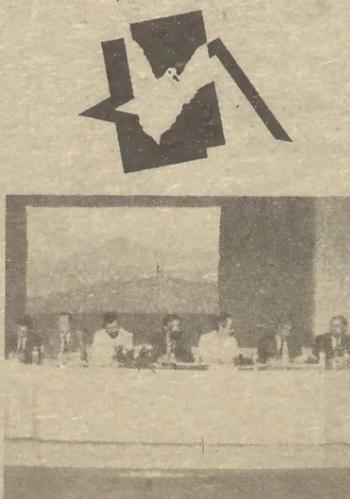
**31**  
Quinta-feira

Os trabalhadores da Petroquímica do Barreiro cumprem uma greve de quatro horas no início de cada turno; também na Sorefame se regista uma paralisação parcial que teve cerca de 75 por cento de adesões ■ A Intervenção Democrática apresenta um projecto de lei em que defende a criação de uma Provedoria dos Deficientes ■ O Governo aprova uma proposta de lei de criação do Conselho Económico e Social, decorrente da última revisão constitucional ■ A Comissão Europeia insta o governo francês a rever imediatamente a decisão de proibir a importação de carne de vaca da Grã-Bretanha ■ Começa em Washington a 17.ª cimeira soviético-norte-americana ■ O presidente gabonês Omar Bongo e o dirigente do Partido Gabonês do Progresso, Pierre-Louis Agondjo, dirigente do Partido Gabonês do Progresso, Pierre-Louis Agondjo, iniciam uma série de encontros com vista à pacificação do país.

**1**  
Sexta-feira

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participa num convívio realizado no Castelo de S. Jorge ■ Comemora-se em todo o País o Dia Mundial da Criança, tendo os alunos de uma escola de Loures aproveitado a data para se concentrarem junto ao Ministério da Educação reclamando que a educação é um direito ■ Os trabalhadores da EDP efectuam uma greve parcial de quatro horas contra o desmembramento e privatização da empresa ■ Inicia-se em Tróia o Congresso dos Trabalhadores Social-Democratas ■ Prossegue, pelo décimo dia consecutivo a paralisação do Porto de Setúbal, sem que as partes em litígio vislumbrem o fim do conflito ■ Começam as Festas de Lisboa que se prolongarão até ao final do mês ■ Há dezasseis anos que entrou em vigor o salário mínimo nacional ■ É anunciada a criação de um partido comunista na Costa do Marfim.

**2**  
Sábado



Os municípios do Movimento Zonas Livres de Armas Nucleares estão reunidos desde ontem na Covilhã no seu IV Encontro Nacional ■ O presidente da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes acusa o Governo de estar de costas voltadas para os problemas deste grupo da população já que não cumpre o que está preceituado na Constituição ■ O Exército Republicano Irlandês reivindica os atentados ontem perpetrados na Alemanha Federal e na Inglaterra ■ Jovens anarquistas polacos lançam, segundo noticia a agência PAP, contra o consulado soviético em Gdansk, durante uma manifestação contra o assassinato de um militante anarquista na URSS ■ Vinte pessoas ficam feridas quando a polícia carregou sobre uma manifestação de milhares de agricultores em pleno centro de Madrid ■ A Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional anuncia que vai retomar as suas acções militares em todo o território de El Salvador.

**3**  
Domingo

O presidente do PSD, Cavaco Silva, afirma em Tróia ter informações *quase seguras* de que a oposição não olhará a meios para destruir a credibilidade do Governo e do PSD ■ Martins Goulart é eleito presidente do PS-Açores pelo Congresso Regional do partido ■ Termina em Lisboa um seminário sobre o emprego das mulheres e as estruturas de apoio às crianças, promovido pelas organizações não governamentais do Conselho Consultivo da Comissão da Condição Feminina ■ É oficialmente encerrada a cimeira entre os chefes de Estado da URSS e EUA, que resulta da assinatura de 16 acordos, com promessas de significativas reduções nos arsenais de armas nucleares ■ O presidente do PSD alemão-federal, Hans-Jochen Vogel, anuncia que Oskar Lafontaine será o candidato à chancelaria do seu partido nas primeiras eleições conjuntas da RFA e da RDA ■ Centenas de estudantes manifestam-se contra o governo chinês partindo garrafas na Universidade de Beida, em Pequim.

**4**  
Segunda-feira

O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, declara, após uma audiência com o ministro dos Transportes, que a sua central sindical exige um efectivo serviço público de transportes que vá ao encontro das necessidades da população ■ O PCP anuncia em conferência de imprensa que vai propor na AR a redução significativa do preço de venda dos manuais escolares ■ As direcções da Ecolojovem e da JCP reúnem-se em Lisboa para debater a situação nacional da juventude e a alternativa democrática ■ Delegações do PCP e da Intervenção Democrática encontram-se para trocarem opiniões sobre as perspectivas e acções políticas futuras ■ Começa a primeira jornada sobre organização e informação no Município de Lisboa ■ A Comissão das Comunidades ameaça com processos judiciais a França e a RFA caso estes países não levantem a sua proibição à importação de carne de vaca britânica ■ Mikhail Gorbachov efectua um conjunto de visitas e encontros nos Estados Unidos com o objectivo de dinamizar a cooperação norte-americana com a União Soviética ■ Mais de oito milhões de pessoas participam no Irão nas cerimónias do primeiro aniversário da morte de Khomeini.

**5**  
Terça-feira



Representantes das Câmaras Municipais de Lisboa, Amadora, Loures, Sintra, Cascais, Oeiras e Vila Franca de Xira anunciam em conferência de Imprensa que estes sete municípios da Área Metropolitana de Lisboa/Norte vão pôr em prática um sistema de tratamento de resíduos sólidos (lixos urbanos) orçado em 22,2 milhões de contos e que compreenderá dois aterros sanitários, duas centrais de incineração, duas estações de compostagem e uma instalação de transferência ■ Um avião monomotor francês, que se encontrava nos Açores a dar apoio à safra do atum, despeñha-se na ilha do Faial tendo morrido os seus quatro ocupantes, dois franceses e dois portugueses ■ A presidência do Soviète Supremo da Kirguizia, uma República da Ásia Central soviética, declara o estado de emergência e o recolher obrigatório no sul da região devido aos conflitos entre kirguizes e uzbequis ocorridos na cidade de Osh, que já provocaram 11 mortos e 210 feridos.

no mercado do trabalho nacional através do aumento dos contratos a prazo e outras formas de precarização do trabalho.

Só em Dezembro de 89, em números relativos ao último trimestre do ano estas formas de trabalho atingiram 601 000 trabalhadores dos 3 113 900 por conta-doutrem (20% do total).

Com a maior desfaçatez os ministros de Cavaco iludem a gravidade e o estado real de serviços eminentemente sociais como os da saúde, da educação, de defesa do meio ambiente.

O anúncio de novas actualizações dos custos de serviços hospitalares, no âmbito da comparticipação do Estado, faz prever para breve novas subidas das taxas;

O Primeiro-Ministro fez-se filmar pela TV rodeado de crianças no parque de Monserrate e ao lado do ministro do Ambiente na comemoração do Dia do Ambiente mas nada foi dito do desprezo desde há anos do seu mandato pela extinção da poluição do Ave, do Alviela, do Almonda, do Nabão, do Trancão, do próprio Tejo desde as celuloses de Vila Velha de Rodão e de Constância até à própria foz.

O rol não caberia aqui mas são realidades que a Cavaco Silva e à sua gente não merecem atenção nesta antecipada caça ao voto de 1991.

**C**avaco Silva continua a dar ao povo português e «para inglês ver» uma imagem de estabilidade política que só tem expressão na ditadura parlamentar da maioria do PSD na AR.

Os factos o desmentem. Não é a agitação política e a movimentação social que são os índices mais frisantes na instabilidade real da vida portuguesa.

Estas são, pelo contrário, na sua expressão normal, manifestações de vitalidade democrática.

O que desestabiliza a vida do povo português é a insegurança social, a incerteza do dia de amanhã sob uma carestia da vida que cada vez mais se torna inacessível aos salários dos trabalhadores, são as receitas populares na base de uma taxa de inflação fictícia (actualmente «decretada» em 9% pelo governo) e as despesas na base da taxa real (actualmente superior aos 13%).

A despuorida demagogia eleitoralista do governo PSD e pessoalmente de Cavaco Silva alerta com acrescida força para a necessidade de uma alternativa democrática, do entendimento, da convergência e da unidade das forças democráticas que só em conjunto podem ambicionar derrotar o cavaquismo nas eleições de 91 e abrir novos horizontes à democracia portuguesa e ao povo português.

**Avante!**

Proletários de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
EDITORIAL «AVANTE!», SA  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
1200 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00  
CRC matriculada: 47059  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais:  
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA  
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
Tel. 67 01 93  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º  
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

## Comunicado da Comissão Política

# A situação política e social e as tarefas do Partido

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, na sua reunião de 4 de Junho, examinou os principais aspectos da situação política e social bem como as tarefas do Partido, na sequência do XIII Congresso (Extraordinário) e em aplicação das suas orientações e decisões.

**1.** A Comissão Política do PCP salienta que o Governo PSD/Cavaco Silva, procurando reagir à acentuada redução da sua base social, política e eleitoral e manobrando para fugir a uma previsível derrota eleitoral nas legislativas de 1991, passou visivelmente a ter como prioridade das prioridades no exercício do Poder uma frenética demagogia eleitoralista.

Entre outros, são aspectos destacados desta planeada ofensiva governamental visando o branqueamento da sua política a anunciada iniciativa do Governo de propor a suspensão da indexação automática dos aumentos dos políticos, a monumental operação propagandística em curso em torno de múltiplos projectos de obras públicas e as medidas relativas a pensões e reformas.

Em relação aos escandalosos aumentos dos titulares de cargos políticos, o PCP considera útil recordar mais uma vez que foram exactamente o PSD e o seu Governo que os promoveram e defenderam e que na Assembleia da República inviabilizaram em Novembro do ano passado um projecto de lei do PCP (e de outros deputados de partidos da oposição) que propunha a sua suspensão e a definição de novos critérios caracterizados pela transparência e pelo acompanhamento do nível de aumentos da Função Pública. Em relação às pensões e reformas, considera-se igualmente útil recordar que foram exactamente o PSD e o seu Governo que sempre se opuseram à antiga reclamação do 14.º mês e que, em Outubro do ano passado, impediram na AR o agendamento e discussão de projecto de lei do PCP cuja aprovação, ao contrário das medidas avulsas e limitadas do Governo, teria representado um sério avanço na melhoria da situação dos pensionistas e reformados em Portugal.

É indispensável que, com base na ponderação de factos rigorosos e indiscutíveis como estes, os portugueses concluam justamente que não podem merecer nem apoio nem gratidão um partido — o PSD — e um Governo — o de Cavaco Silva — que manifestamente decidem e resolvem não em função da premência dos problemas e da sua solução, da justiça intrínseca de aspirações e reivindicações populares e do objectivo interesse público ou nacional, mas exclusivamente em função de critérios estreitos e sectários, dos particulares interesses do PSD e dos seus cálculos politiquieiros.

O PCP confia em que prevalecerá na consciência social a compreensão de que concessões parciais e momentâneas não compensam malefícios gerais e duradouros e em que continuará a crescer a aspiração, que a dignidade dos cidadãos não deverá deixar que seja comprada, de ver realizada uma viragem democrática na política nacional que interrompa 11 anos consecutivos de governos participados ou dominados pelo PSD.

O PCP insiste em que a evidente fragilidade e vulnerabilidade que o descontentamento e a luta populares e o patente temor da derrota eleitoral projectam sobre o Governo do PSD podem e devem ser aproveitados com audácia, dinamismo e firmeza pelo movimento popular e por todos os sectores e camadas sociais em luta, no sentido de fazer recuar a política do Governo e de obter satisfação para importantes reivindicações e reclamações.

**2.** A Comissão Política do PCP sublinha que tudo indica que, no próximo dia 7, na Assembleia da República, a proposta do Governo PSD de nova lei eleitoral não obterá os 2/3 de votos necessários, sendo portanto rejeitada esta tentativa de institucionalizar a batota eleitoral. Dessa forma, será assim derrotada uma perigosa operação antidemocrática desencadeada pelo PSD com o ostensivo propósito de distorcer gravemente a correspondência entre a expressão parlamentar e a efectiva influência eleitoral dos diversos partidos, de criar factores de artificial alteração do panorama partidário português designadamente forçando a «bipolarização», e de assegurar uma maioria parlamentar do PSD em 1991, mesmo que, como é previsível, venha a sofrer uma assinalável quebra de votação.

A derrota da proposta de lei do PSD terá um relevante significado na actual conjuntura política. Entretanto, há que contar que no futuro a direita não desistirá certamente de novas iniciativas para subverter o princípio constitucional da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, para tanto procurando captar apoios e cumplicidades noutras áreas políticas.

Neste contexto, não se pode deixar de criticar com firmeza a profunda hipocrisia de quantos, sempre se reclamando em palavras do sagrado respeito da democracia representativa, da von-

tade e soberania populares, da observância do princípio da igualdade dos cidadãos, defendem entretanto, com a mais chocante tranquilidade e naturalidade, sistemas e leis eleitorais que frontalmente falseiam a representatividade democrática, defraudam a vontade popular expressa nas urnas, mutilam e expropriam parcelas da soberania popular, criam a desigualdade eleitoral entre os cidadãos em função das suas opções políticas, inutilizam a eficácia concreta do direito de voto de milhares e milhares de cidadãos, instituindo em termos práticos a sua marginalização do sistema político.

**3.** A Comissão Política do PCP chama a atenção para que a permanente autoglorificação do Governo em relação aos seus «bons resultados económicos» se baseia fundamentalmente no truque de atribuir o mérito do Governo o que, em parte essencial, são reflexos de uma prolongada conjuntura económica externa vantajosa para Portugal; na sistemática sobrevalorização dos aspectos financeiros em detrimento de aspectos económico-produtivos bem patente na omissão ou desvalorização de indicadores (inflação, défice da balança comercial) que testemunham a manutenção de graves problemas de fundo da economia nacional; e na tentativa de escamotear que a importante oportunidade criada pela já referida conjuntura económica externa e pelos fundos da CEE, tem sido, no essencial, gravemente desaproveitada em termos de atenuar e superar fragilidades e debilidades estruturais da economia nacional, de combater as crescentes desigualdades e injustiças sociais, de sustentar um efectivo processo de desenvolvimento económico e social e de reestruturação e modernização do aparelho produtivo nacional absolutamente indispensáveis para que possa enfrentar com êxito os duríssimos embates da integração plena na CEE e do Mercado Univo.

**4.** A Comissão Política do PCP salienta como mais um gravoso aspecto da política empenhada na ampliação da instabilidade e precariedade na esfera social o anunciado propósito governamental de alteração da lei do arrendamento urbano no sentido de impor os contratos de arrendamento a prazo, com o pretexto de, por esta via, favorecer a expansão do mercado de habitação para alugar que foi precisamente o principal argumento usado em 1985 para justificar a lei do aumento das rendas mas que, como toda a gente sabe, não teve qualquer resultado nesse domínio.

**5.** A Comissão Política do PCP considera que o dramático acidente ferroviário ocorrido na semana passada na Linha de Sintra, volta a pôr em evidência a gravidade e relevância social, não apenas do agudo problema dos transportes colectivos, mas do conjunto de questões relativas à tranquilidade, segurança e qualidade de vida nos grandes aglomerados urbanos e suas periferias, onde actualmente muitas dezenas de milhares de cidadãos são diariamente sujeitos a situações verdadeiramente desumanas de enorme desgaste físico e psicológico.

Em coerência com a atenção, as iniciativas e as propostas que tem dedicado a esta problemática (e em que se destaca por exemplo a apresentação do projecto de lei do PCP para a criação da Área Metropolitana de Lisboa), o PCP considera que esta é uma das matérias em que avulta a incuria, o desleixo e a incompetência governamentais e que terá necessariamente de ser inscrita entre as grandes prioridades de uma política democrática a realizar por um governo de alternativa ao Governo PSD/Cavaco Silva.

**6.** A Comissão Política do PCP volta a reclamar um debate sério e uma ampla informação ao País por parte do Governo em relação a candentes questões da integração na CEE e da União Económica e Monetária, da União Política e do Espaço Económico Europeu. Sublinha que o debate previsto para a Assembleia da República nas vésperas da Cimeira de Dublin não responde suficientemente a essa necessidade e debate e a esse dever de informação. Salienta que, na sessão especial do Conselho Europeu, de 28 de Abril, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos «Doze» (e, portanto, o MNE português) ficaram de elaborar propostas para o Conselho Europeu de Junho, com vista à tomada de decisões quanto à realização de uma 2.ª Conferência Intergovernamental sobre a União Política e eventuais alterações ao(s) Tratado(s), pelo que se torna indispensável uma informação do Governo sobre as posições que nestas matérias têm vindo a adoptar ou tenciona adoptar.

**7.** A Comissão Política do PCP chama a atenção para a discussão e votação no próximo dia 12 na Assembleia da República de um projecto de lei do PCP sobre garantia dos direi-

tos dos representantes eleitos dos trabalhadores que adquire particular importância numa situação de acentuada repressão nas empresas e de generalizado desrespeito dos direitos sindicais dos trabalhadores. A Comissão Política do PCP adverte para que o PSD se prepara para no próximo dia 8 impor na AR a votação da constituição de uma Comissão de Inquérito aos Municípios de Loures e Seixal, no propósito de levar à prática um inquérito parlamentar manifestamente inconstitucional e de ingerência brutal na vida das autarquias, e por isso mesmo susceptível de criar um gravíssimo precedente.

**8.** A Comissão Política do PCP reitera que, nas suas linhas fundamentais, a política do Governo PSD/Cavaco Silva se caracteriza pelo empenho prioritário na reconstituição do poder do grande capital, designadamente através da aceleração da privatização do sector empresarial do Estado e da liquidação da Reforma Agrária, e na mutilação de outros importantes avanços sociais, económicos e políticos alcançados pela revolução de Abril; no agravamento das desigualdades e injustiças sociais; na incapacidade de enfrentar situações e problemas sociais de tão funda repercussão no viver colectivo como os que respeitam ao trabalho e ao emprego, à saúde, ensino e habitação, ao ambiente, à juventude e suas aspirações; no deliberado bloqueamento de reformas democráticas de grande alcance como a regionalização.

Pode o Governo PSD estar muito satisfeito, certamente porque confunde os inestimáveis serviços que presta à reconstituição do grande capital e à satisfação das suas ávidas e extensas clientelas com o progresso económico e social do País; porque confunde governação rotineira e ocupação do Estado com energia transformadora, inovação e eficácia; porque confunde ética de serviço público com envolvimento e cumplicidade com a corrupção. Mas o povo e o País têm, ao contrário, sérias razões para estar descontentes, insatisfeitos e preocupados.

**9.** Neste quadro, a Comissão Política do PCP reafirma que a preparação de uma alternativa democrática à política e o Governo do PSD é uma premente necessidade nacional que cria fortes responsabilidades às forças democráticas. De acordo com a orientação vigorosamente reafirmada no seu XIII Congresso (Extraordinário), o PCP mantém a sua plena disponibilidade para o exame com as outras forças democráticas, e designadamente com o PS, de todas as questões relativas ao fortalecimento da cooperação e ao avanço para a convergência democrática necessária à construção de uma alternativa. A Comissão Política do PCP aprecia positivamente a realização, já iniciada, de uma série de encontros entre delegações do PCP e de outros partidos democráticos, pelas possibilidades de melhor conhecimento das posições recíprocas, de aprofundamento de diálogo e de eventual reforço de cooperação que podem propiciar.

**10.** A Comissão Política do PCP salienta o caloroso acolhimento que as orientações e decisões do XIII Congresso (Extraordinário) receberam das organizações e militantes do Partido, criando condições para a sua eficaz aplicação e desenvolvimento, para um renovado impulso na actividade geral do Partido e fortalecendo na vida partidária um clima de serenidade, unidade, dinamismo e confiança.

**11.** Tendo procedido a uma primeira abordagem da programação de um vasto conjunto de iniciativas do Partido, a Comissão Política destaca entre as mais próximas, a realização, com particular intensidade nas duas primeiras semanas de Junho, de uma jornada nacional de divulgação das conclusões do XIII Congresso, sob o lema «Com o PCP, a alternativa existe», e integrando múltiplas iniciativas de esclarecimento e contacto com a população; a realização de numerosas Festas de Verão pelas organizações regionais, distritais ou locais do Partido; e a realização em 7, 8 e 9 de Setembro da XIV Festa do «Avante!», pela primeira vez no terreno da Atalaia, e cuja preparação deve naturalmente ser considerada como uma das principais prioridades na actividade das organizações do Partido.

**12.** A Comissão Política do PCP decidiu convocar para dia 26 de Junho uma reunião plenária do Comité Central para exame da situação política nacional, das tarefas e questões políticas decorrentes das orientações aprovadas no XIII Congresso (Extraordinário).

4 de Junho de 1990

A Comissão Política  
do Comité Central do Partido Comunista Português

PCP

Em festas-convívio promovidas pelo PCP

## Álvaro Cunhal no Castelo de S. Jorge e na Cova da Piedade

Duas festas-convívio realizadas o passado fim-de-semana com a presença do secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal** — uma no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, outra no Jardim da Cova da Piedade, em Almada — abriram uma vasta campanha de esclarecimento promovida pelo Partido com o objectivo de divulgar as conclusões do XIII Congresso (Extraordinário) e as principais linhas de força da actuação do PCP no actual momento político. As iniciativas decorreram em esperado ambiente de festa e convívio, com animação cultural e artística que as prolongou pelas noites de sexta-feira, no caso do Castelo de S. Jorge, e de sábado no Jardim da Cova da Piedade.

### O Castelo de S. Jorge foi tomado pela festa!

A festa-convívio do Castelo de S. Jorge teve início às 20.00 da passada sexta-feira e reuniu uma notável multidão quer à volta de **Álvaro Cunhal** (entusiasticamente recebido desde a sua chegada ao recinto, com cumprimentos e diálogos contínuos a acompanhá-lo na visita ao local, no breve petisco e até ao palco onde usou da palavra), quer no amplo programa cultural e recreativo preparado pela DORL e que contou com a presença do grupo de música popular «Terra Viva», a declamação de poemas por **Rogério Paulo** (com um extracto de «As Portas Que Abril Abriu», de Ary dos Santos), **Mário Pereira** (recitando **Armindo Rodrigues** e **Manuel da Fonseca**) e **Fer-**



**nanda Lapa** (com poemas de Vanda Ramos e José Gomes Ferreira), além da projecção-vídeo em ecrã gigante onde dominaram imagens da quinta da Atalaia, da Festa

do «Avante!» e da campanha dos 150 000 contos. A sardinha assada, as febras na brasa, o chouriço e o vinho andaram numa «roda-vida», integrada numa outra bem

maior e mais animada que pôs «quase» toda a gente a dançar e fez do convívio uma verdadeira festa popular, com o Tejo ao fundo e a cidade a ver.

### A roda-viva num convívio-festa

Levar o Partido ao contacto com a população, fazer a divulgação das conclusões do XIII Congresso, e começar a jornada de propaganda, foram as ideias-base da realização promovida pela Comissão Concelhia de Almada do PCP, no passado sábado, dia 2, no jardim da Cova da Piedade, com um Festa Convívio.

Odia estava quente, e como tal propício à ida até às praias da Costa da Caparica, por isso não foi grande a afluência de visitantes da parte da manhã. Mas, à medida que se aproximava a hora dos espectáculos previstos — com **Luisa Bastos**, **João Fernando**, **Mário Gramaço** e **João Balão** — e, também é claro, do comício com **Álvaro Cunhal**, as pessoas iam chegando, e em passeio pela festa lá comiam

qualquer coisa num dos dois bares, compravam uma EP ou um título de participação na banca da festa do Avante, uma lembrança da campanha de fundos para o CT-DORS, jogavam no «sai-sempre», adquiriam um livro e confraternizavam em grupinhos bem animados.

Mas, chegada a hora do Comício o imprevisto surgiu, foi a chuva que caiu bem forte.



E foi a roda viva — que fazer? E se isto continuar? — era o que se ouvia. Mas, como

para tudo, lá se arranjou solução. Com a preciosa ajuda dos nossos amigos da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, foi possível transferir o espectáculo e o comício para a sala do cinema desta colectividade, que foi pequena para acudir às largas centenas de pessoas que lá se juntaram.

A chuva afinal parou e lá foi de novo a roda-viva, desta feita para repôr tudo no jardim e continuar a festa, com a actuação de 3 grupos corais alentejanos que animaram o convívio até ao fim, sendo desta vez o jardim bem pequeno para tanta gente, que animadamente e com a sua presença, contribuíram para o sucesso desta iniciativa.



## Uns têm, outros não

Agora que o sol já apetece e as praias voltaram a ser a tentação do fim-de-semana, nesta enorme capacidade nacional de deitar para trás das costas as poluições marítimas e terrestres e as enormes bichas antes de disputar uns palmos de areia para estender a toalha, agora que isto acontece, dizíamos, somos bombardeados a toda a hora com aqueles anúncios que nos dizem que *uns tomam e outros não, este toma, aquele não toma*, a fazer crescer problemas de consciência a quem passou o inverno a aquecer a alma e o estômago com as *coisas boas da vida*, traduzidas no verão com uns tantos quilos a mais e persistências de celulite de meter raiva quando noutra anúncio nos mostram *aqueles* fatos de banho onde nada escapa ao olhar mais desatento, ainda que o maior problema nacional seja a desatenção, como se prova pela forma impávida e serena com que os órgãos de comunicação social, ou pelos menos grande parte deles tem passado com soberana indiferença pelo que se está a passar na Assembleia da República, e designadamente numa das suas comissões, com a questão da lei de alteração do regime de incompatibilidades que os deputados peessedês tiveram o gosto de aprovar sozinhos como já vem sendo hábito. Aproveitando a distração da urbe a sonhar com férias, os ditos, sob o impulso inspirador do Governo decidiram aplicar o tal anúncio da celulite às incompatibilidades e vai daí deram luz verde a uma legislação em que *uns têm e outros não*, que é como quem diz deitaram contas à vida e lá vai disto, inventaram forma das mesmas só afectarem o peixe miúdo, o que nem chega a ser novidade pois toda a gente sabe que quando o mar bate na rocha quem se lixa é o mexilhão, e nestas coisas das águas do poder, mesmo turvas, há sempre quem se saiba orientar, que o digam as altas esferas da administração pública, directores-gerais, presidentes e gestores públicos, governadores civis e membros de gabinetes, que são dos tais que *têm* protecção contra as incompatibilidades, enquanto outros, como o actual presidente da Câmara do Porto não tem, mas ninguém o manda ser peêsse e deputado do Parlamento Europeu e por isso mesmo abrangido pela incompatibilidade de funções, o que lhe deu direito a ter uma alínea da lei só para ele razão por que devia estar orgulhoso em vez de se andar a queixar que está a ser perseguido, havia lá agora alguém capaz de fazer isso. A prova provada da grande democracia da lei é que não se esquece de ninguém e até pensou no Presidente da República que pode ser demitido se cair na tentação de acumular o que não é compatível, assim mesmo é que é, os deputados estão sempre a aprender com os exemplos da televisão, e não pensemos só em anúncios, *uns têm e outros não*, celulites, duplo emprego, padrinhos, e coisas afins, para já não falar em quem é que vai decidir se há ou não há, quem é que tem o quê, ainda que neste campo os deputados coitados, nem tem que se levar a mal, são mesmo os ócios do ofício, tenham metido um bocado as mãos pelos pés, o que só demonstra como isto de governar é difícil, chegando mesmo a decidir que os ministros prevaricadores, ou seja, os que *não têm* mas gostariam de *ter* o mesmo que os compatíveis, hão-de ser julgados pela Assembleia da República, coisa estranha, é capaz de ser uma nova função dos órgãos deliberativos, esta de se substituírem aos tribunais, que como se aprende nos bancos de escola são quem tem poder de julgar, costuma ser assim, mas não está provado que não possa ser doutra maneira, para isso é que temos um Governo maioritário, é sempre a mesma questão, *uns têm* outros *não têm*, a oposição diz mal mas é por dor de cotovelo, ainda há-de chegar o dia em que com a ajuda dos intrépidos deputados, do Governo e da CEE havemos todos de ter tanto como os outros, a esperança é a última a morrer, que o digam os reformados todos contentes com as eleições do ano que vem que já deu mais uns contitos por mês, é mesmo assim, quem tem unhas é que toca viola, até lá já se sabe, *uns têm...*

PCP

## Comunistas de Bragança alertam populações

# A linha férrea do Tua é indispensável!

**A integração na CEE exige também uma melhor capacidade de acesso do interior ao litoral, aos grandes centros e aos grandes mercados** — acentua um folheto sobre as linhas férreas do nosso País («indispensáveis para o desenvolvimento regional»), que as organizações do Partido têm distribuído em diversas zonas, como sucedeu, por exemplo, com os utentes da **Linha do Tua**, em Trás-os-Montes no passado dia 31 de Maio. Aquela linha conheceu há dias novo plano de ofensiva por parte do conselho de gerência, com redução de horários, situação que mereceu enérgico protesto da Comissão Distrital de Bragança do PCP, que refere:

«A partir da última semana do mês de Maio o Conselho de Gerência da CP dá novo passo no sentido de degradar a circulação ferroviária na Linha do Tua. No prosseguimento da ofensiva da CP e do Governo contra as linhas férreas, foi já anunciada a redução de horários de transporte de passageiros aos domingos, feriados e sábados, na Linha do Tua (Tua - Mirandela - Bragança). Assim vão deixar de circular, entre outros, aos domingos e feriados, os comboios que partiam de Bragança para Mirandela (cerca das 20 horas), de Mirandela para Bragança (cerca das 16 horas), e do Tua para Bragança (cerca das 6 horas da manhã)».

### Depois da Linha do Sabor...

Os comunistas do distrito de Bragança recordam mais adiante:

É mais um passo na ofensiva desde há muito iniciada pelo Conselho de Gerência da CP e pelos Governos dos últimos anos contra as linhas férreas transmontanas e outros troços de via estreita, que levaram já ao encerramento da **Linha do Sabor** e dos percursos entre **Pocinho - Barca d'Alva** (na Linha do Douro) e **Vila Real - Chaves** (na Linha do Corgo).

Contra os interesses e vontade das populações procura-se retirar o transporte utilizado há largas dezenas

de anos entre **Tua e Bragança**, e que serve centros populacionais como o **Cachão, Mirandela e Macedo de Cavaleiros**, bem como dezenas de aldeias.

Já no decorrer deste ano outras medidas se tinham verificado, lesivas dos interesses regionais, como a entrega do transporte de mercadorias a uma empresa rodoviária privada (**Auto-Transportadora de Chaves**).

Como repetidas vezes tem reafirmado o Partido Comunista Português, o Conselho de Gerência da CP e o actual Governo **PSD/Cavaco Silva** (como já aconteceu com os anteriores, incluindo aqueles em que participou o PS) procuram lenta mas inexoravelmente liquidar as linhas férreas transmontanas:

- Deixam degradar as vias e as composições;
- Encerram estações que são deixadas ao abandono;
- Diminuem o número de viagens;
- Alteram e suprimem horários;
- Entregam o transporte de mercadorias a empresas rodoviárias privadas;
- Provocam o desinteresse das populações.

Com estas medidas procuram criar as condições que justifiquem o encerramento das linhas férreas.

A Comissão Distrital de Bragança do Partido Comunista Português repudia as medidas da CP e apoia e defende a manutenção da linha

férrea do Tua, salientando todo o seu apoio à luta das populações em defesa do transporte ferroviário.

O folheto a que aludimos no início desta peça salienta também essa posição do Partido e declara:

«O PCP apresentou de novo um projecto-lei (n.º 506/V em 29/3/90) que adopta medidas tendentes a suspender o encerramento de li-

nhas, ramais e estações e define as condições a que deve obedecer o dimensionamento da rede ferroviária nacional. Como irão votar os deputados dos outros partidos?»

Lembrando que as linhas férreas são um bem público que deve estar ao serviço das regiões e das populações, o PCP chama a atenção para alguns aspectos fundamentais no âmbito da política de transportes:

### O PCP AFIRMA:

► as linhas férreas são necessárias às populações não há nada que as substitua.

► não um bem público que deve estar ao serviço das regiões e das populações.

► o desenvolvimento regional necessita de melhores...

► as empresas rodoviárias não são alternativas à via férrea, dificultam o transporte de bagagens e mercadorias e praticam preços mais elevados.

► o caminho-de-ferro tem uma capacidade de estruturação do território...

## A LIQUIDAÇÃO DAS VIAS FÉRREAS É UM CRIME CONTRA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O PCP apresentou de novo um projecto-lei (n.º 506/V em 29/3/90) que adopta medidas tendentes a suspender o encerramento de linhas, ramais e estações e define as condições a que deve obedecer o dimensionamento da rede ferroviária nacional.

Como irão votar os deputados dos outros partidos?

O PCP apoia as populações e defende as vias férreas.

O PCP deu, dá e dará todo o apoio à luta das populações em defesa das linhas férreas



# Postos de trabalho ameaçados na Tabaqueira

O Organismo de Direcção do PCP nas Empresas da Zona Oriental de Lisboa tem vindo a acompanhar atentamente o desenrolar da situação laboral na **Tabaqueira, E.P.**

Em Abril passado, denunciámos as intenções do Conselho de Gerência (CG) e do Governo de diminuir 325 postos de trabalho, o que se confirma. O próprio CG adiantou recentemente o número de 160, sendo 80 de **Cabo Ruivo** — referem os comunistas, que acrescentam:

Será caso para nos questionarmos: como é possível uma empresa pública, com lucros de milhões de contos, não investir na formação profissional, com o objectivo de recolocação de pessoal? Os trabalhadores não têm de pagar a factura da entrada em vigor do Mercado Único Europeu, em 1993, e de anos de incapacidade de vários CG que fizeram admissões por compadrio, conforme foi denunciado pelas ORTs».

Também o processo de criar em **Cabo Ruivo** um depósito de trabalhadores tem sido de tal forma vergonhoso que a própria Inspiecção Geral de Trabalho, ao intervir recentemente por apelo do Sindicato dos Tabacos, deu razão aos trabalhadores, salientando o OD da Zona Oriental.

A afronta já é tal que, — prossegue aquele organismo — em reunião recente com os órgãos dos trabalhadores, o Sr. David Barão, em nome do CG afirmou: «Para que

dar formação profissional se os trabalhadores só têm a 4.ª classe?», «os trabalhadores excedentários ou aceitam as propostas do CG ou se aplica o despedimento colectivo»...

Estas palavras, por si, demonstram, de forma clara, como o CG e o Governo preconizam encaminhar a «resolução» dos problemas dos trabalhadores, apesar de virem com escritos «panfletários» de boas intenções (como é apanágio do CG) — comentam os comunistas.

Para o OD do PCP nas empresas da Zona Oriental, o principal responsável por esta situação é o Governo que tem alimentado Conselhos de Gerência incapazes de responder ao real desenvolvimento da empresa em todas as suas componentes. É claro que o pano de fundo se chama **privatização!**

O PSD fala em menos Estado — o PCP fala em melhor Estado. Ou será

que os milhões de contos de lucro da empresa não serão melhor aplicados a favor de toda a comunidade do que a favor de meia dúzia de principais accionistas futuros? — interroga o PCP.

Para alguns trabalhadores, que tinham ilusões quanto aos benefícios individuais da privatização, começa a ser claro que afinal representaria insegurança dos postos de trabalho, menos regalias, mais repressão, mais selectividade, — salienta a nota divulgada pelos comunistas da Zona Oriental.

O PCP apela aos trabalhadores para que, independentemente da sua filiação político-sindical, se mantenham unidos e continuem a lutar em defesa dos postos de trabalho, da dignidade, pela aproximação dos salários aos dos restantes países da CEE, pelos direitos e regalias conquistadas na luta, antes e depois do 25 de Abril.

## Comentário do gabinete de Imprensa

# Evidente estado de aflicção pré-eleitoral

1. As medidas prometidas ou anunciadas pelo Primeiro-Ministro relativamente a pensões e reformas, tal como o recente frenesim governativo em torno de obras públicas, espelham claramente um evidente estado de aflicção pré-eleitoral que faz com que a demagogia tenha passado a constituir a prioridade das prioridades da acção do Governo PSD/Cavaco Silva.

2. Só assim se pode, por exemplo, explicar que Cavaco Silva tenha hoje pretendido dar foros de novidade e de grande decisão ao anúncio de que, como sempre acontece no final de cada ano, também no final deste ano de 1990 vai ocorrer a normalíssima (mas sempre muito insuficiente) actualização das pensões e reformas.

3. O PCP sublinha que a anunciada atribuição aos pensionistas da Segurança Social e aos aposentados da Função Pública do 14.º mês corresponde à satisfação de uma antiga e prolongada reivindicação que o PCP sempre defendeu e pela qual sempre se bateu, defrontando-se sempre com a intransigência e as recusas do PSD e do seu Governo.

4. O PCP salienta que as medidas agora anunciadas por Cavaco Silva continuam a não dar resposta às mais fundas e gritantes injustiças de que continuam a ser vítimas os reformados e pensionistas, designadamente o baixo nível dos valores dessas prestações sociais e a sua inadequação à garantia de uma vida minimamente digna.

5. Recorde-se a este respeito que, em Outubro do ano passado, a maioria PSD na Assembleia da República, na mesma altura em que se aumentou em 56%, impediu o agendamento e discussão de um projecto de lei do PCP que propunha, entre outros aspectos, um aumento intercalar de 3500\$00 para todas as pensões e reformas, com efeitos retroactivos a partir de Julho daquele ano; a equiparação da reforma mínima da Segurança Social nos seus diversos regimes a um valor não inferior a 55% do salário mínimo nacional; a indexação das pensões e reformas ao salário mínimo nacional; a actualização e reformulação da base de cálculo das pensões e reformas para melhorar o seu montante, passando a determinação do salário médio a ser feita em função

dos três melhores dos últimos dez anos.

6. Finalmente, o PCP, que é activamente favorável a todas as melhorias de situação que possam ser conquistadas, salienta que o estado de aflicção pré-eleitoral em que o Governo está manifestamente mergulhado, ao mesmo tempo que se traduz em óbvias e perigosas operações de mistificação e confusãoismo evidencia também a fraqueza do Governo e cria assim condições favoráveis para que, intensificando a sua luta com confiança e firmeza, os trabalhadores e outras camadas sociais possam ver satisfeitas algumas das suas importantes reivindicações.

## PCP em acção

### Braga

Na próxima segunda-feira vão ser divulgados em conferência de imprensa o programa e outros aspectos relacionados com a Festa da Alegria, revela a Comissão Distrital do PCP.

### Évora

Do vasto conjunto de iniciativas realizadas e em preparação no concelho de Évora, para divulgação das conclusões do XIII Congresso (Ext.) do PCP e definição de tarefas saliente-se a reunião de quadros do concelho no próximo dia 14. Serão encaradas medidas para um programa de trabalho até ao final do ano. Participará o camarada **José Soeiro**, membro do Secretariado do Comité Central.

participará o camarada **José Soeiro**, membro do Secretariado do Comité Central.

### Vila Real

«A riqueza da região não se traduz num desenvolvimento económico, criação de postos de trabalho e bem-estar das populações; mas sai para fora, indo enriquecer alguns em prejuízo do distrito», sublinha o apanhado de conclusões da recente reunião da Comissão Distrital de Vila Real do PCP. Este organismo do PCP anuncia a deslocação do deputado do PCP, **António Mota**, no próximo sábado, às Pedras Salgadas, para apurar a situação de falta de investimentos da Sovipe (Sousa Cintra) e a um encontro com os mineiros da Borralha.

# «Reforma Educativa» é autoritária

## — acusam deputados comunistas

O Grupo Parlamentar do PCP considerou «autoritária» a reforma educativa em curso, assinalando que esta foi imposta pelo Governo no desrespeito pela Constituição e pela Lei de Bases do Sistema Educativo, facto que lhe confere um carácter governamentalizador, com a consequente marginalização da Assembleia da República e da opinião dos principais intervenientes e destinatários do sistema educativo.

Esta apreciação «profundamente negativa» da política educativa foi dada a conhecer em conferência de imprensa realizada terça-feira, no decorrer da qual os deputados comunistas divulgaram também um conjunto de iniciativas da sua bancada na área da Educação e Ensino.

Para este juízo francamente desfavorável, segundo as afirmações dos deputados António Filipe, Victor Costa e Lourdes Hespanhol no encontro com os jornalistas, concorrem a ausência de medidas sérias de combate ao analfabetismo e ao insucesso escolar, a não gratuitidade real do acesso ao ensino, a degradação crescente da

rede escolar e o estrangulamento financeiro das escolas públicas, agora confrontadas com a decisão do Executivo de cortar 20 por cento das verbas para o seu funcionamento.

### Governo desrespeita acordos

Pronunciando-se sobre o estatuto da Carreira Docente, os deputados do PCP criticaram a postura de confronto com os professores assumida pelo ministério e o não cumprimento de acordos assumidos com os sindicatos, tendo condenado igualmente o

### ● PCP tem em andamento um conjunto de iniciativas na área da educação e ensino

comportamento da maioria PSD que tem impedido que o decreto-lei que estabelece os novos sistemas remuneratórios seja ratificado pela Assembleia da República, conforme pedido nesse sentido apresentado pelo Grupo Parlamentar comunista, que dessa forma pretende introduzir propostas de alteração que eliminem os aspectos mais gravosos.

Assinale-se, entretanto, que os parlamentares comunistas tomaram já também a iniciativa de chamar à ratificação da AR o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, diploma recentemente publi-

cado que em sua opinião vem desvalorizar ainda mais a profissão docente face a outras carreiras.

No plano das mais recentes iniciativas legislativas, dos deputados do PCP, o destaque vai para um projecto de deliberação sobre o Ano Internacional da Alfabetização, projecto este que reflecte, como foi dito, a preocupação dos comunistas pela manutenção de enormes índices de analfabetismo no nosso País e pela ausência de medidas sérias e determinadas que ponham cobro a esta situação.

Chamar à ratificação da AR o Decreto-Lei que estabe-



O Grupo Parlamentar do PCP faz uma apreciação profundamente negativa da reforma Educativa em curso, disseram em conferência de imprensa os deputados António Filipe, Lourdes Hespanhol e Victor Costa.

lece o enquadramento da Universidade Católica Portuguesa no sistema de Ensino Superior foi outra das decisões já tomadas pelo Grupo Parlamentar, estando também em fase de conclusão, foi anunciado, um outro projecto a apresentar em breve, visando reduzir significativamente o preço de venda ao público dos manuais escolares.

Nota de realce, no âmbito das iniciativas legislativas em preparação merece ainda o projecto-de-lei sobre a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino básico e secundário, diploma que a

bancada comunista pretende contrapor ao decreto-de-lei sobre a mesma matéria apresentado pelo Governo, cujo conteúdo é severamente criticado não apenas pelos seus aspectos profundamente negativos como também por colidir frontalmente com o texto constitucional.

Uma palavra ainda para o conjunto de visitas agendadas pelos deputados comunistas para avaliação da situação da rede escolar, visitas estas que têm por fim acompanhar o grau de concretização do programa especial de execução das escolas preparatórias e secundárias.

## Protecção civil

# Urge pôr fim à política do «deixa andar»

Existem motivos e motivos sérios para encarar com preocupação a situação existente no País em matéria de Protecção Civil. Vários são os factores que concorrem para o quadro presente. De entre eles, um há, porém, que sobressai com particular nitidez: a forma pouco responsável com este problema tem sido tratado pelas entidades competentes.

Só assim se pode compreender, como recentemente foi sublinhado num debate realizado na Assembleia da República por iniciativa do PRD, que, 15 anos depois de ter sido criado, o Serviço Nacional de Protecção Civil continue a aguardar pela publicação da sua lei de bases, que os serviços continuem dispersos, funcionem com magros orçamentos e insuficientes meios humanos e materiais, que não exista programação de prevenção ou que os

exercícios obrigatórios previstos na lei sejam pura e simplesmente anulados pela singela razão de que não há meios para os fazer.

E tudo isto, recorde-se, num país onde são potencialmente grandes os riscos de catástrofe iminente, sejam as cheias ou incêndios, as contaminações químicas em zonas industriais, ou os acidentes ferroviários, a explosão de paióis de munições ou o naufrágio de navios de transporte e de barcos de pesca,

os derramamentos de crude nas nossas águas atlânticas.

### Confiar no desenrascão

Daí que este debate, sem dúvida oportuno, para lá do recenseamento de problemas, tenha servido também para apresentar propostas, estabelecer consensos e forçar soluções, como aliás era intuito dos seus promotores.

Soluções que terão de passar em primeiro lugar, como frisaram no decorrer do debate os deputados comunistas Ilda Figueiredo e Lino de Carvalho, por uma nova atitude das entidades responsáveis, designadamente do Governo, que ponha cobro à

política do «deixa andar», assente apenas «na capacidade de desenrascão de cada serviço e de cada indivíduo».

É que, como foi dito, não há na prática uma política de prevenção de acidentes graves e catástrofes — questão essencial para evitar os mortos, os prejuízos, a destruição —, não estando ainda completamente detectadas as zonas de risco e muito menos feito um cálculo do custo dos riscos em Portugal.

### Meios insuficientes

São disso exemplo, conforme lembraram os deputados do PCP, o facto de o quadro de pessoal do Serviço Nacional de Protecção Civil

estar preenchido a 50 por cento, a forma incipiente como funcionam mais de metade dos Centros Distritais de Coordenação da Protecção Civil, alguns dos quais não funcionam mesmo, o funcionamento irregular da rede própria de telecomunicações, a ausência de meios próprios aéreos, marítimos ou terrestres por parte do Serviço de Protecção Civil.

«Até os aviões usados no combate aos incêndios, anti-gamente pela Protecção Civil e agora pelos bombeiros, são alugados a empresas durante os meses de Verão», observou a propósito Ilda Figueiredo, que lembrou ainda a circunstância de os Serviços de Protecção Civil e os bombeiros, quando ocorrem cheias ou naufrágios no Inverno,

nem sequer dispõem de um helicóptero, problema de resto semelhante ao sentido pela Polícia Marítima e pelas Capitanias, também eles a braços com reduzidos meios para enfrentar os acidentes graves.

A implementação de uma autêntica política de protecção civil em que seja dado o devido relevo à prevenção, mas também à colaboração dos vários serviços da Administração Central, Regional e Local e à educação e participação das populações, afigura-se assim, na perspectiva da bancada comunista, a par do reforço de meios humanos, técnicos e financeiros, como o único caminho capaz de assegurar a resolução dos actuais problemas no domínio da Protecção Civil.

## Em defesa da floresta

# PCP avança com medidas concretas



Atendendo à sua importância no contexto da economia nacional e à gravidade dos prejuízos causados pelos incêndios que todos os anos a afectam, a floresta acabou por ser, naturalmente, um dos temas mais em foco no decorrer do debate.

A defesa e preservação desse bem inestimável que hoje abrange mais de três milhões de hectares, contribuindo com mais de 16 por cento para o total das exportações e com 3,4 por cento para o PIB, acabou por ser objecto de algumas propostas concretas, uma das quais, proveniente da bancada comunista, sob a forma de projecto de resolução, avança com medidas tendentes à prevenção e combate aos incêndios florestais.

O ordenamento do espaço florestal, com a adopção de uma política de arborização que tenha em conta as nossas características climáticas, recuse a monocultura e privilegie a floresta de uso múltiplo, constitui uma das quatro medidas preconizadas no projecto, visando no seu conjunto eliminar os elevados prejuízos materiais e humanos provocados pelos incêndios.

A segunda medida prende-se com a necessidade de evitar a acumulação de des-

perdícios provenientes da exploração das matas e com a regularização do escoamento das madeiras ardidas, prevenindo-se neste último caso a criação de estaleiros ou parques de recepção do material lenhoso que tornem economicamente rentável o seu aproveitamento.

O reforço das acções de investigação das causas dos incêndios, a par da organização e coordenação das diversas entidades envolvidas na sua prevenção e combate, com o consequente fortalecimento dos seus meios materiais e humanos, surge como a terceira medida prevista no projecto apresentado pelos parlamentares comunistas, no qual se advoga, simultaneamente, a promoção, participação e sensibilização das populações.

De acordo com o texto do projecto, esta última medida deve ser implementada nomeadamente através do apoio às comunidades rurais e serranas, à integração da actividade florestal com a actividade pecuária e a silvo-pastorícia, o estímulo a actividades complementares e ainda através de campanhas de educação e sensibilização para a defesa da floresta.

Assembleia da República

# Estatuto da Região Autónoma da Madeira

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira vai finalmente ser uma realidade, 15 anos depois daquela Região Autónoma ter estado sob um estatuto provisório.

Com a baixa sem votação à comissão especializada, efectuada na passada semana na sequência do debate na generalidade da proposta de lei que cria aquele estatuto definitivo, um passo decisivo foi assim dado no sentido de estabilizar um ordenamento estatutário, conforme ao texto constitucional.

Para trás, recorde-se, fica um longo caminho marcado pela apresentação de anteriores propostas da Assembleia Regional da Madeira, todas elas enfermando de flagrantes inconstitucionalidades que só serviram, como assinalaram no decorrer do debate os deputados comunistas Odete Santos e José Manuel Mendes, «para alimentar guerrilhas institucionais escusadas» e provocar um inevitável atraso na aprovação do almejado Estatuto.

Regozijando-se naturalmente com o carácter positivo do Estatuto proposto, o Grupo Parlamentar do PCP fez notar, todavia, a necessidade de um atento trabalho na especialidade, em ordem a melhorar o texto, expurgando-o de aspectos negativos, como sejam a organização judiciária, a reestruturação dos círculos eleitorais, as inconstitucionais limitações ao direito à greve, a solução encontrada para os valores do salário mínimo, ou ainda a complexa questão financeira.

É que para o PCP, como salientou em conferência de imprensa realizada no Funchal o deputado Jerónimo de Sousa, que estava acompanhado por António Casmarinha, membro do Comité Central e da Comissão Executiva Nacional, o Estatuto não pode ser a «transcrição da Constituição da República para a realidade insular ou um diploma híbrido com

umas quantas generalidades e medidas de circunstância», e muito menos «um qualquer regulamento que sacrificasse os valores do reforço da Autonomia à institucionalização da estabilidade e da irreversibilidade».

Daí que, no que respeita à organização judiciária, seja entendimento dos parlamentares comunistas que muito embora não haja dúvidas quanto à necessidade de novos tribunais, mais juizes e funcionários, melhores instalações e equipamento, tais questões não podem, no entanto, deixar de ser objecto de tratamento em sede própria e não num diploma de envergadura do Estatuto.

Verberado pela bancada comunista foram ainda a reestruturação dos círculos e demais propósitos de alteração eleitoral preconizados pelo PSD, porquanto, foi dito, as soluções preconizadas distorcem as regras de representação democrática, desrespeitam a Constituição e introduzem elementos de engenharia eleitoral que só favorecem o partido maioritário na Região Autónoma da Madeira.

«Para além de inconstitucional, o caminho seguido é politicamente intolerável e revelador das concepções do PSD/Madeira — à imagem e semelhança do PSD a nível nacional — sobre o que é o regime democrático em que vivemos», acentuaram a pro-

pósito os parlamentares comunistas.

Embora defendendo a importância de assegurar em Lei ordinária as ligações da Região com o resto do País, a bancada do PCP não deixou de chamar a atenção, por outro lado, para a tentativa de limitar o direito à greve por via do Estatuto, operação que vai contra a Constituição e retoma uma questão suficientemente clarificada e rejeitada no recente processo constitucional.

Quanto à solução apresentada para o valor do salário mínimo (acrescido de dois pontos em relação ao salário mínimo nacional), a bancada comunista considerou que, para além da sua difícil sustentação de normativo estatutário, ela tem também um carácter restritivo e discriminatório, na medida em que o critério adoptado não é extensivo a outros casos, como sejam, por exemplo, as reformas e pensões, os abonos e as remunerações dos funcionários públicos.

Injustas tanto no plano da sua inserção sistemática como no da sua substância normativa, foram consideradas, por sua vez, as propostas avançadas pela Assembleia Legislativa da Madeira no que respeita aos aspectos financeiros.

Na opinião do PCP não é no Estatuto que se resolvem as melindrosas questões financeiras da Região Autónoma, uma vez que se trata de um problema que, sendo também uma questão política, reclama a intervenção e o envolvimento dos órgãos de soberania e de governo próprio da região, não podendo, por isso, ser reduzido a negociações entre os governos do PSD, da República e da região.



Depois de 15 anos sob um estatuto provisório, a Região Autónoma da Madeira vai finalmente ter o seu Estatuto Político-Administrativo definitivo.

PCP

## Braga

A vida política e social do País e do distrito não se reduz à luta dos dois galos — PS e PSD — pelo mesmo poleiro, como se pretende fazer crer através de uma certa guerra de comunicados, da propaganda das «grandes obras e medidas» do Governo ou das respostas, igualmente propagandísticas e inflamadas; do PS, com as «grandes linhas» e bases programáticas para 1991...

A Distrital de Braga alerta os trabalhadores, os democratas e a população para esta maneira enganosa de fazer política que, com a cobertura e beneplácito da Comunicação Social, visa impor a falsa ideia de uma bipolarização da vida portuguesa.

A luta social e de massas a que o PCP dá o seu apoio e empenho permanentes e, em particular, a luta dos trabalhadores, continua a desempenhar um papel determinante na evolução social e política, sublinha a Comissão Distrital de Braga do PCP, que apreendeu o quadro de lutas dos trabalhadores no distrito, com destaque para as greves na Grundig, dos trabalhadores das autarquias locais, dos CTT e EDP, a paralisação parcial na Fundisseca, etc. As lutas pela melhoria das con-

dições de vida e de trabalho, em defesa dos salários, dos direitos e regalias ameaçados, pela redução do horário de trabalho, contra a política antilaboral do Governo, em defesa do SEE, continuam a ser a expressão mais combativa do descontentamento e protesto social.

A jornada de luta convocada pela CGTP para a última semana de Junho, pelas 40 horas de trabalho semanal máximo, merece todo o apoio e empenhamento dos comunistas. A distrital de Braga, lembrando que foi o PCP o único partido que defendeu na Assembleia da República o trabalho máximo de 40 horas semanais, apela a todos os militantes e aos trabalhadores em geral para que participem naquela jornada, de acordo com as orientações dos seus

sindicatos, fazendo dessa «semana» mais um momento alto da luta dos trabalhadores portugueses.

## Marasmo

A situação nas autarquias comprova que as guerras do alecrim e da mangerona, entre as direcções locais dos dois partidos (PSD e PS) não significam qualquer melhoria da situação para a população. Se é verdade que a carência de recursos financeiros provocada pela política antipoder local do Governo é geradora de reais problemas e dificuldades, não é menos verdade que a política autárquica no distrito tem sido marcada pelo marasmo dominante nas Câmaras Municipais e o desenvolvimento de práticas indesejáveis, previstas aliás pelo PCP. Nas autarquias onde o PS tem a maioria absoluta, designadamente Braga, Guimarães, VN Famalicão e Fafe, a gestão não é melhor que nas autarquias de maioria de direita. A falta de iniciativa, disfarçada por algumas acções de promoção demagógica, com gastos desnecessários, vêm associar-se sinais de clientelismo e nepotismo, partidarite, autocracia e falta de diálogo, comentam os comunistas de Braga.

## Reformas e pensões

# Medidas eleitoralistas não resolvem questões de fundo

O anúncio governamental da atribuição do 14.º mês aos reformados da Segurança Social e aposentados da Função Pública, constituindo em si mesmo uma medida acertada que satisfaz uma antiga reivindicação daquele vasto sector, não pode no entanto deixar de ser interpretada como uma manobra pré-eleitoral que visa desviar a atenção dos principais problemas e questões com que hoje se defrontam as centenas de milhar de cidadãos naquela situação.

Ao chamar a atenção do secretário de Estado da Segurança Social, Vieira de Castro, para esta realidade, na passada sexta-feira, na habitual sessão de perguntas ao Governo, a deputada comunista Apolónia Teixeira quis precisamente fazer notar o carácter demagógico da medida agora adoptada uma

vez que, em sua opinião, todas as questões de fundo, essas, ficaram sem resposta.

O debate acabou por comprovar a justeza da sua análise, revelando simultaneamente o embaraço daquele membro do Governo, visivelmente apostado em valorizar as medidas anunciadas pelo seu Ministério na véspera, mas manifestamente incapaz de responder a uma que fosse das questões concretas colocadas pela deputada do PCP.

«Vai o Governo considerar o aumento intercalar do salário mínimo nacional, actualizar as reformas e pensões de modo a que a reforma mínima da segurança social não seja inferior a 55 por cento daquele salário mínimo, actualizar e reformular a base de cálculo, indexar as reformas ao salário mínimo

nacional?», inquiriu Apolónia Teixeira.

Claro que todas as insistências no sentido da obtenção dos desejados esclarecimentos foram infrutíferas, levando a deputada comunista a concluir, sem hesitações, que o Governo não está interessado na resolução dos problemas de fundo, mas tão-só em medidas parcelares que lhe permitam obter dividendos eleitoralistas.

Esquecidos pelo Governo, continuam, pois, lembrou, os 68 por cento de reformados e pensionistas que vivem com uma reforma inferior ou igual aos 17 mil escudos da reforma mínima, os 500 mil reformados agrícolas cujo valor mensal da prestação não atinge os 12 mil escudos ou ainda os 300 mil pensionistas que vivem com uma pensão social cujo montante anda na ordem dos 10 mil escudos.

## Porto

Têm vindo a realizar-se várias iniciativas de divulgação das principais conclusões do XIII Congresso do Partido na Organização Regional do Porto (ORP).

No passado sábado, reunida em plenário, a célula dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade ouviu, através do delegado que participou no Congresso, algumas das principais questões ali abordadas. Também a Organização Inter-Concelhos — OIC fez balanço e discutiu os problemas relativos à aplicação das decisões do Congresso, com realce para o reforço do Partido.

Distribuições de rua, nas empresas da Maia, do Porto, de Matosinhos e de Gaia, nos mercados e feiras, particularmente neste fim-de-semana, estão planificadas em vários pontos do distrito. Em Rio Tinto, Gondomar, vai realizar-se a Assembleia da Organização de Freguesia e em S. Mamede de Infesta é já para amanhã, dia 8, pelas 21.30 h, no Centro de Trabalho, que é endereçado o con-

víte «Depois de jantar venha tomar café e conversar connosco sobre o XIII Congresso do PCP e as perspectivas de acção para os próximos meses na freguesia de S. Mamede».

## Bragança

É grave a situação dos agricultores de Vilas Boas (Vila Flor) que viram as suas culturas destruídas pela chuva e o granizo de 16 de Maio último, e também a dos produtores de leite do planalto mirandês, que viram diminuído em cerca de 10\$00 por litro o preço do seu produto, revela a Comissão Distrital de Bragança do PCP.

Reunida há dias em Mirandela, aquela Distrital do PCP, que contou para o efeito com a presença do camarada Serafim Brás da Silva, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido, decidiu marcar para o primeiro trimestre de 1991 a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Bragança do PCP.

## Camarada Falecido

### Mariana Faustino Mirão

Activista do PCP na cidade de Lisboa há longos anos, faleceu a nossa camarada Mariana Cláudio Faustino Mirão. Contava 51 anos. Aos familiares, amigos e companheiros da militante comunista desaparecida o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.

## Nacional

## JCP reúne com direcções da JS e Ecojovem

As direcções da Juventude Comunista Portuguesa e da Juventude Socialista, recentemente reunidas na sede da JCP, congratularam-se pelo desenvolvimento positivo assinalado no Movimento Associativo no Ensino Superior, tendo igualmente debatido durante o encontro outras questões de interesse comum.

As duas organizações consideraram que o IV Encontro Nacional de Juventude, a realizar em Outubro próximo, constituirá um momento de grande importância e vitalidade do movimento juvenil português, não sendo por isso aceitável qualquer redução do subsídio à sua realização, por parte do ministro adjunto e da Juventude, Couto dos Santos, salientando no documento divulgado à imprensa.

Por outro lado, continua o comunicado, procedeu-se à análise dos processos de revisão estatutária e de eleições dos órgãos do Conselho Nacional de Juventude, bem

como de algumas perspectivas de trabalho a este nível. Expressando preocupação pelo funcionamento do Conselho Consultivo de Juventude, as direcções da JCP e da JS manifestaram ainda receio de que a Conferência de Ministros da Juventude e Afins do Conselho da Europa se transforme em mais uma tentativa de instrumentalização do Movimento Juvenil e de apagamento da importância do IV Encontro Nacional de Juventude.

Na reunião, em que participaram pela JCP Manuel Coelho e Amélia Pardal do Secre-

tariado da Direcção nacional e António Filipe do Executivo da Direcção Nacional, e pela JS António José Seguro, secretário-geral, e Miguel Serrano, primeiro-secretário, foi por último decidido efectuar um novo encontro, em data a confirmar posteriormente, para aprofundar estes e outros temas de interesse juvenil.

### Encontro da JCP com Ecojovem

Dirigentes da JCP e da Ecojovem analisaram numa reunião conjunta questões relativas à situação social da juventude portuguesa, que consideraram como grave, realçando a precarização do emprego, a elitização do ensino e a falta de habitação

## Poder local e juventude vai estar em debate na Amadora

As organizações do PCP e da JCP estão a preparar nas várias regiões do país a sua participação no seminário sobre poder local e juventude que se realiza no próximo dia 9 de Junho no Auditório dos Paços do Concelho da Amadora.

poder local nesta área e do papel e acção dos jovens eleitos e ainda a articulação do trabalho das autarquias com os programas do Governo e a formação de animadores juvenis.

O levantamento de situações e opiniões que chegaram até ao momento à comissão organizadora do seminário confirmam as grandes potencialidades de relação dinâmica entre o poder local e os jovens e a necessidade de repensar as estruturas e formas de trabalho nesta área.

Em debate estão as novas realidades do associativismo juvenil e a sua ligação com o trabalho das autarquias, a participação juvenil no planeamento e na acção autárquica, a avaliação do trabalho das estruturas do

O seminário, que decorrerá em cinco painéis de debate, terá a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, que fará a intervenção de encerramento.

### Direitos sociais dos jovens na CEE

Por seu turno, a JCP promoveu na passada quarta-feira uma conferência de

imprensa em que anunciou a realização de um seminário intitulado «Direitos Sociais da Juventude na CEE», nos próximos dias 9 e 10 de Junho na Casa da Juventude de Almada.

Esta iniciativa tem como objectivos fundamentais o debate e troca de ideias entre jovens pertencentes a Organizações Comunistas de países da CEE, debruçando-se sobre questões educacionais, ainda que sejam ignoradas o resto dos dias do ano. A Declaração dos Direitos da Criança foi promulgada em 1959, tendo a Assembleia Geral da ONU promulgado em Novembro passado uma Convenção Internacional, que não entrou ainda em vigor por não ter sido ratificada por um número suficiente de países. A criança tem direito à informação, à actividade lúdica, ao tempo livre, à liberdade de pensamento, consciência e religião, e está protegida contra maus tratos, separação arbitrária da família, abusos

João Fernando, dirigente da FENCA — Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, e do engº Carlos Amaro.

A 2ª parte é aberta a todas as pessoas e organizações interessadas em acompanhar os problemas da Reforma Agrária.

terá a seguinte ordem de trabalhos:

1ª parte — Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas de 1989

2ª parte — Debate sobre a situação da Reforma Agrária e o desenvolvimento agrícola do País com a participação de

O plenário, com início às 21 horas, na Casa do Alentejo,

anteriores, aproveitar-se-á este encontro para uma reflexão sobre a situação presente da Reforma Agrária, suas perspectivas e inserção no desenvolvimento agrícola do País.

Anteriormente, aproveitaram-se-á este encontro para uma reflexão sobre a situação presente da Reforma Agrária, suas perspectivas e inserção no desenvolvimento agrícola do País.

## Encontro do PCP com delegação da «ID»



Dando início a uma série de encontros do PCP com outros partidos democráticos, realizou-se na passada segunda-feira, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, um encontro entre uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal com a delegação da «Intervenção Democrática»

## Dia Mundial da Criança

### A festa e a reflexão



O Dia Mundial da Criança comemorou-se na passada sexta-feira com várias iniciativas promovidas por todo o País, que senão de todos contribuíram para alegria de muitos pequenos, e proporcionaram um momento de reflexão no país como Portugal orde, segundo as estatísticas oficiais, só no distrito do Porto foram registados em 1989 mais de 2601 casos de trabalho infantil.

Entre as iniciativas promovidas, referimos a abertura das portas do Jardim Zoológico de Lisboa a 25 mil crianças, que tiveram também entrada franqueada até às vinte horas na Feira Popular, nas piscinas do Areeiro, Olivais e Penha de França. Ainda em Lisboa, nos Jardins da Fundação Gulbenkian, crianças de quatro escolas do concelho de Loures, numa iniciativa promovida conjuntamente pela respectiva Câmara Municipal e a Fundação, tiveram oportunidade de conhecer a cultura da zona onde vivem.

Entretanto, em muitos outros municípios, casos de Setúbal, Braga, Moita, Oeiras, etc., as crianças tiveram programas organizados que lhes mostraram que afinal têm direitos, consagrados em numerosos textos internacionais, ainda que sejam ignoradas o resto dos dias do ano.

A Declaração dos Direitos da Criança foi promulgada em 1959, tendo a Assembleia Geral da ONU promulgado em Novembro passado uma Convenção Internacional, que não entrou ainda em vigor por não ter sido ratificada por um número suficiente de países.

A criança tem direito à informação, à actividade lúdica, ao tempo livre, à liberdade de pensamento, consciência e religião, e está protegida contra maus tratos, separação arbitrária da família, abusos

económicos, sexuais ou penais, proclama a convenção. Os números da UNICEF testemunham contudo uma realidade bem diferente, registando que oito mil crianças morrem por dia por falta de vacinas, sete mil são vítimas de desidratação diarreica e seis mil morrem com pneumonia. Ainda segundo previsões deste organismo internacional de educação pré-escolar, o insucesso escolar atinge 43% no ensino primário e 21,9% nos preparatórios e o andamento escolar entre o 4.º e o 5.º ano de escolaridade obrigatória é de 16%; a cobertura da população escolarizada por exames de saúde e outras actividades atingem pouco mais de 30%; a taxa de mortalidade infantil é ainda de 13,2% e a total cobertura de vacinação não foi alcançada.

### Número especial do «Girassol»

«O Girassol», boletim da Casa do Pioneiro, publicou um número especial dedicado quase exclusivamente ao Dia Mundial da Criança, assinado a 1 de Junho.

Esta edição inclui uma entrevista de quatro páginas com um grupo de crianças sobre o significado daquela data, divulga os resultados do concurso de desenho, igualmente integrado nas comemorações, assim como notícia a realização do 4.º Encontro Nacional de Correspondentes realizado em Sines nos dias 16, 17 e 18 de Março.

boletim da casa do pioneiro / ano 6 nº 344 JUN 90

## 1 DE JUNHO

### DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

UM DIA QUE DEVE DURAR UM ANO

Pioneiros de Portugal

### Comentário da DORP

A propósito do Dia Mundial da Criança, a DORP tomou posição sobre um conjunto de problemas que afectam o distrito do Porto, um distrito jovem, «com uma das mais elevadas taxas de natalidade do País, onde 24% da população tem menos de 14 anos». Alguns números apontados são esclarecedores: em 89 foram «oficialmente» registados 2610 casos de trabalho infantil entre os 12 e os 14 anos; os equipamentos de educação pré-escolar cobrem apenas 25% das crianças entre os 2 a os 5 anos; o insucesso escolar atinge 43% no ensino primário e 21,9% nos preparatórios e o andamento escolar entre o 4.º e o 5.º ano de escolaridade obrigatória é de 16%; a cobertura da população escolarizada por exames de saúde e outras actividades atingem pouco mais de 30%; a taxa de mortalidade infantil é ainda de 13,2% e a total cobertura de vacinação não foi alcançada.

Ao saudar o Dia Mundial da Criança a DORP «alerta para a política social do Governo PSD que se desenvolve no sentido único da sua responsabilização na aplicação e criação de condições materiais que conduzam ao cumprimento universal dos Direitos da Criança. A sua crescente desresponsabilização em relação à educação e ao ensino com a transferência de encargos para as autarquias e para as famílias, a redução de privatização de serviços e instituições públicas de saúde, as tentativas de desmantelamento da segurança social com o estímulo a esquemas complementares privados, a par das mais suspeitas e ineficazes distribuições de fundos através de comissariados de combate à pobreza, reflectem o verdadeiro cariz da política de direita neo-liberal do governo Cavaco — o acentuar de desigualdades sociais.

Lembrando o que no Programa do PCP «Por uma democracia avançada no limiar do séc. XXI» se inscreve na defesa do «direito das crianças ao desenvolvimento harmonioso como essencial para uma infância feliz, condição para a formação de cidadãos física, intelectual e emocionalmente saudáveis» e do interesse do Estado e da sociedade criar condições para que ele seja possível, a DORP considera que é inseparável da luta contra a política da direita, por uma alternativa democrática, conforme com as necessidades e aspirações do povo português. «Só dessa forma os elos mais frágeis da sociedade, onde se situam as crianças, terão concretizados os seus direitos essenciais».

### MDM debate alfabetização

No âmbito do Ano Internacional da Alfabetização (AIA) e integrado numa semana subordinada ao tema «Alfabetização — uma porta aberta

## O Conselho das Comunidades e a luta dos emigrantes

Uma delegação do Conselho das Comunidades Portuguesas, que veio ao nosso país numa curta visita, entre 27 e 31 de Maio findo, protestou publicamente, em conferência de imprensa, contra a decisão governamental de extinguir aquela estrutura, a fim de a «substituir por uma estrutura facilmente domesticável».

A comunidade portuguesa nos países de imigração vive apreensiva. Quando mais necessário seria que o Governo português reconhecesse as suas formas de organização e os seus órgãos representativos, mais este teima em insistir-se na autonomia do movimento associativo, na tentativa de governamentalizar e controlar partidaricamente as estruturas que dele emanam.

Nos países onde o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) está constituído, os membros deste confrontam-se com a tentativa da sua extinção, e procuram contrariar a imposição de um novo órgão que em seu lugar o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas pretende fazer aceitar.

Tanto agora como já em 1980, é com o PSD no Governo que este, ao criar um organismo para a emigração, o faz com o intuito de contrariar uma dinâmica de crescimento do movimento associativo autónomo e representativo das comunidades portuguesas no estrangeiro.

Em 1980 o CCP foi pretexto para contrariar a aplicação da Lei das Comissões Consulares, que por proposta do PCP tinha sido aprovada na Assembleia da República e promulgada.

### O tiro pelo culatra

Contudo, os emigrantes de diversos países que em comunidades diferentes intervieram no processo de constituição deste órgão, conseguiram, através da luta e de abnegada e persistente intervenção, forçar o Governo a auscultar os anseios da emigração, a dialogar com o Conselho e a reconhecer a validade das suas propostas. Foi «o tiro pelo culatra» que saiu da arma que o Governo tinha apontada à capacidade organizativa dos trabalhadores portugueses no estrangeiro. Esta expressão, usada pelos membros eleitos do CCP, caracterizava a situação então vivida. Vividos 10 anos, o Governo PSD/Cavaco Silva volta de novo a fazer tábua rasa da experiência, das

realizações, e mesmo, — numa situação de conflituosa coexistência —, dos benefícios advindos da acção do CCP, e decreta a sua extinção.

Pretende em sua substituição criar um outro órgão que, sob o sofisma da adaptação das estruturas às novas realidades, mais não visa que concretizar a tentativa nunca abandonada de governamentalizar, manipular e partidarizar as instituições representativas dos emigrantes.

Entre 27 e 31 de Maio deslocou-se ao nosso país uma delegação do CCP da Europa, que em comunicado denuncia esta intenção.

Ao atribuir ao ministro dos Negócios Estrangeiros a competência para proceder ao conhecimento do Conselho nos diversos países, fixar o número total dos seus membros, designar os representantes de várias categorias e definir o regime dos colégios eleitorais, o texto do novo decreto-lei dá força de evidência às legítimas preocupações expressas pela delegação. Ao criar a categoria de empresários, artistas e docentes universitários, o decreto do PSD omite intencionalmente que estes sempre puderam, e podem, através do movimento associativo (ao qual em muitos casos dão um contributo de inestimável valor), intervir

plenamente no processo de constituição do Conselho, como os tenta usar para gerar divisões nas comunidades, e enfraquecer o valioso papel que as Associações desempenham na sua organização e coesão.

Decreto de cariz corporativista, é como o designa a delegação de membros do CCP da Europa, que nas acções de sensibilização e protesto que encetou, conta com o apoio explícito dos CCPs da África do Sul, Brasil e Austrália.

Nos contactos realizados com órgãos institucionais, partidos políticos e parceiros sociais, sobressaiu por um lado a compreensão que pela sua luta demonstram os partidos democráticos e, por outro, a visível má consciência do grupo parlamentar do PSD, e dos seus membros na Sub-Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração da Assembleia da República. Se uns se furta a receber a delegação, os outros, na ausência de condições para contrariar as razões dos emigrantes, responderam com evasivas.

### Iniciativas do PCP

A este respeito o grupo parlamentar do PCP avançou já com duas iniciativas legislativas: um pedido de ratificação

do decreto governamental, que terá lugar dia 29 de Junho, e outro de apresentação de um projecto de decreto-lei do CCP. Ao apresentar à delegação o teor e os objectivos destas iniciativas, o Partido colheu a concordância da delegação, também possível, já que qualquer das iniciativas foram divulgadas às comunidades, e na sua formulação acolheram as opiniões e propostas dos emigrantes.

«É evidente que a decisão tomada pelo Governo de extinguir o Conselho das Comunidades Portuguesas e a sua substituição por uma estrutura facilmente domesticável, resulta da vontade que manifesta de impor às Comunidades Portuguesas no estrangeiro a sua política autoritária e desligada das realidades nacionais e internacionais e da vida dos portugueses e seus descendentes que vivem fora do País.» Citámos um parágrafo do Comunicado divulgado em Conferência de Imprensa, nomeadamente pela clareza da denúncia, que, sendo-o, reflecte um sentimento generalizado junto do CCP, das Associações e dos emigrantes em geral em relação a um Governo que lá como cá espeznha os interesses dos trabalhadores e do povo português.

O tiro há-de sair-lhe pela culatra.

## Mulheres comunistas promovem seminário nacional

Decorreu durante o último fim-de-semana, no Instituto Franco-Português, um seminário dedicado à problemática do «Emprego das mulheres e as infra-estruturas de apoio às crianças — situação actual, soluções futuras», promovido pelas Organizações não governamentais (ONGs).

A iniciativa destinou-se a analisar as consequências no emprego feminino da falta de infra-estruturas de apoio às crianças, os custos económicos e as repercussões sociais daí decorrentes, bem como propor soluções futuras através de propostas a apresentar aos órgãos de poder.

As intervenções ressaltaram que para além do Governo não demonstrar interesse em resolver os problemas existentes, estimula o patronato a encerrar creches e, através de medidas como o pacote laboral, remeter as mulheres para casa. É pois esta a forma do Governo resolver dois problemas: o das infra-estruturas de apoio e do desemprego.

### MDM debate alfabetização

No âmbito do Ano Internacional da Alfabetização (AIA) e integrado numa semana subordinada ao tema «Alfabetização — uma porta aberta

para novas saídas», o Movimento Democrático das mulheres realizou um debate no passado dia 31 de Maio na Sociedade Portuguesa de Autores.

Presentes mais de três dezenas de pessoas, entre as quais se contavam representantes de várias estruturas ligadas a esta temática, o encontro acolheu favoravelmente a proposta do MDM de formação de uma Comissão não governamental para o AIA, cujo objectivo é de sensibilizar diferentes entidades a constituírem-se como interlocutores junto do Poder Central de modo a que o AIA seja mais do que um mero plano de intenções.

No debate foi expressa não só a preocupação face ao número elevado de analfabetos em Portugal — o mais elevado da CEE — bem como o facto de 74% da população ter no máximo o sexto ano de escolaridade.

Por outro lado foi apontado como negativo o facto de nos cursos de alfabetização para adultos serem aplicados os mesmos métodos que se utilizam para as crianças, o que tende a inibir e desmotivar os formandos.

Entre os intervenientes estiveram a deputada do PCP, Lurdes Hespanhol, e Isabel Brito, representante da Organização das Mulheres Comunistas.

Com o fim de aprofundar o conhecimento sobre a participação das mulheres no desenvolvimento, na vida política e cultural, bem como a análise dos reflexos que daí decorrem para a comunidade em geral, a Comissão junto ao Comité Central do PCP para os Problemas e Luta das Mulheres, reunida no passado sábado, decidiu realizar um seminário nacional, a ter lugar em Lisboa, no dia 13 de Outubro próximo, subordinado ao tema «A Mulher na Comunidade Local».

Nesta iniciativa prevê-se que participem várias centenas de mulheres, ligadas às várias estruturas locais de todo o País. Promovido pelas mulheres comunistas o seminário pretende abarcar a realidade nacional da generalidade das mulheres portuguesas e proporcionar mais do que um simples somatório de intervenções.

De facto, segundo revelou ao «Avante!», a camarada Luísa Araújo, do Secretariado do Comité Central, a organização deste encontro está a desenvolver esforços para que até Outubro seja realizada um vídeo-filme sobre a participação da mulher na comunidade, a apresentar durante os trabalhos do seminário, bem como para uma exposição fotográfica dedicada ao tema.



O trabalho da mulher poderá ser ainda homenageado através de «apontamentos vivos» sobre o trabalho artesão de diversas zonas do País, tradicionalmente efectuado por mulheres, caso da tapeçaria, rendas e bordados, etc. Tudo isto poderá estar patente durante a iniciativa.

Entretanto os participantes terão como objectivo elaborar propostas de estratégia e medidas concretas a propor às instituições competentes.

Para já a respectiva Comissão considera que a mulher desempenha um papel de relevo na vida da comunidade, mantendo uma «presença fulcral na vida familiar, onde transmitem valores estruturantes da personalidade das novas gerações».

Por outro lado, na reunião de sábado, assinalou-se que a intervenção e criatividade da mulher manifesta-se como «veículo de transmissão oral de elementos culturais de raiz local e regional, protagonizando, de certa forma, a defesa da identidade e cultura nacionais».

O comunicado resultante da reunião afirma também que as mulheres integram os diversos níveis no sistema económico sendo hoje «indissociáveis do desenvolvimento», assim como «são portadoras de novas formas de intervenção, tanto a nível local, como nacional, na vida associativa, sindical, partidária e política».

## Trabalhadores

# Greve na EDP

## Um primeiro aviso

Convocada para defender «a unidade da empresa», como reafirma a comissão coordenadora nacional da greve, a paralisação de quatro horas, no segundo período de trabalho do horário normal, sexta-feira passada na EDP, foi um «primeiro aviso ao Governo e à gerência», disse Raul Guedes, daquela comissão.

Com adesões superiores a 90 por cento, na parte de distribuição que inclui o contacto com o público, e 70 por cento nos serviços de produção, a greve de quatro horas foi convocada, segundo a mesma comissão, pelas «estruturas sindicais afectas à CGTP-IN e à UGT».

De acordo com a mesma fonte sindical e segundo declarações públicas de Raul Guedes, membro da comissão de greve e da direcção da FSTIEP (Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas) a greve de sexta-feira levou ao encerramento de numerosos serviços de atendimento, na tarde do mesmo dia, e abrangeu a grande maioria dos 22 mil trabalhadores da empresa.

### Desmembramento e privatização

Os objectivos da greve não foram de ordem econó-

mica. No entender dos sindicatos e da coordenadora nacional, esse facto valoriza os níveis de adesão e «alerta para a determinação existente» no sentido de «defender a unidade da empresa» contra «as intenções expressas pelo Governo e pela gerência, de desmembramento e privatização de partes desta empresa pública».

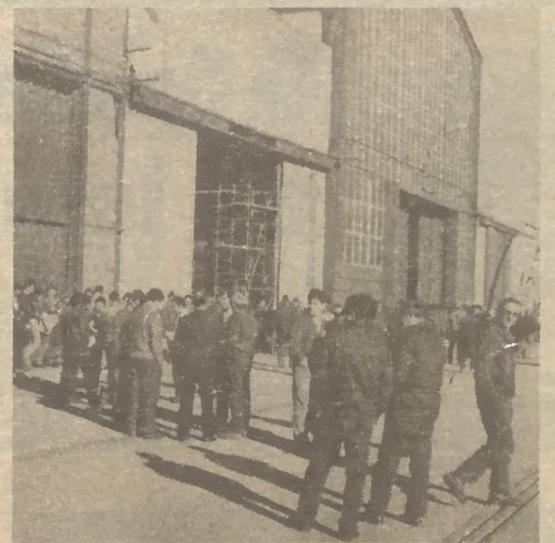
Ainda segundo as mesmas fontes, a paralisação de quatro horas, sexta-feira passada, «cumpriu os objectivos definidos».

Além da recusa do desmembramento e da privatização, os trabalhadores pretenderam defender também, como essa forma de luta, «a

melhoria do serviço prestado à população».

Por último, entre os objectivos da paralisação encontra-se a defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, ameaçados, segundo os sindicalistas, «no contexto das pretensões do Governo».

Recorde-se que a paralisação de sexta-feira, ao contrário de acções reivindicativas anteriores de maior duração, não afectou o fornecimento de energia eléctrica «a não ser em casos pontuais — afirma a coordenadora — por não reparação de avarias», e apenas por algumas horas, conclui.



A Sorefame voltou a parar (foto de arquivo)

## Outras lutas

As formas de luta recentemente adoptadas por trabalhadores e sindicatos incluíram, além da EDP, a Sorefame, a CPB (Companhia Petroquímica do Barreiro), e podem abranger em breve a Rodoviária Nacional e a Administração Pública. As questões relacionadas com a revisão salarial continuam a predominar nos conflitos. Mas a EDP (ver esta página) foi excepção desta vez. Amanhã, num plenário geral em Lisboa, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores decidirá sobre a forma de acção reivindicativa a adoptar (que pode ser a greve) perante a atitude da Secretaria de Estado do Orçamento com a qual se reúne hoje a Federação sindical do sector.

Proseguia, entretanto, a preparação da semana de luta pelas 40 horas. A comissão executiva da CGTP, reunida em Lisboa segunda-feira passada, anunciou que a luta com aquele objectivo «vai ser desencadeada entre os dias 25 e 30 de Junho».

Os sindicatos da Administração Pública, reunidos por sua vez em Lisboa, dirigiam um apelo «à mais ampla convergência de todas as organizações sindicais do sector (sejam elas filiadas na CGTP-IN, na UGT, ou independentes) para a luta em defesa de uma justa actualização salarial e do descongelamento de dois escalões em todas as carreiras, a partir de 1 de Junho».

## Mau ambiente e prepotência no Instituto de Odivelas

Num serviço de Imprensa de 29 de Maio, o Instituto de Odivelas (estabelecimento escolar feminino dependente do Estado-Maior-General das Forças Armadas) é acusado de permitir «mau ambiente de trabalho» ao seu «corpo de monitoras que acompanha dia e noite» as alunas do Instituto.

Transcrevemos na íntegra, sobre o assunto, a nota do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores:

«Melhorada a situação das alunas do Instituto de Odivelas que, conforme o noticiado há um ano pelo «Expresso»,

fizeram um levantamento de rancho contra as más condições de alimentação, surgem agora informações de que o corpo de monitoras, que acompanhava dia e noite as referidas alunas, está revoltado pelo mau ambiente e condições de trabalho.

«Com origem em atitudes e comportamentos autoritários e de menosprezo por parte dos responsáveis, as monitoras desta instituição de ensino para filhas de militares, dependente do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), são vítimas de injustiças, quer decorrentes de interpretações enfiadas da legislação da Função Pública, quer da pura e simples prepotência.

«Exemplos disso são o de uma monitora grávida que requereu a isenção do trabalho nocturno (velas) com apoio de declaração médica e viu o seu pedido indeferido; ou o de uma directora que, no momento de tomada de posse de três novas monitoras, as

designou por «crianças loucas, inconscientes e incompetentes».

«Por outro lado, o que se passa com a chamada classificação de serviço — obrigatória na Função Pública e com efeitos na progressão e promoção profissionais — é outro caso dos mais gritantes: ao invés de uma classificação profissional baseada no desempenho e em critérios de análise objectivos e imparciais, os «notadores» usam-na como forma de pressão e como meio de obter do pessoal o cumprimento dócil das suas ordens.

«Mais uma vez cumpre-nos denunciar que a situação do Instituto de Odivelas não pode ser desligada de uma atitude mais geral do EMGFA, que pretende manter num gueto os trabalhadores civis dos serviços departamentais das Forças Armadas, não lhes permitindo o exercício dos direitos sindicais reconhecidos e protegidos na Lei e na Constituição da República.»

## A USP em Congresso

O 3º Congresso da União dos Sindicatos do Porto (USP/CGTP-IN) terá lugar nos próximos dias 22 e 23 de Junho, no cinema do Terço, no Porto. Em conferência de Imprensa, Pacheco Gonçalves, coordenador da USP, expôs o que de essencial representará o Congresso.

Depois de referir os objectivos desta iniciativa, que, além de responder aos principais problemas dos trabalhadores da região, deve formular as suas reivindicações, aquele dirigente nacional da USP/CGTP indicou também a necessidade de reforçar o papel da USP no seu trabalho de direcção e ligação com os sindicatos do distrito face às novas realidades sociais.

### Acção num campo mais alargado

Pacheco Gonçalves disse que a acção sindical tem hoje um campo mais alargado, embora mantenha e venha a manter a intervenção reivindicativa e a luta, como acção permanente e prioritária. Segundo o dirigente sindical da USP, colocam-se hoje ao movimento sindical novas exigências, e a necessidade de novas respostas em todas as áreas relacionadas com as condições de vida e de trabalho, incluindo uma cres-

cente intervenção da USP nas questões ligadas ao desenvolvimento regional.

Depois de se referir à situação social — «Os trabalhadores sentem de uma forma particular que é possível e é urgente viver melhor. Há manifestações de riqueza e luxo a contrastar com situações de miséria e fome (...) Tem que se inverter a situação, tem que se pôr cobro a esta injustiça. Por isso os trabalhadores têm lutado e vão prosseguir a luta» — Pacheco Gonçalves contrariou a ideia de que as novas realidades afectarão as organizações sindicais. Na sua opinião, estas mais do que nunca se impõem. Abrem-se perspectivas à sua intervenção, ao reforço da unidade e da organização dos trabalhadores e da sua luta. O Congresso da USP deve ser uma contribuição nesse sentido. Deve melhorar a qualidade das respostas e afirmar ao mesmo tempo a vitalidade e o dinamismo perante a realidade em que está inserido.



## 14% na óptica Aumento salarial em termos reais

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços destaca «uma subida real do valor dos salários» dos trabalhadores do comércio de óptica que, com a entrada em vigor a 1 de Maio findo de um acordo de revisão salarial, acabam de obter 14 por cento de aumento médio global dos salários, «sensivelmente acima da inflação (12,7 por cento) verificada nos 12 meses de vigência dos salários anteriores».

De acordo com uma nota do departamento de comunicação social daquela Federação (FEPCES), o acordo de revisão, assinado por ela pró-

pria, pela parte sindical, e pelas associações patronais do comércio de óptica, deveria incluir uma redução do máximo de horas semanais para 40 horas — reivindicação a que as associações patronais «se opuseram insistentemente».

Além da subida real dos salários, foi acordada ainda «a redifinição e reajustamento de várias carreiras».

Exigível devido à introdução de novas tecnologias no sector essa parte do acordo será introduzida na próxima revisão do contrato colectivo de trabalho, conclui a FEPCES.

## Pesca no mar

Organizado pela delegação conjunta dos sindicatos do concelho de Sintra-CGTP-IN, efectua-se no próximo domingo, 10, o 7.º grande concurso de mar (pesca desportiva) no litoral de Sintra. Há 100 prémios classificativos e pequenos troféus para todos os participantes. No sábado, véspera do concurso, a delegação dos sindicatos do concelho de Sintra estará aberta até às 23 horas, para informações e entrega de documentação.

## CGTP saúda ASP/PSP

Eleita recentemente a nova direcção da ASP/PSP recebeu da comissão executiva da CGTP, a seguinte saudação:

«A CGTP-IN saúda os corpos gerentes da direcção da Associação Socioprofissional da PSP agora eleitos, formulando votos sinceros de felicidades no desempenho das funções e objectivos que se propuseram.

«A CGTP-IN sempre acom-

panhou e apoiou todo o trabalho que, com empenhamento e coragem, os profissionais da PSP desenvolvem pelo reconhecimento da sua Associação, a ASP/PSP, desejando que o labor da nova direcção contribua para o seu fortalecimento.»

O texto termina com «saudações sindicais», e foi divulgado pelo DIF/CGTP-IN em 1 do corrente.

## Tribunal opõe-se à RTP

Com base numa providência cautelar apresentada pela jornalista da RTP, Diana Andringa, o Tribunal do Trabalho de Lisboa mandou suspender não só o processo disciplinar movido àquela profissional pelo conselho de gerência da empresa pública, como a própria ordem de serviço 5/90 que desencadeou o processo disciplinar. A direcção do Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, «congratula-se com esta decisão que demonstra a ilegitimidade da actuação do conselho de gerência da Radiotelevisão Portuguesa». A nota do SJ é de 5 do corrente.

## Poder Local

## Encontro da CDU na cidade do Porto

## Trocar experiências e aprofundar o trabalho

A troca de experiências, uma informação de conjunto sobre o trabalho da CDU, o debate sobre as posições de outras forças políticas, o aprofundamento do trabalho com as organizações populares, instituições e com a população, bem como os problemas actuais do desenvolvimento do Porto foram os principais objectivos do Encontro da CDU da cidade do Porto recentemente realizado naquela cidade.

Particular atenção foi dada a algumas questões centrais do desenvolvimento da cidade, nomeadamente as relacionadas com os Pólos Universitários, o andamento das

obras da Via de Cintura Interna no que respeita aos problemas do trânsito e dos moradores das áreas envolventes, os que respeitam à habitação e ao CRUARB e à situação do

Parque da cidade, «cujo futuro deve mais uma vez ser defendido».

A situação dos SMGE foi também largamente debatida — «a gravosa gestão da EDP em relação aos municípios aumentando neste momento, e apesar da campanha de «marketing» lançada, os problemas de sobre facturação, das leituras e das péssimas condições de atendimento impróprias de qualquer país civilizado». Na nota que então

distribuiu à comunicação social, a CDU do Porto sublinha «a preocupação sobre quaisquer tentativas da Câmara do Porto ceder (seja qual for o preço) os SMGE e a necessidade de intensificar a acção nos órgãos autárquicos e junto da opinião pública para que sejam devolvidos à CMP como é de direito».

Outro ponto que mereceu as preocupações dos presentes no Encontro é a não apresentação à Câmara do projec-

to de Plano de Actividades e Orçamento, até por que, «diariamente são anunciadas através da comunicação social iniciativas e empreendimentos não discutidos nem aprovados em órgão próprio e sem a cobertura do PAO que a Assembleia Municipal terá de aprovar».

➤ O Encontro manifestou-se «pela necessidade de intensificar a intervenção da CDU no que se refere à problemática do gás canalizado e à

denúncia da posição assumida na CMP e na AMP pelo PS, PSD e CDS, não de luta para que a concessão fosse atribuída à autarquia mas de defesa da sua entrega a uma determinada empresa privada, antes ainda de aprovado o quadro legal do regime de concessão e antes da realização do indispensável concurso público».

Questões relacionadas com o anunciado Programa contra a Pobreza, as competências e meios financeiros das freguesias, a Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas, ocuparam ainda os debates no decorrer da iniciativa que tomou medidas sobre o desenvolvimento do trabalho da coligação, nomeadamente a realização de reuniões de eleitos por áreas de actividade e, em Outubro, um Encontro sobre a Juventude e a Cidade.

## PCP e CDU do Porto e os problemas da Saúde

Com o objectivo de dar a conhecer as acções que têm vindo a ser desenvolvidas com vista a um melhor conhecimento dos problemas de saúde no distrito do Porto, tendo em conta as inúmeras queixas que têm sido recebidas de utentes, médicos e outros trabalhadores da saúde contra a degradação dos serviços públicos prestados à população, realizou-se recentemente em Vila Nova de Gaia uma conferência de Imprensa dos deputados do PCP pelo distrito do Porto e eleitos da CDU naquele concelho.

Após divulgar as acções programadas, de que se destacam a solicitação de visitas e contactos com os responsáveis do Centro Hospitalar de V. N. de Gaia e do Hospital de S. João e de uma reunião com a Administração Regional de Saúde, e ainda a interpelação, na Assembleia da República, do Ministro da Saúde sobre as questões mais pertinentes, Ilda Figueiredo, deputada do PCP, afirmou que através da visita ao Centro Hospitalar de Gaia e das reuniões e contactos com diversas entidades ligadas aos problemas da saúde no concelho, se justificam inteiramente as queixas e preocupações que nos fizeram chegar».

Em Gaia, os Centros de Saúde são escassos (seis) para os cerca de 280 mil habitantes, há mesmo várias freguesias que continuam sem qualquer unidade de saúde, o que obriga a população a percorrer enormes distâncias, muitas vezes com deficientes transportes públicos. Em geral mal instaladas, as unidades de saúde têm péssimas condições quer para quem lá trabalha, quer para os utentes, como é exemplo das de Oliveira do Douro, Arcozelo e Soares dos Reis, neste caso agravados pelo facto de há longo tempo estarem paradas as obras de construção do novo centro.

Os cuidados primários prestados são também insuficientes, porque não estão colocados os médicos de família necessários, o que leva a grandes atrasos na marcação de consultas, na assistência domiciliária, à degradação do atendimento nas consultas e a uma sobrecarga do serviço de urgência do Centro Hospitalar. Esta situação está a agravar-se com a aplicação da Lei das novas carreiras médicas e a correspondente alteração nos horários médicos por parte de algumas direcções dos centros de saúde.

Foi ainda referido que no Centro Hospitalar de V. N. de Gaia se fazem sentir de uma forma acentuada os resultados da aplicação da legislação de gestão hospitalar que impôs gestores nomeados pelo Governo, sem qualquer critério que não o da confiança partidária e sem a participação dos trabalhadores do Centro. «É possível constatar que a situação piorou, que há conflitos permanentes, que se degradam as condições de assistência médica e de instalação de doentes internados em muitos serviços, enquanto os meios complementares de diagnóstico continuam a um nível inferior ao de outros hospitais distritais do País». Por outro lado, a execução do plano de ampliação e remodelação do Centro Hospitalar, prometida há vários anos, continua a aguardar o desbloqueamento das verbas necessárias do Orçamento do Estado.

Para a CDU, em conclusão, «os serviços de saúde em Gaia reflectem a política de saúde que o Governo tem a nível nacional, com especial destaque para a redução de despesas do Governo com a saúde das populações, o que leva ao aumento das despesas familiares com os cuidados de saúde e o agravamento das desigualdades sociais, dada a necessidade do recurso aos serviços privados, o aumento constante do preço dos medicamentos e meios auxiliares de diagnóstico e a fraca participação do Estado no preço pago pelos utentes».

«Em clima de protesto e de luta, a população de Pernes vai ouvir inflamados e retóricos discursos sobre o ambiente, continuando a sofrer na pele e na alma a injustiça da situação no rio Alviela, que tem impedido e travado o natural desenvolvimento da sua freguesia», lê-se no comunicado da Junta, a propósito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente.

## Pensar o Ambiente

«Pensar Barreiro, pensar ambiente» foi o tema de uma mesa-redonda realizada na passada terça-feira no auditório da biblioteca municipal do Barreiro, destinada a proporcionar o início de uma reflexão sistematizada sobre os problemas em torno do ambiente na região.

Sendo uma das temáticas que mais preocupa a comunidade barreirense, especialmente nas questões em torno da poluição do ar, no debate, para além da autarquia, participaram como convidados elementos da Direcção Geral de Qualidade do Ambiente, da Comissão de Gestão do Ar Barreiro-Seixal, bem como de algumas das empresas industriais da Margem Sul do Tejo, nomeadamente da Quimigal/Quimiparque, EDP e FISIFE.

## Pernes protesta contra poluição

O dia do Ambiente, este

## Gondomar Balanço do trabalho CDU

Em Gondomar, a CDU, ao aceitar participar activamente na gestão camarária, tomou responsabilidade — Pelouro dos Mercados e Feiras, Saúde Pública e Protecção Civil e Pelouro da Higiene e Limpeza, Zonas Verdes, Jardins e Protecção do Ambiente — e, apesar de terem apenas decorrido quatro meses, é já visível que muita coisa foi feita. Uma detalhada informação dos passos dados e medidas tomadas nestas duas áreas de actividade foi dada por Joaquim Vieira e António Luís Dias, vereadores, no decorrer de uma conferência de imprensa, na passada semana. Planeamento, estudos, levantamentos, mas também medidas concretas como, e dando

apenas dois entre muitos exemplos que se poderiam citar, as obras de melhoria do Mercado da Areosa ou o levantamento de lixeiras e montureiras, muitas das quais existentes há vários anos, em várias das freguesias do concelho, fazem parte da longa lista de actividades distribuída à comunicação social.

Contudo não se resume à gestão dos pelouros referidos a acção da Coligação. A CDU tem-se empenhado na actividade geral da Câmara apresentando várias propostas para a resolução de problemas concretos, como é caso da distribuição de um subsídio extraordinário de 1000 contos a cada uma das

Juntas de Freguesia. No Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Gondomar tem sido a reorganização dos serviços, adequando-os à realidade actual do Concelho de Gondomar e à resolução dos problemas existentes que tem merecido especial atenção da CDU.

É, como referiram os vereadores da CDU, uma acção que procura ir ao encontro dos anseios da população, cumprindo aquilo a que nos comprometemos com o eleitorado: trabalhar para que Gondomar tenha o desenvolvimento que merece e para que todos os gondomarenses tenham melhor qualidade de vida e bem-estar sócio.

## Câmara de Matosinhos em ruptura financeira

A CDU de Matosinhos, em declaração de voto realizada no decorrer dos trabalhos da reunião camarária onde foi votada a autorização da contratação de um empréstimo de cerca de dois milhões de contos, tomou posição sobre a situação de ruptura financeira em que se encontra a Câmara Municipal de Matosinhos, causada pela «falta de uma política que sirva a população, fazendo uma gestão criteriosa dos recursos financeiros e aplicando-os na resolução dos interesses dos municípios», uma «política da imagem criada à margem da realidade» que conduziu ao «esbanjamento de milhões de contos».

Segundo a CDU de Matosinhos, esta situação é extremamente grave, a tal ponto que «há fornecedores que há muito não recebem, muitas obras necessárias e já programadas correm o risco de não se concretizarem e muitos trabalhadores contratados a prazo vêem os seus lugares em perigo».

Alguns exemplos foram dados pela CDU na sua declaração de voto daquilo que considera a «gestão desastrosa» na Câmara de Matosinhos: a integração apressa-

da, em 1982, dos Serviços Municipalizados de Electricidade na EDP, sem a salvaguarda do património municipal nem a defesa dos interesses da população, é um deles. Oito anos depois, Matosinhos continua a pagar as tarifas de energia eléctrica mais elevadas do Grande Porto e tem que indemnizar a EDP em mais de 400 000 contos. A decisão de indemnizar, com 32 000 contos, um construtor de um armazém clandestino, só possível com «a cumplicidade da Câmara», a atribuição, durante a campanha eleitoral, de subsídios no montante de dezenas de milhares de contos, «sem critérios e sem que os contemplados os esperassem», e a aquisição dos terrenos para a EXPONOR por centenas de milhares de contos (lembrando a CDU que não estando nunca contra esse projecto, defendeu que a aquisição dos terrenos não cumprisse à Câmara), são outros exemplos apontados pela Coligação.

«O PS, responsável pela gestão da Câmara desde 1976, e Narciso Miranda, Presidente desde 1980, têm de assumir as suas responsabilidades», afirma a CDU de Matosinhos para adiantar

que «é urgente que façam uma análise objectiva da situação do concelho, pondo de lado a demagogia e o verbalismo fáceis».

A CDU votou a favor do empréstimo porque «como força responsável que é» considera que «os compromissos assumidos pela Câmara têm de ser respeitados e há obras programadas que não podem ser ainda mais adiadas». No entanto aponta para a necessidade de a Câmara rever a sua política de despesas, revisão que «não pode ser feita, como parece a sua pretensão, à custa daqueles que sempre foram esquecidos». Nest, sentido a CDU manifesta a sua discordância com a inviabilização dos Jogos do Atlântico, frustrando as expectativas de milhares de jovens, com a não concretização de parques infantis e riques desportivos, entre outros.

Segundo a CDU de Matosinhos, «nem sequer a acção do Governo, lesando financeiramente as autarquias serve de justificação para a actual situação financeira da Câmara», pois «quer em tempo de vacas gordas, quer em tempo de vacas magras, o PS continua a não saber definir as prioridades».

CEE

# Vacas loucas provocam discórdia na Comunidade

Os potenciais riscos para a saúde pública resultantes do consumo de carne de vaca oriunda da Inglaterra ameaçam provocar uma guerra comercial entre os Doze. Enquanto por um lado os britânicos garantem que não há motivos para crer que a doença das vacas loucas afecte os seres humanos, por outro lado cresce o número dos parceiros comunitários que impõem restrições às importações de carne de vaca inglesa até haver mais esclarecimentos sobre a doença. Uma medida que está a causar prejuízos à Grã-Bretanha e abriu um diferendo entre a Comissão Europeia e os parceiros comunitários.

À hora do fecho da nossa edição desconhecia-se ainda o resultado da reunião de emergência que levou a Bruxelas os ministros da Agricultura da CEE, numa tentativa de chegar a acordo sobre as condições de exportação de carne de vaca inglesa. Mas tudo indica que o acordo não será fácil, uma vez que a Comissão Europeia se manifestou contra as proibições de importação de carne de vaca da Inglaterra decretadas por diversos países, chegando mesmo a fazer um ultimato para que estas sejam anuladas, no momento em que crescem as preocupações com a saúde pública.

Ainda que a questão só recentemente tenha vindo a público, a doença das vacas loucas (encefalopatia esponji-forme bovina - BSE) data já de 1986. A BSE ataca o sistema nervoso do gado, provocando a sua morte; segundo os dados oficiais, terão morrido até ao momento mais de 13 mil vacas vítimas da doença.

A questão que se coloca é a de saber se a BSE é ou não transmissível a outros animais, incluindo o ser humano. As opiniões estão divididas, mesmo na Grã-Bretanha. A morte recente de dois gatos

veio agravar as preocupações e as dúvidas, não faltando quem afirme, como o euro-deputado do PSD, Carlos Pimenta, que já há vítimas humanas a lamentar.

Perante esta situação, e apesar da Comissão Europeia ter considerado que a Inglaterra adoptou todas as medidas de segurança para a salvaguarda da saúde pública, um número crescente de países tem vindo a proibir as importações de carne de vaca daquele país. É o caso da França, da Alemanha Federal, do Luxemburgo, da Áustria, a que importa acrescentar as recomendações da Bélgica desaconselhando o consumo até um esclarecimento sobre as implicações da doença.

Se se tiver em consideração que a França importa normalmente mais de metade do total das exportações de carne de vaca da Inglaterra e que a RFA é o terceiro maior mercado britânico, compreende-se as implicações económicas resultantes das proibições.

Mas se são legítimas as preocupações britânicas com a queda em flexa das suas exportações de gado e carne, não são menos legítimas as preocupações com a saúde

pública. Mesmo sendo possível, como acusa a Grã-Bretanha, que os seus parceiros comunitários estejam a tentar tirar dividendos das dúvidas que envolvem a BSE para proteger as suas próprias produções de carne, o problema permanece. É que os cientistas, incluindo os britânicos, não conseguem garantir que a doença não seja transmissível ao homem.

E entre a defesa da saúde pública e os interesses da economia inglesa, a escolha não oferece dúvidas. Não será certamente com ultimatós da Comissão Europeia que a questão será resolvida. Sobretudo quando ainda se desconhece o resultado dos estudos sobre a doença que o Comité Científico Veterinário da CEE está a levar a cabo.

Em Portugal, as autoridades têm vindo a garantir que nenhum sinal da BSE foi ainda detectado no país. No entanto, com a queda de preços registada do mercado inglês devido a toda esta situação, não é de excluir a possibilidade de um substancial acréscimo nas entradas de carne de vaca e vitelo a preços reduzidos, o que tornaria praticamente impossível o seu controlo sanitário. Essa de resto a razão invocada pela RFA para a proibição das importações.

Na dúvida, mais vale ter cuidado. E esperar que a solução que vier a ser encontrada tenha antes do mais em conta a defesa da saúde pública e não só a nível europeu, para que daqui a uns tempos não se venha a descobrir que os milhares de toneladas de carne rejeitadas pela Europa foram fazer as suas vítimas no Terceiro Mundo.

pelas disposições que vierem a ser adoptadas pelos países que participam na Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa (CSCE).

Segundo o relator, «a vocação da UEO, tal como foi definida na Plataforma de Haia, não se alterou nem pela evolução das relações Leste-Oeste, nem por nenhuma das decisões tomadas no quadro da Comunidade Europeia». Por isso considera que a UEO continua a ser um «recurso que é necessário manter intacto para permitir à Europa manter o lugar que lhe compete na organização da sua própria segurança se a Nato, por um lado, não chegar a assumir plenamente os imperativos dessa defesa ou se, por outro lado, a política de abertura a Leste empreendida pela Comunidade Europeia não lhe permitir agir em domínios que não decorram explicitamente das suas competências».

interrogar, como o fizeram em 1967, sobre o «conceito de segurança» que devem adoptar à sua acção». Para tal, o relatório defende a análise «das condições materiais de coabitação dos povos europeus tendo em conta a geopolítica», as «relações económicas e sociais», as «relações políticas em sentido lato».

O relatório, que apresenta uma proposta de programa de acção a curto prazo, defende que o futuro papel da UEO depende em grande medida do que vier a ser o futuro da Aliança Atlântica, por seu turno condicionado

## Conselho da Europa debate futuro da UEO

O Conselho da Europa reuniu esta semana para debater o papel futuro da União da Europa Ocidental (UEO) no seio da Nato à luz das profundas alterações ocorridas no mundo, nos países de Leste e nas relações destes com o Ocidente. À hora do encerramento da nossa edição desconhecia-se ainda as conclusões da sessão, mas os trabalhos decorreram sobretudo em torno do relatório apresentado por Sir Geoffrey Finsberg orientado para a perspectiva de uma nova ordem de paz na Europa.

Na análise da situação actual que se vive na Europa, o relatório faz notar o facto das populações da Europa ocidental, bem como dos Estados Unidos, se mostarem cada vez menos dispostas a aceitarem os sacrifícios financeiros exigidos pela participação na Nato, traduzido, segundo o relator, numa diminuição da parte do Produto Nacional Bruto consagrado à defesa. Com os acontecimentos de 1989 no Leste, é de crer que tal tendência venha a acentuar-se, pelo que se considera «indispensável que os membros da Aliança Atlântica se voltem a



## Comissão dos Assuntos Sociais

# Na defesa dos trabalhadores com trabalho precário

Garantir a igualdade de tratamento dos trabalhadores com emprego precário foi a preocupação que presidiu à iniciativa da Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego do Parlamento Europeu de elaborar um relatório sobre os *contratos e relações de trabalho atípico*. O documento, da autoria da deputada socialista alemã Heinke Salisch, foi aprovado pela Comissão Social reunida de 30 de Maio a 1 de Junho em Durham, na Inglaterra.

A iniciativa da Comissão Social, de que é vice-presidente o deputado do PCP no Parlamento Europeu, Barros Moura, marca uma viragem na prática parlamentar, dado que se antecipa à Comissão europeia na apresentação de um projecto completo de directiva. Trata-se, na prática, e na ausência de um real poder de iniciativa parlamentar do Parlamento, de exercer uma pressão mais efectiva sobre os órgãos de decisão, não se limitando a ficar à espera da iniciativa da Comissão para depois dar um parecer sobre a matéria.

O relatório em causa propõe que a Comissão adopte um projecto de directiva (que deveria ser aprovado por maioria qualificada no Conselho) tendente a garantir, em todos os países da Comunidade, certos direitos e garantias mínimos aos trabalhadores com uma relação de trabalho precária. Tais direitos e garantias devem ser aferidos segundo o princípio da igualdade de tratamento e tender a neutralizar a fraude às leis gerais do trabalho e a impedir um *dumping* social.

O projecto define como trabalho atípico «todas as actividades realizadas por uma pessoa que trabalhe por conta de outrem no âmbito de um contrato ou de uma relação que não de duração indeterminada ou a tempo inteiro e que comporte elementos de precariedade». Considera-se como tais a curta duração do trabalho; o baixo número de horas de trabalho; a alternância entre períodos de trabalho e de não trabalho; a exclusão de facto ou de direito das dis-

posições legais, regulamentares ou convencionais, aplicáveis aos assalariados a tempo inteiro com contrato de duração indeterminada; a existência de um regime jurídico de derrogação que diminua o nível de protecção; e a fragmentação das relações de trabalho por várias entidades empregadoras.

A partir desta clarificação, estabelece-se que qualquer relação de trabalho que objectivamente corresponda àquelas características, independentemente da denominação dada pelas partes, deve poder ser requalificada como tal pela entidade nacional competente. Assim, por exemplo, em Portugal, o Tribunal de Trabalho deveria, para todos os efeitos, requalificar como relação de trabalho os casos dos «recibos verdes», que se destinam precisamente a defraudar a aplicação das leis de trabalho.

O projecto estabelece também que as situações de trabalho precário não podem constituir fundamento para diferenças de tratamento dos trabalhadores pelo que lhes devem ser garantidas, entre outras, a segurança no trabalho, a protecção da saúde, o direito à segurança social, a participação na vida das empresas, e estipula compensações pela precariedade do trabalho, designadamente através de subsídios ou acções de formação.

A Comissão Europeia, no quadro do programa legislativo para o ano em curso, deve apresentar em breve uma proposta de directiva sobre esta matéria. Ao tomar a iniciativa, a Comissão dos Assuntos

Sociais aponta-lhe o caminho a seguir.

## Negociação colectiva europeia

Ainda na mesma reunião da Comissão dos Assuntos Sociais foi debatido o projecto de relatório apresentado por Barros Moura sobre «liberdade sindical, negociação colectiva, informação, consulta e participação dos trabalhadores», que irá a plenário na sessão de Julho do Parlamento Europeu.

A Comissão apoiou o relatório, com a opinião favorável dos representantes dos grupos de esquerda e certas reservas dos de direita. É de destacar a proposta de directiva «para dar aplicação prática ao artigo 118º-B do Tratado, definindo o quadro jurídico e institucional da negociação colectiva transnacional a nível comunitário, no âmbito de uma empresa ou grupo de empresas, de sector ou inter-sectorial, as condições de eficácia jurídica dos acordos, e estabelecendo a obrigação de negociar acordos-quadro a nível comunitário fixando níveis mínimos de garantias, no domínio da protecção social e das relações de trabalho, relativamente a decisões de incidência transnacional em matéria social».

Segundo o deputado Barros Moura, os objectivos da proposta resumem-se, por um lado, à criação de um nível (transnacional) para a contratação colectiva, de modo a permitir às organizações de trabalhadores influenciar as decisões a um nível que ultrapassa as fronteiras nacionais e, por outro lado, a consagrar a obrigação de fazer acompanhar as decisões sobre o mercado interno por acordos-quadro a nível comunitário, fixando garantias mínimas no plano social.

Internacional

AMÉRICA LATINA

# Entre armas e negociações a difícil procura da paz

Terminou, a semana passada, em Madrid, a primeira reunião frutífera entre a Unidade Revolucionária Guatemalteca (URNG), que reúne os representantes da guerrilha, e diversos partidos políticos da Guatemala, entre os quais a Democracia Cristã, actualmente no poder. Em El Salvador, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional anuncia a retomada de operações militares como «um gesto político de aviso» ao governo de Alfredo Cristiani, para abrir caminho a uma solução negociada. Factos que testemunham da procura activa da paz, ainda que por difíceis caminhos, de que tão-pouco a guerra está ausente.

## Guatemala

### Mais de cem mil mortos

O diálogo desenvolvido a semana passada em Madrid limitou-se às condições para avançar no caminho da paz. É pouco ou muito? Em todo o caso é a primeira vez que se concretiza uma reunião em que se abrem reais hipóteses de avançar.

A primeira das condições exigida pelos guerrilheiros foi a reforma constitucional. Outras seriam condições de segurança e um compromisso dos partidos em respeitar a democracia. As forças guerrilheiras querem ter a possibilidade de fazer chegar à população a sua mensagem política, mesmo que não venham a participar nas eleições presidenciais previstas para Novembro.

O diálogo, iniciado em Março, numa reunião realizada em Oslo, deverá prosseguir brevemente na Cidade do México. Os negociadores estabeleceram um calendário para continuação das eleições.

Assim parece estarem a ser dados os primeiros passos para pôr fim a uma guerra terrível, dirigida contra as forças de esquerda e contra as populações índias, e que em 30 anos fez mais de cem mil mortos.

#### A situação actual

A Guatemala é, antes de mais, um país de profundas desigualdades sociais e de tensões étnicas que perpassam permanentemente o seu quotidiano.

Apenas 2% dos proprietários possuem 65% das terras. A tentativa de reforma agrária encetada pelo coronel Jacobo Arbenz Guzman, saldou-se na sua queda, através de um golpe de Estado organizado pelos Estados Unidos em 1954.

A população indígena, descendente dos índios maias, maioritária (55% do total da população do país), é vítima de toda a espécie de discriminações.

Entretanto a repressão abate-se da forma mais brutal sobre todas as forças progressistas, num terrível equilíbrio entre repressão «legal» da autoria do Exército, e «ilegal», obra de bandos armados de extrema-direita.

Nos últimos dez anos, mais de 40 mil pessoas «desapareceram». A média mensal actual de assassinatos políticos é de 72, sendo que na sua maioria os cadáveres têm marcas de tortura. A que há que somar, também em média, 41 «desaparecidos».

Com a aproximação das eleições de Novembro, a situação degradou-se mais ainda. Estudantes, operários, professores, sindicalistas, têm vindo a ser sistematicamente assassinados, depois de torturados.

O restabelecimento formal da democracia em 1985, após trinta anos de ditadura, e a eleição do democrata-cristão Vinicio Cerezo, não alteraram a realidade social e política Guatemalteca. A solução dos tribunais espe-

ciais militares em 1984, foi acompanhada da reactivação dos esquadrões da morte.

Entretanto os problemas avolumam-se. Ao nível do poder teme-se nomeadamente uma revolta generalizada das populações índias, em grande parte obrigadas a viver em «aldeias estratégicas».

No contexto actual o Exército aparece dividido. Uma parte apoia o projecto reformista do ministro da Defesa, o general Hector Gramaio, que aceitou, em fins de Fevereiro deste ano, o princípio de negociação com a guerrilha. A outra parte do Exército está ligada à extrema-direita, e dispõe-se mesmo a um qualquer golpe militar para impedir avanços num processo negociado. Difícilmente poderá contar hoje com quaisquer apoios internacionais.

Para já, o que é facto é que as negociações se iniciaram e um calendário foi elaborado. Será finalmente a paz que se esboça para a Guatemala?

## Partido Comunista na Costa do Marfim

Foi nestes dias anunciada a criação de um partido comunista na Costa do Marfim, a décima formação política da oposição a pedir a sua legalização neste país. Na carta de apresentação o novo partido presta homenagem ao presidente Felix Houphouët-Bougny, por ter autorizado o multipartidarismo.

Entretanto, no Gabão, o presidente Omar Bongo, profundamente contestado a nível popular, encetou um diálogo com a oposição, em particular com o Partido Gabonês do Progresso. Este diálogo político poderá eventualmente levar a alguma abertura e à possível inclusão do Partido Gabonês no governo de transição de Casimir Oyé Mba.

## OEA admite regresso de Cuba

Com as suas preocupações centradas na urgência de solução para os graves problemas económicos da América Latina, a vigésima assembleia geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) está reunida na capital do Paraguai, Assunção.

Uma outra questão surge, embora fora da ordem de trabalhos, com particular interesse político — o regresso de Cuba, formalmente membro da OEA, mas suspensa desde 1962.

Para o seu regresso é necessário que pelo menos 17 dos 33 países membros apresentem uma petição nesse sentido.

O actual secretário da OEA, o brasileiro João Baena Soares, afirmou, à sua chegada a Assunção, que existe «uma tendência evidente da parte de muitos países latino-americanos» para propor uma revisão da posição da OEA face a Cuba.

## Manifestações de estudantes na China

Um ano volvido sobre os dramáticos acontecimentos da Praça Tiananmen, e apesar das estritas medidas tomadas para evitar quaisquer actos comemorativos, centenas de estudantes chineses manifestaram-se contra a política do governo de Pequim, de forma original lançando garrafas pelas janelas dos dormitórios da Universidade de Beida (sendo que «Xiaoping», do nome do dirigente chinês, é uma palavra homónima de «pequena garrafa»).

Entretanto toda a imprensa chinesa reproduzia o editorial do «Diário do Povo», órgão oficial do Partido Comunista Chinês, em que muito concretamente se defende «a estabilidade acima de tudo».

## Repressão na Coreia do Sul

A polícia sul-coreana prendeu mais de 200 habitantes que durante nove dias ocuparam a sede de uma campanha de Seguros no centro de Seul, reivindicando aumentos salariais.

A greve, com ocupação de instalações, iniciou-se depois da entidade patronal ter recusado a proposta de aumentos de 15 por cento apresentada pelos trabalhadores.

## EUA mantêm bases militares em território grego

Os EUA e a Grécia assinaram novo acordo que permite a Washington continuar a deter bases militares em território grego por mais oito anos.

Recorde-se que o encerramento das bases militares americanas na Grécia é de há muito uma exigência popular.

O acordo agora assinado envolve as bases da força aérea e da marinha na ilha de Creta e cerca de outras 20 instalações menores espalhadas pelo país.

Washington decidiu entretanto encerrar a base aérea de Hellenikon e a base naval de telecomunicações de Nea Makri, em Atenas.

## Manifestação em Berlim

Milhares de pessoas manifestaram-se sábado passado em Berlim, contra a «espoliação dos bens» do Partido do Socialismo Democrático (PDS).

A Câmara do Povo decidiu colocar sob administração fiduciária os bens de todos os partidos e organizações que a eles estejam associados, medida que toca em primeiro lugar o PDS (Ex-PSUA).

Na manifestação, os cristãos-democratas, no poder, foram acusados de pretender «eliminar toda a oposição de esquerda numa Alemanha unificada».

## Carachi — confrontos já provocaram 250 mortos

Como resultado de confrontos étnicos já se registaram até agora, em Carachi, 250 mortes.

Em véspera da cimeira de Washington, a primeira-ministra paquistanesa Benazir Bhutto, dirigiu um apelo aos presidentes soviético e americano, para que favoreçam uma acção concertada da comunidade mundial para afastar «o risco de guerra» indo-paquistanesa. Bhutto defende que só o reconhecimento do «direito à autodeterminação» da população de Cachemira garantirá a paz.

## Salvador

### Aviso a Cristiani

No passado dia 4 de Abril, em Genebra, e com a activa participação do secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, foi assinado um importante acordo entre o governo salvadorenho de Alfredo Cristiani e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. O acordo aponta no sentido da concretização de uma solução negociada da situação de conflito que de há muito se vive em El Salvador.

Hoje, menos de 2 meses volvidos, a Frente, num «gesto político de aviso», retoma acções militares em todo o território nacional. A situação está longe de ser fácil. E a paz — será possível?

«A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) continua a trabalhar em duas frentes. Por um lado a linha política, por outro, a sua considerável força militar, que deve estar ao serviço da primeira», diz Ana Guadalupe Martínez, dirigente da Frente que participou nas negociações de Genebra, em entrevista publicada ainda em

Abril na imprensa comunista colombiana.

Uma entrevista muito actual, de que aqui publicamos dois largos extractos. Duas perguntas e duas respostas que ajudam a compreender os problemas e perspectivas que hoje se abrem em El Salvador.

#### Que entende a FMLN por uma solução negociada?

«O nosso principal objectivo é conseguir uma verdadeira democratização do país.

«As Forças Armadas salvadorenhas foram quadruplicadas com as enormes verbas orçamentais que lhes foram atribuídas. A isto somam-se um grande número de corpos anexos que as tornaram numa instituição muito activa dentro do Estado. Têm o seu próprio banco, a sua própria companhia de seguros, as suas próprias fábricas de alimentos, de confecções de roupas e uniformes. Assim, o Exército converteu-se num terrível concorrente económico de importantes secto-

res privados da economia salvadorenha. Actualmente não se limita a intervir no campo político, intervéem também na economia nacional. Para os militares a guerra é um negócio muito rentável.

«Nestas condições pode dizer-se que o principal obstáculo a uma solução negociada são as forças armadas. Apenas elas são beneficiadas (...).

«Resumindo. O problema, actualmente, é como democratizar El Salvador, convertendo o Exército numa instituição diferente, mas de forma que isso não possa ser considerado como uma vantagem táctica para a FMLN. Tudo depende do programa político com que a Frente vá para a mesa de negociações».

O elevado custo social da ofensiva militar da FMLN em Novembro, teve algum peso na perspectiva de uma solução negociada?

«Os resultados da ofensiva tiveram impacto em toda a sociedade salvadorenha, no governo e na FMLN. Uma guerra com mais de 10 anos e uma ofensiva com as ca-



Ana Guadalupe Martínez, dirigente da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

## Internacional

# Cimeira de Washington

## «De uma enorme importância para o mundo inteiro»

Falar de desarmamento — e concretizar medidas de desarmamento — vai-se tornando coisa mais comum nos nossos dias. E talvez por isso possa escapar a grande importância do que acaba de se passar na cimeira de Washington, e que foi bem vincado por Gorbatchov, em declarações prévias à assinatura dos 16 acordos alcançados em todas as áreas, quando disse: «o que está prestes a passar-se é de uma importância enorme, não apenas para os nossos dois países mas também para o mundo inteiro».

Idêntica opinião foi afirmada pelo presidente norte-americano que, num discurso emocionado, destacou: «não estamos de acordo em todos os pontos mas estamos de acordo neste: o mundo já esperou demasiado, a guerra fria tem de desaparecer».

Reunião não apenas particularmente produtiva — nas palavras de Primakov, colaborador próximo do presidente soviético, «a mais frutuosa na história das nossas relações» —, mas ainda contribuindo directamente para a instalação de um estilo de continuidade, de diálogo e colaboração como elemento hoje mais fundamental que nunca na política. Pois é da vida de todos nós e do futuro do planeta que se trata. Literalmente falando.

Expressão concreta deste outro estilo, também a decisão de encontros regulares entre os dois presidentes, provavelmente com uma periodicidade anual.

### O acordo START

O texto mais importante de entre os 16 assinados pelos dois presidentes é, sem dúvida, pelas consequências no domínio crucial do desarmamento, a declaração comum sobre a redução dos arsenais de armas nucleares estratégicas que prepara um primeiro acordo START, em princípio a ser assinado ainda

este ano. O documento prevê um corte em cerca de 50 por cento de diferentes categorias de armas estratégicas, mas ainda não um corte global, para metade, desta categoria de armamentos.

Outro dado importante — os dois estadistas comprometeram-se a promover negociações sobre a continuação da redução das armas estratégicas (START 2) logo a seguir à assinatura do primeiro tratado.

A declaração comum agora assinada em Washington, culmina um difícil processo negociado para reduções radicais das diferentes categorias de armas estratégicas — que incluem mísseis intercontinentais baseados nos dois países e ainda mísseis de cruzeiro transportados em barcos, aviões e submarinos — e que foi iniciado em 1982, em Genebra.

O processo viria a ter um desenvolvimento decisivo quando da visita do secretário de Estado norte-americano James Baker, a Moscovo, de 16 a 19 de Maio, em que finalmente foi possível eliminar as divergências sobre mísseis de cruzeiro aéreo (ALCM) e marítimos (SLCM) de longo alcance.

### Desarmamento e cooperação

Outros significativos acordos e declarações comuns sobre desarmamento foram



A Paz não é só um estado de espírito. Para se chegar lá o caminho pode ser longo. E duro

agora possíveis em Washington.

Trata-se, antes do mais, do acordo que prevê uma redução em 80 por cento dos arsenais de **armas químicas** entre 1992 e 2002, e a suspensão imediata da sua produção, nomeadamente das armas binárias por parte dos Estados Unidos.

Uma eliminação total será feita em conjugação com o que vier a ser acordado nas negociações englobando 40 países, que decorrem em Genebra.

Foram ainda assinados protocolos de verificação relativos aos tratados de 1974 e 1976 sobre **testes nucleares**, que nunca chegaram a ser ratificados pelo Senado dos Estados Unidos.

No que se refere à redução das **forças armadas convencionais na Europa**, Gorbatchov e Bush assinaram uma declaração comum em que se comprometem a trabalhar

para que seja assinado um tratado sobre a matéria **até ao fim do ano**. Acordaram também que não será realizada qualquer cimeira da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia sem que esse tratado esteja pronto para ser assinado.

O caminho para este debate sobre a redução do armamento convencional no velho continente, foi aberto em 1986, em **Estocolmo**, quando as 35 nações signatárias do Acordo de Segurança e Cooperação Europeia decidiram desencadear um programa inovador de reforço da confiança multilateral.

Em 1989, em **Viena**, os 23 membros da NATO e do Tratado de Varsóvia iniciaram os debates concretos para a redução de armamentos convencionais.

Os processos de desanuviamento e desarmamento não são estanques. Interagem

entre si numa dinâmica que pode ser decisivamente favorável à criação de um clima de paz efectiva, de que o desarmamento é componente básica, mas não única.

Daí a importância que assumem, também como elemento intrínseco de um processo de paz, esses 16 acordos que em grande medida se compõem de documentos de cooperação bilateral em domínios tão diversos como investigação científica, transportes, cultura, protecção marítima.

Destaque, sem dúvida, para os acordos comerciais, em que nomeadamente são eliminadas normas discriminatórias e facilitada a criação de organismos comerciais.

Os factos indicam que os processos de desarmamento e desanuviamento estão em marcha. Com obstáculos e entraves, naturalmente. Mas fluindo com uma dinâmica que se impõe se torne imparável.

## Europa: que segurança num continente em transformação?

«Aceitando o desejo alemão de união, temos ao mesmo tempo de pensar nas maneiras de manter o equilíbrio que existiu durante décadas na Europa», disse Gorbatchov em conferência de imprensa realizada durante a cimeira de Washington.

Na proposta avançada pela União Soviética defende-se que a questão do futuro militar da Alemanha seja analisada a nível de uma conferência europeia.

Já antes, em conferência de imprensa realizada na sequência do recente encontro entre os presidentes da URSS e de França, Gorbatchov dissera que o problema do estatuto político-militar da futura Alemanha unida «talvez assumida hoje o carácter de questão chave da política mundial». E expôs a ideia de que agora, com a unificação da Alemanha, um país que

«como que liga dois blocos militares» na Europa, é necessário encontrar as estruturas de ligação, utilizar esta oportunidade para reforçar os aspectos políticos da NATO e do Tratado de Varsóvia. O que na prática deverá passar pela revisão da doutrina da NATO, a criação de novos órgãos que evitem situações de crise, diferentes mecanismos de cooperação entre os dois blocos.

Garantir a segurança de todos afirma-se aqui como uma questão central. «Nenhuma promessa, por mais sinceras que sejam, poderão

substituir garantias internacionais seguras de que a Alemanha seguirá sempre uma política de paz», defende o dirigente soviético.

### Que nova Europa?

As profundas transformações políticas que se têm vindo a registar na Europa, num contexto mundial de suspensão da guerra-fria, necessariamente impõem mudanças nas formas de entendimento e cooperação, nos próprios conceitos de segurança. E de tal forma que há quem na NATO tema pelo «esvaziamento» de sentido da Aliança. Enquanto outros, para a preservar, a vêm apresentando como provado instrumento de paz.

Em recente entrevista à revista «Time», Gorbatchov

considera que a Europa vai entrar numa «nova fase política que deverá ser caracterizada pelo estabelecimento de estruturas permanentes de segurança que substituam a NATO e o Tratado de Varsóvia».

«Tenho a visão de uma Europa como uma união de Estados, com instituições comuns na área da segurança ecológica e militar e da cooperação económica, científica e cultural — diz Gorbatchov na «Time» — Cada Estado preservará as suas características nacionais e terá o direito de proteger os seus interesses específicos sem prejudicar os outros».

Visão idealista? Os factos parecem entretanto empurrar, pela sua própria lógica, para profundas mudanças a todos os níveis, tanto mais quanto

na década de 80 se tornou evidente o perigo do militarismo, o perigo de continuar a considerar a força militar como instrumento de política estatal.

Em vésperas da Assembleia da União da Europa Ocidental, que irá debater a adaptação das estruturas de segurança ocidental às novas realidades da Europa, os participantes aparecem divididos. De um lado os que defendem o princípio de que as estruturas da NATO não devem sofrer alterações profundas. De outro há mesmo quem considere a dissolução de todas as alianças e a definição de uma nova ordem de segurança «pan-europeia» no quadro da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE).

«O Presidium do Comité Executivo da gloriosa Internacional Comunista acaba de tomar uma decisão histórica: a dissolução da Internacional Comunista como centro dirigente do movimento operário internacional. Essa decisão, que é submetida à aceitação das Secções da Internacional, liberta as Secções das obrigações dos estatutos e das decisões do Congresso da Internacional.

O Presidium apela para todos os comunistas do mundo para que concentrem todos os seus esforços na participação activa na guerra de libertação dos povos e estados da coligação anti-hitleriana, para a mais rápida derrota do mais cruel inimigo dos trabalhadores — o fascismo alemão, os seus aliados e vassallos. (...)

O Partido Comunista Português (S.P.C.I.), permanecendo fiel aos princípios do marxismo-leninismo, aos princípios do internacionalismo proletário, saúda esta decisão histórica, convicto de que ela corresponde aos interesses do movimento operário internacional, aos interesses da humanidade avançada e progressiva. O Partido Comunista Português, que está a elaborar uma carta, que tornará pública, ao Comité Executivo da Internacional, (...) lutará com acrescido vigor pela formação de um amplo movimento de Unidade Nacional, de todos os antifascistas e patriotas, para o derrubamento do governo traidor pró-hitleriano de Salazar e pela instauração de um governo democrático de Unidade Nacional.»

(«Decisão Histórica», «Avante!», VI série, nº 33, 1ª quinzena de Junho de 1943)



«O Partido Comunista Português, que se orgulha de ter batalhado longos anos sob a bandeira gloriosa da Internacional Comunista, aprova e saúda a vossa decisão histórica, profundamente convencido de que ela corresponde aos interesses do proletariado internacional, empenhado no momento presente na luta de vida ou de morte contra a bestialidade fascista.

Nós consideramos a dissolução da I.C. um passo decisivo para o fortalecimento da grande aliança mundial dos povos livres para derrotarem, na arena internacional, o maior inimigo da humanidade trabalhadora e progressiva — o fascismo — e a mais brutal forma de dominação fascista — o Estado hitleriano.

Nós consideramos a dissolução da I.C. um passo decisivo para o fortalecimento, dentro de cada país que faz parte da grande coligação anti-hitleriana, da unidade de todas as forças progressivas na luta por uma democracia cada vez mais ampla e na mobilização de todos os recursos e de todas as energias contra o inimigo comum.

Nós consideramos a dissolução da I.C. um passo decisivo para a criação e fortalecimento, dentro de cada país fascista, da Unidade Nacional, da união de todas as forças progressistas e patrióticas, dos trabalhadores manuais e intelectuais, de todos os amantes da liberdade e da independência, para derrotarem a tirania fascista, para conquistarem a liberdade e a independência dos seus povos escravizados.

O Partido Comunista Português saúda a decisão histórica da dissolução da I.C. porque ela terá uma influência decisiva para a união de toda a humanidade avançada e progressiva na luta contra o grande inimigo comum da hora presente — o fascismo.

(Carta do C.C. do PCP ao Presidium do Comité Executivo da Internacional Socialista - «Avante!», VI série, nº 34, 2ª quinzena de Junho de 1943)



## IV Encontro Nacional do movimento **ZLAN**

**apela às populações e às organizações cívicas para que, em conjunto, ajudem a construir um País, uma Europa, um Mundo, seguros, abertos, fraternos e dignos da herança que, com tantos sacrifícios, nos foi deixada pelas gerações precedentes.**



*A Universidade da Beira Interior, na cidade da Covilhã, acolheu o IV Encontro Nacional do movimento ZLAN, que registou a presença de dezenas de Municípios, para além de convidados. O símbolo confiante da pomba branca prossegue o seu caminho*

■ José Paulo Oliveira

## IV Encontro Nacional do movimento ZLAN

# Um debate que diz respeito

# a todos os cidadãos

**A** largar e consolidar o movimento, de forma a conseguir que novos Municípios adiram e cooperem — é um dos objectivos salientes do plano de acção aprovado no passado sábado, no segundo e último dia de trabalhos do IV Encontro Nacional do movimento ZLAN — zonas livres de armas nucleares.

A iniciativa decorreu na Universidade da Beira Interior, na cidade da Covilhã, e reuniu dezenas de participantes e convidados.

Um Mundo em mudança e a contribuição dos Municípios para um novo conceito de defesa nacional e para as tarefas do desarmamento e da cooperação foram os temas centrais do debate, que envolveu não só representantes das autarquias que integram o movimento como de outros órgãos do Poder Local, para além de convidados, técnicos e especialistas das diferentes áreas em discussão.

Aspectos salientes do desarmamento e segurança, os avanços e recuos no processo de desarmamento, os desafios que a Humanidade enfrenta, as atitudes do nosso país na cena internacional, a segurança e o desenvolvimento regional, a defesa

do património ambiental e cultural, a participação dos cidadãos nestas matérias, as geminações — veículo para a cooperação, a educação para paz e o trabalho do movimento ZLAN foram questões levadas à tribuna do Encontro por um expressivo conjunto de participantes e convidados, oriundos de vários pontos do País.

### Força crescente

O IV Encontro Nacional do movimento ZLAN, uma força que se enraíza cada vez mais entre nós, como o comprovam as recentes adesões de Municípios (Almeirim, Covilhã e Porto), decorreu na parte da tarde da

última sexta-feira e depois por toda a manhã de sábado.

Quem participou nos trabalhos aprecebeu-se, certamente, dum apoio funcional, só possível pelo empenhamento de funcionários municipais (Amadora, Covilhã, Santarém) e colaboradores do movimento. Muitas das intervenções e os principais documentos do Encontro foram distribuídos. Funcionaram serviços de apoio aos participantes e convidados e aos representantes da Comunicação Social (a RTP, como foi denunciado na ocasião, voltou a primar pela ausência).

O balanço da actividade desenvolvida desde o último Encontro, o III, coube a Viana do Castelo, por intermédio do vereador substituído do presidente daquele Município minhoto.

Logo de seguida falou o presidente anfitrião, Carlos Pinto, que salientaria aspectos da realidade regional e da situação internacional, destacando a dado passo o alcance da «Casa comum europeia que Gorbachov lançou em Estrasburgo, que foi acolhida de braços abertos e que não pode ter atrasos».

Em nome da Associação Nacional de Municípios, interveio Abílio Curto, vice-presidente, que lembraria a responsabilidade dos autarcas na convergência e na solidariedade efectiva, visando a construção de um País e de um Mundo melhores.

### Campo de Tiro de Alcochete

Ainda no primeiro dia de trabalhos registaram-se outras intervenções: de Viriato Soromenho Marques, assistente universitário, que desenvolveu o tema «Portugal, que perspectivas para uma nova política de defesa?»; do brigadeiro Pezarat Correia («que sistema colectivo de defesa para a Europa, hoje?» e a «unificação das duas Alemanhas»); de Miguel Boeiro, presidente da CM de Alcochete, que se debruçou sobre a questão do Campo de Tiro (tema que estaria em primeiro plano no decorrer do Encontro). Representante do Movimento Não às Armas Nucleares em

Portugal e da associação ecologista Quercus, a presidente da CM do Montijo, o vereador Joaquim Nunes, de Viseu, o professor Daniel Espaim, do movimento Educadores pela Paz e Sérgio Ribeiro, deputado comunista, completaram o leque de intervenções neste primeiro dia.

O sábado foi dedicado especialmente à aprovação de documentos centrais do Encontro e do movimento e à eleição dos seus órgãos sociais. Mesmo assim ainda houve tempo para as intervenções, por exemplo de João Amaral, deputado do PCP, da comissão parlamentar de assuntos de Defesa, e de representantes do movimento sindical pela Paz, da Comissão de Paz e do Município da Moita, do presidente da CM de Palmela e Cecília Granja, professora, que relatou a actividade desenvolvida pelo Município e por docentes da Amadora na educação pela Paz.

O IV Encontro Nacional, que recebeu diversas saudações, aprovou por unanimidade uma moção onde se solicita aos órgãos de soberania que impeçam a ampliação do Campo de Tiro de Alcochete. ■

## Objectivos de trabalho

- Cooperar com todas as instituições e organizações cujos objectivos se identifiquem com o movimento, nomeadamente e em particular com o Movimento dos Educadores para a Paz, com a Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear e com a Associação Juvenil «Amar e Viver o Tejo».

No plano nacional propõe-se:

- Realizar o Encontro Nacional;
- Promover ou apoiar a realização de uma Conferência Nacional sobre um novo conceito e uma nova política de segurança colectiva;
- Acompanhar as acções em torno da luta contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete;
- Promover um seminário sobre as implicações jurídicas do alargamento do CTA;
- Acompanhar as acções contra a instalação de uma estação de rastreio de satélites em Almodôvar;
- Acompanhar e apoiar acção contra a presença de submarinos e outros vasos de guerra equipados com armas nucleares no estuário do Tejo;
- Acompanhar e estudar as implicações para Portugal da utilização das suas bases militares por forças armadas estrangeiras;

- Acompanhar e apoiar acções com vista a redução dos orçamentos militares.

No plano internacional propõe-se:

- Reforçar os laços de amizade e cooperação com o Movimento ZLAN, nomeadamente com o Secretariado Internacional;
  - Organizar a participação na 5ª Conferência Internacional de Municípios Livres de Armas Nucleares, a realizar em Glasgow — Escócia, de 8 a 12 de Novembro deste ano;
  - Organizar com o Movimento Não ao Nuclear do Estado Espanhol o 2º Encontro Ibérico «Por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares»;
  - Estudar a possibilidade de realização em Portugal de um encontro internacional de Municípios ou, eventualmente, de uma iniciativa específica do seu plano de acção;
  - Colaborar e participar noutras iniciativas internacionais, nomeadamente, promovidas pelo END — European Nuclear Desarmament (próxima convenção em Julho, em Helsínquia — Tallin), ou promovidas pelo CMP — Conselho Mundial da Paz.
- (Do plano de acção aprovado)

## Saudações da vizinha Espanha

Internacionalmente, o Movimento ZLAN tem mantido contactos privilegiados com o Comité de Municípios e Zonas Não Nucleares do Estado Espanhol.

O I Encontro Ibérico de Municípios Livres de Armas Nucleares, por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares (Lagos, 5-11-88) foi resultado deste trabalho.

Perspectiva-se, a este propósito, a realização, no ano em curso, do II Encontro Ibérico, desta vez em Espanha.

Um vereador do Município raiano de Badajoz, Carlos Molina, esteve no IV Encontro Nacional do movimento ZLAN e apresentou as saudações do Comité espanhol. ■

### «Doença infantil da Humanidade»

Se não formos nós a defender o planeta, quem o fará? Se não nos empenharmos na nossa sobrevivência quem o fará? Afinal somos nós os responsáveis e os guardiões da Terra.

As nossas energias estão muito orientadas para o instinto da morte e para a guerra, atraídos que somos pela desconfiança recíproca e por isso assistimos à destruição das espécies e ao investimento das nações em armamento.

É urgente transmitir aos nossos jovens que a paz é possível de ser construída nesta «Pérola Azul do Espaço» na feliz expressão do primeiro homem no espaço ao descrever a sua visão da Terra.

Como Einstein pertinentemente afirmava a guerra não passa afinal de «uma doença infantil da Humanidade».

Cabe-nos a todos nós a tarefa de apetrechar as nossas crianças, nos nossos jovens com os instrumentos necessários que lhes permitam conscientemente e activamente combater a violência e construir a paz.

Cecília Granja (professora)

### Uma batalha que não é só dos autarcas

Amamos a paz porque ela é indissociável da construção do futuro — do futuro progressista que almejamos. Amamos a paz porque amamos a Humanidade, centro do Universo, eixo da vida, alavanca de tudo o que somos e seremos.

Estamos convencidos que o Campo de Tiro de Alcochete e outros projectos belicistas que se anunciam, são definitivamente maus. Lutaremos contra eles convictamente, mesmo que avancem as obras; mesmo que elas se concretizem. Precisamos do apoio e da solidariedade activa de todas as pessoas, independentemente dos diversos conceitos ideológicos e filosóficos que perfilhem.

Uma das melhores formas para conseguirmos esse apoio será através da divulgação clara dos nossos pontos de vista e da argumentação irrefutável que produzimos.

É preciso que o tema do Campo de Tiro esteja

permanentemente na comunicação social, que seja assunto das conversas quotidianas como é o futebol ou o estado do tempo, que baste o simples título para que as pessoas movam a cabeça em sinal de desaprovação.

Porque esta batalha particularmente difícil que ora travamos, não é apenas dos autarcas ou das gentes duma limitada região, ela insere-se numa problemática vastíssima à escala universal e pertence a todos os militantes da paz que ardorosamente lutam pelo desarmamento, pela cooperação internacional e pela fraternidade entre os povos de todo o Mundo.

Miguel Boeiro  
presidente da CM de Alcochete

### Símbolo confiante

Depois da Figueira da Foz, Santarém e Viana do Castelo, é a vez da Covilhã receber um encontro nacional do movimento ZLAN.

Foi em 1983 em Sesimbra que um Município decidiu avançar, então caso inédito no nosso país, para a declaração do seu território como «zona livre de armas nucleares». Quatro anos depois o movimento arranca, definindo claramente os seus objectivos e a sua estrutura organizativa com a realização do I Encontro Nacional, na Figueira da Foz.

Fazem hoje parte deste movimento largas dezenas de municípios, sendo visível, de norte a sul do País, o símbolo confiante da pomba branca.

Informação prestada  
aos jornalistas

### Preocupação

Verifica-se o despertar na Europa de fenómenos que não podem observar-se senão com preocupação. O reacender dos conflitos étnicos violentos na Europa, manifestações de racismo e xenofobia, particularmente em relação às populações imigrantes, exigências tendo em vista a alteração das fronteiras estabelecidas encobrendo alguns sonhos imperiais soterrados sob o peso dos milhões de vítimas do último conflito mundial, assumem hoje proporções que não devem ser negligenciadas.

Da Proclamação aprovada

# PROCLAMAÇÃO

## Palavras claras e objectivas

### na caracterização dum novo conceito de defesa nacional

A defesa e a segurança nacionais não podem mais ser consideradas na sua dimensão estritamente militar e no contexto ultrapassado da confrontação entre os blocos militares, sublinha o texto da Proclamação, um dos documentos aprovados no encerramento do IV Encontro Nacional do Movimento ZLAN.

Naquele sentido, os participantes no encontro da Covilhã salientam que a defesa nacional deve integrar como componentes essenciais a defesa e preservação dos recursos naturais, a diminuição das assimetrias regionais e a canalização crescente de recursos para o desenvolvimento equilibrado do País, a defesa e enriqueci-

«praticem uma política no âmbito internacional em favor da paz, do desarmamento e da eliminação total das armas nucleares, químicas, bacteriológicas, radiológicas e convencionais» e «ajudem à construção de uma Europa sem fronteiras, sem ameaças, sem racismo e sem violência».

A Proclamação recorda o acto his-

Ano após ano, milhares de hectares de floresta são devoradas pelos incêndios sem que sejam mobilizados os meios e recursos necessários ao combate a esses flagelos. Portugal continua a não dispor de meios navais e aéreos capazes de defender com eficácia a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE). Os recentes desastres ecológicos nos Açores e Madela, provocados por derrames de crude, puseram a nú a pobreza e exiguidade dos instrumentos disponíveis para fazer frente a tais acidentes, infelizmente cada vez mais frequentes em todo o Mundo. (da Proclamação aprovada pelo IV Enc. Nac. ZLAN)

mento do património cultural e histórico português, a defesa e desenvolvimento dos sistemas ecológicos e dos «habitats» naturais existentes em território nacional.

A Proclamação refere mais adiante que a defesa nacional deve, por outro lado, no concerto das nações, contribuir para o alívio das tensões internacionais, permitindo na medida das suas possibilidades a resolução de conflitos. O IV Encontro Nacional regista a este propósito a realização recente em território nacional de um encontro entre delegações do Governo da República Popular de Angola e da UNITA.

A reunião ZLAN apela, neste documento, aos órgãos de soberania para que, entre outros aspectos,

tórico do 5 de Novembro de 1980, quando «as autoridades locais de Manchester, em Inglaterra, indo ao encontro dos profundos e legítimos anseios dos seus habitantes, declararam o Município zona livre de armas nucleares». Assim nasceu o movimento ZLAN, hoje integrado por milhares de cidades e vilas em todo o Mundo...

As grandes modificações que se operaram recentemente na situação internacional, as etapas da luta pela Paz, os desequilíbrios ecológicos e ambientais, as ameaças à vida humana e ao próprio planeta, o relacionamento entre os países e aspectos marcantes da actualidade nacional são temas tratados ao longo das 6 páginas desta Proclamação. ■



## BLOCO DE NOTAS

Preocupados com as notícias ultimamente vindas a público sobre a localização de depósito de lixos tóxicos, segundo os quais o concelho de Gondomar seria uma das hipóteses, não podemos deixar de solidarizar-nos com o movimento ZLAN na defesa da desnuclearização total, repudiando energicamente todos os atentados que constantemente põem em perigo a segurança dos cidadãos e a própria sobrevivência do nosso planeta.

Saudação da JF de Melres (Gondomar)

É para mim uma grande honra poder expressar as saudações dos cidadãos de Nagasaki por ocasião do IV Encontro Nacional de Municípios ZLAN — Zonas Livres de Armas Nucleares.

Da mensagem do Presidente da Cidade de Nagasaki (Japão)

O Movimento ZLAN integra o Secretariado Internacional de Zonas Desnuclearizadas, mantendo no seu seio uma presença activa. O recente reconhecimento desta estrutura internacional, no quadro das Nações Uni-

das, como organização não governamental, é motivo de satisfação na medida em que reflecte o prestígio do trabalho desenvolvido e a seriedade dos objectivos que lhe subjazem.

Do desdobrável distribuído aos participantes e convidados

A questão da Paz está na ordem do dia. O processo de desarmamento é hoje uma realidade incontestável porque inevitável.

As populações apercebem-se hoje da força de pressão que podem ter. Organizadas em fortes movimentos de opinião elas podem conseguir inflectir as posições dos seus governos.

Da Interv. da Presidente da CM do Montijo (Jacinta Ricardo)

Podem ser associadas do Movimento ZLAN pessoas singulares ou colectivas de direito privado ou público, com especial relevo para os distritos, municípios e freguesias cujos órgãos autárquicos tenham deliberado declarar o respectivo território como zona livre de armas nucleares. É ainda associado do Movimento ZLAN o

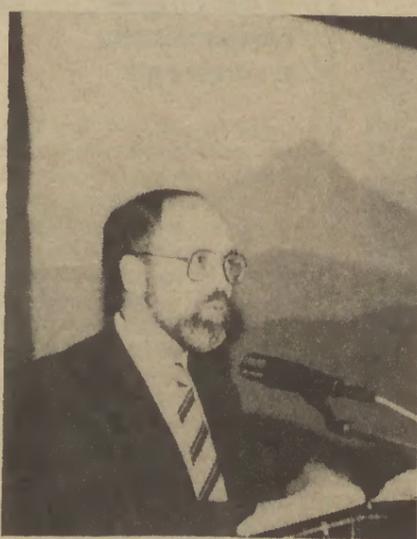
IV ENCONTRO NACIONAL DE MUNICÍPIOS • COVILHÃ • 1 e 2 JUNHO 1990 • MOVIMENTO ZLAN • ZONAS LIVRES DE ARMAS NUCLEARES

Movimento Não Às Armas Nucleares em Portugal.

Dos Estatutos do Mov. ZLAN

Solidários com os objectivos do Movimento das Zonas Livres de Armas Nucleares, e por ocasião do seu IV Encontro, na Covilhã, a autarquia de S. João do Campo manifesta o seu empenhamento nessa tarefa gigante de criar, ao nível local, condições para o progresso da educação para a paz, a defesa e preservação do património natural e cultural, na luta por condições de vida mais justas.

Saudação da JF de S. João do Campo (Coimbra)



O presidente da Câmara Municipal da Amadora, Orlando de Almeida, secretário-executivo do movimento, fez a intervenção de encerramento deste IV Encontro Nacional ZLAN

## Eleição dos órgãos sociais do movimento

A presidência do movimento ZLAN ficou entregue à Câmara Municipal da Covilhã. As eleições para os órgãos sociais do movimento decorreram no segundo dia dos trabalhos, tendo-se registado um apoio total à proposta apresentada, que incluía também um lugar de vice-presidência, este atribuído ao Município de Fafe. O secretariado executivo permanece na Amadora. Para além das autarquias já mencionadas, integram o secretariado do movimento ZLAN as CMs de Beja, Chaves, Figueira da Foz, Lagos, Nisa, Peso da Régua, Santarém, Seixal e Viana do Castelo (esta última exerceu o anterior mandato de presidência), e ainda o Movimento Não Às Armas Nucleares em Portugal.

Do conselho fiscal fazem parte os Municípios de Albergaria-a-Velha, Belmonte, Évora, Mealhada e Sesimbra. ■

## 4.º Congresso começa amanhã

# FEPACES propõe resposta sindical

Inicia-se amanhã em Lisboa o 4.º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, que pretende dar «uma resposta sindical aos desafios da modernização». Para apresentar aos jornalistas o projecto de Programa de Acção que o Congresso vai apreciar e que constitui o documento-base da discussão preparatória nos sindicatos e nos locais de trabalho, a FEPACES organizou antevontem um encontro no Centro Comercial Amoreiras, considerado como um paradigma da modernização que está a ser feita no sector.

Os dirigentes da Federação — estrutura intermédia da CGTP-IN constituída por 18 sindicatos distritais ou regionais — começaram por sublinhar que a modernização da estrutura e do funcionamento das empresas é necessária e não é uma questão a que os trabalhadores sejam indiferentes. Segundo a FEPACES, **modernizar é, naturalmente, modernizar**



Uma concentração acelerada tem vindo a abalar a estrutura do comércio tradicional. As pequenas e médias empresas, contudo, recorda a FEPACES, empregam a esmagadora maioria dos trabalhadores.



## A precariedade de emprego e as propostas da FEPACES

«As novas tendências do mercado de trabalho influenciam larga e decisivamente o quadro do emprego em Portugal. Por isso mesmo, são hoje aparentemente contraditórios os índices oficiais do emprego, se confrontados com a experiência e a realidade quotidianas.

Portugal, e nomeadamente os sectores do comércio e dos serviços, tem oficialmente um dos mais baixos índices de desemprego no conjunto dos países das Comunidades. Mas isto não significa, ao mesmo tempo, que Portugal tenha um elevado índice de emprego. Bem pelo contrário: o que vem sucedendo, ao longo de toda a década de 80, é que, precisamente, o sector do emprego estável vem perdendo peso e significado em detrimento de novas formas de prestação de trabalho, absolutamente flexíveis, no quadro duma crescente precarização das relações laborais.»

### Obstáculo ao desenvolvimento

«A aposta que o patronato português (acompanhando experiências estrangeiras em nítida quebra de velocidade) e o Governo insistem em fazer na precariedade e instabilidade do emprego continua a perfilar-se como um enorme obstáculo ao avanço socioeconómico que o País necessita de realizar.

Experiências alheias e, particularmente, a realidade nacional, são eloquentes nesta matéria: a precarização e instabilidade do emprego são factores de agravamento e crescente conflitualidade sociais, acentuam a reprodução de fenómenos de marginalização e de desigualdades sociais, agravam a desqualificação da mão-de-obra e fomentam o alheamento e a desmotivação por uma participativa prestação do trabalho. Todos estes factores negativos são fortemente agravados numa conjuntura, como a actual, em que é decisivo um esforço nacional e social na formação e reciclagem profissionais.

A precariedade engendra ainda um outro conjunto de graves consequências, ao nível dos direitos constitucionalmente garantidos. O direito ao trabalho e ao salário, o direito à segurança social, os direitos sindicais e mesmo muitos direitos dos cidadãos, como o direito à saúde e à habitação, são globalmente atingidos pela proliferação da precariedade.»

### Para uma inversão significativa

«A FEPACES defende uma inversão significativa da crescente precarização instalada no mercado de trabalho em Portugal, para o que preconiza:

- lutar pela passagem a efectivos de todos os trabalhadores que ocupam postos de trabalho permanentes;
- lutar para que os trabalhadores com contratos de prestação de serviços (*recibo verde*) que desempenham as suas funções e tarefas profissionais sujeitos ao horário, disciplina e hierarquia da empresa, passem ao quadro efectivo;
- lutar para que a introdução de novas tecnologias e a renovação das empresas se efectuem com a participação dos trabalhadores, sem atingir os seus direitos e regalias;
- lutar para que o Governo apresente uma proposta de regulamentação jurídica do trabalho em regime domiciliário;
- manifestar firme oposição a quaisquer alterações legislativas que visem precarizar ainda mais as relações laborais, seja no âmbito do contrato individual de trabalho, seja no do regime de despedimento individual ou colectivo».

(Projecto de Programa de Acção para 1990-93)

os aparelhos produtivos e os circuitos de distribuição, mas não só: é também modernizar simultaneamente as relações sociais.

### Tecnologias, terciarização e emprego

O progresso científico e técnico — refere-se no projecto de Programa de Acção — acelerou o crescimento do sector de serviços, que ocupa já mais de 42 por cento da população activa do País, mantendo-se ainda em expansão. Ao mesmo tempo que provoca o aparecimento de novas actividades e profissões, a aplicação das novas tecnologias transforma as profissões tradicionais.

Discordando de afirmações sobre a «terciarização da economia», a FEPACES nota que estão desactualizadas e inadequadas as formas tradicionais de classificar e pensar as actividades económicas: **o que se passa é que nas condições actuais é possível, é eficaz e é rentável a descentralização e separação de actividades indispensáveis aos processos produtivos** (investigação, manutenção e reparação de equipamentos, bancos de informática, etc.).

No mercado de trabalho têm vindo a crescer as tendências para a individualização dos vínculos laborais e sua consequente precarização, crescimento esse que é favorecido por mais recentes formas de gestão, como a exteriorização de serviços habitualmente executados pelas próprias empresas).

Estas orientações, segundo a FEPACES, visam transferir o impacto negativo das flutuações económicas

# Amoreiras da Modernização



para empresas de menor porte e de vincada flexibilidade, travar custos salariais, reduzir a capacidade negocial e organizativa dos trabalhadores e contornar as obrigações contratuais legais do empregador.

Se no comércio ainda se continua a registar um peso maioritário dos trabalhadores com contrato dito permanente, nos serviços aquelas tendências têm um peso e um crescimento maiores, em particular ao nível da individualização dos vínculos laborais.

## Organizar os trabalhadores individuais

Omovimento sindical — afirma-se no projecto que tem amanhã e depois a sua fase final de discussão — tem encontrado alguma dificuldade na procura de novas formas de organização que permitam e favoreçam a associação em moldes diferentes dos cada vez mais profissionais abrangidos por estas recentes tendências do mercado de trabalho.

Os membros do secretariado permanente da FEPACES sublinharam ao

«Avante!» que, embora não sendo trabalhadores por conta de outrem na forma tradicional, os trabalhadores individuais ou por conta própria não passam a ser patrões, vendem a sua força de trabalho, têm problemas e necessidades a que, cada um por si, é muito difícil dar resposta.

A Federação propõe-se, «com abertura e suficiente criatividade», encontrar novas e diferentes propostas organizativas no campo sindical e para-sindical (núcleos profissionais, por exemplo), estudando as aspirações e interesses específicos destes trabalhadores individuais — reafirmaram-nos os responsáveis da FEPACES ■

O Centro Comercial Amoreiras, onde a FEPACES apresentou as linhas fundamentais da discussão do seu 4º Congresso, é para os sindicalistas do comércio, escritórios e serviços o paradigma da modernização em curso, tanto em Lisboa como no resto do País.

Em termos estruturais, as torres têm a superconcentração, as grandes superfícies comerciais e a grande especulação imobiliária. Acrescenta-se a isto, para compôr o ramalhete, as deficientes condições de higiene e segurança.

No plano laboral, há ali os mais díspares vínculos contratuais — e mesmo trabalhadores sem vínculo —, os mais variados horários de trabalho — e mesmo horários sem horas — e os mais diversos salários — mesmo à hora, à noite ou à semana na base do salário mínimo.

É com esta diversidade de situações que a Federação se depara a nível nacional. É esta diversidade de situações que requer uma grande diversidade de conteúdos reivindicativos para cada profissão, cada sector, cada região.

## Os serviços

O projecto de Programa de Acção contém uma proposta de criação, na Federação, de uma frente específica para estudar e acompanhar os problemas do sector de serviços.

No número de Maio do jornal «Nós» (do CESL, Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa) punha-se alguma ordem nos conceitos e explicava-se melhor que serviços se incluem no âmbito da representatividade dos sindicatos da FEPACES.

Da fase mais tradicional, estando mesmo na génese histórica, vêm os

subsectores do comércio grossista e do comércio retalhista (de bens de consumo ou de bens de equipamento). Hotelaria e turismo, banca e seguros, transportes e comunicações são representados, no plano sindical, por outras estruturas.

Os serviços, propriamente ditos, são subdivididos em dois grandes grupos: serviços e serviços prestados à colectividade, serviços sociais e pessoais.

No primeiro grupo, o subgrupo de maior importância é o dos serviços a empresas (engloba publicidade, segurança, projectos, limpeza, entre outras actividades, e empresas como a TC, Publicis, Lintas, Latina, Securitas, Profabril, Partex, Compta, Lusotecna, Intervoz, Sistema, Ogilvy); nos serviços inserem-se ainda mais sete subgrupos: empresas de investigação, tecnologia e formação, de serviços sociais e saúde, as indústrias cinematográficas e recreativas, os serviços aos consumidores (por exemplo, EPAL e ACP), a reparação automóvel, as agências prediais e a comunicação social.

Em 1988 os serviços a empresas, que estão fortemente concentrados em Lisboa, empregaram quase 50 mil pessoas, havendo empresas que atingiram grandes volumes de negócios (RTC, com mais de 13 milhões de contos; Securitas — 3 milhões; Lintus, Profabril e Partex — 2 milhões).

O segundo grande grupo (serviços prestados à colectividade, serviços sociais e pessoais) têm três grandes subgrupos: gestão de participações, investimentos imobiliários e turísticos e associações

desportivas, patronais e sindicais. Integram-no ainda outros cinco subgrupos: meios de pagamento, repartição de seguros, gestão de títulos, empresas parafinanceiras e grupos.

## Negociação

A modernização das empresas, o emprego, a formação profissional e a reciclagem são questões que, para a FEPACES, devem ser discutidas com os representantes dos trabalhadores. Com a evolução e o crescimento económico dos últimos anos — afirma-se no documento base do 4º Congresso da Federação — importa dar um salto qualitativo na negociação colectiva, preconizando-se quer o estabelecimento de relações institucionais com as organizações dos empregadores, quer o aprofundamento das relações com os órgãos do Estado.

«Não podemos aceitar sem protesto o que se passou, por exemplo, com a Comissão para a Modernização do Comércio, onde só tiveram assento representantes do patronato e do Governo» — afirmaram os sindicalistas no encontro com a comunicação social, denunciando o facto de as verbas geridas por esta comissão (15 milhões de contos) serem utilizadas, não para a modernização do comércio, mas para a modernização... das associações patronais.



O Centro Comercial Amoreiras é, para a FEPACES, o paradigma da modernização que está em curso no comércio, escritórios e serviços, com todos os seus problemas, vantagens e inquietações.



# TERNURA E ALEGRIA

**E**ste ano as Festas de Lisboa ocorrem no mês de Junho! Isto não é novidade. É tradição. É o mês do Santo António...

Este ano as Festas de Lisboa são diferentes! Esta será já uma novidade, mas pouco significaria se não adiantássemos as seguintes *enormidades*: trezentos espectáculos em 50 locais das ruas e avenidas que a cidade tem; marchas populares, arraiais também nos bairros mais distantes do centro da cidade, concurso de pratos lisboetas envolvendo mais de 80 restaurantes; a Grande Noite do Fado, o fado vadio, a Serenata do Fado de Coimbra; o Ritz sempre em festa e a festa no Hot Club a transbordar na Praça da Alegria; o Torneio dos Jogos Tradicionais organizado pelas casas regionais; natação, rãguebi, remo, canoagem, vela, (olha o rio!); rock e também roll, Stones e Stone Roses, e MadreDeus, Jorge Palma, Sétima Legião, Capitão Fantasma, Repórter Estrábico, e Waldemar Bastos com Martinho da Vila; Tambores da Guiné, uma Dixieland Brass Band, Companhia de Dança de Lisboa; uma discoteca gigante no Campo Pequeno, arena secular para mais uma tourada à portuguesa; a Lua Extravagante, a moda, as montras, a elegância automóvel, a...dissera-se já: este ano as Festas de Lisboa são diferentes!

A diferença destas festas começa na postura, marcada a três tempos: Lisboa e os Bairros, Lisboa e o País, Lisboa e o Mundo. Componentes de um todo que expressam os objectivos do Programa das Festas, coordenado pelo vereador do Turismo e Ambiente, Vítor Costa. Esses objectivos começam na tentativa de aumentar o nível de participação da animação urbana nas Festas, ultrapassando a realização das tradicionais «Marchas Populares» e arraiais, iniciativas a modificar em Festas futuras no sentido de uma maior dignificação, qualidade e autenticidade. *Lisboa e os Bairros.*

Iniciar um aumento da participação das diversas casas regionais na vida turística, comercial e cultural da cidade é outro dos objectivos destas Festas. Estas associações culturais e recreativas representantes de diversas regiões do país significam a importância da população imigrante na capital, neste momento aproximada aos dois terços do total dos seus habitantes. *Lisboa e o País.*

Aumentar os recursos humanos e materiais para uma animação turística da cidade, mobilizando os seus sectores económicos, associativos, artísticos e científicos é outro

objectivo desta realização, que pretende criar em Lisboa uma rota para um turismo diferente, ultrapassando a simples oferta hoteleira e outras componentes tradicionais deste sector. Aproveitar o *balanço* das comemorações quinhentistas para uma nova dinâmica turística. *Lisboa e o Mundo.*

É extenso o programa das festas. Dele constam as Marchas Populares, os Arraiais, o Concurso dos Pratos Lisboetas, a Grande Noite do Fado, a Serenata de Fado de Coimbra, os Jogos Tradicionais, a Animação Urbana, um Festival de dis-

cojôqueis (nacionais e estrangeiros) a realizar no Campo Pequeno, um desfile de Moda de projecção internacional, cerca de cem iniciativas na área do desporto em diversas modalidades e com várias provas de nível internacional, espectáculos diversos.

Informações poderão ser colhidas em placards, jornais semanais, panfletos de promoção, anúncios nos meios de comunicação social. Há uma marcha que diz: «É Lisboa, venham vê-la!»



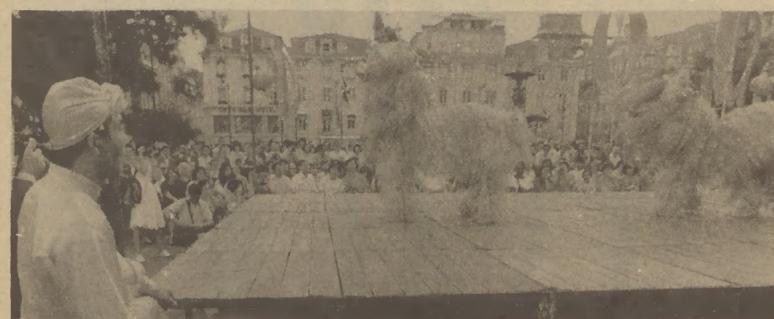
# AS FESTAS DE LISBOA



## É de borla!

Nas Festas de Lisboa há borlas! Duas das muitas que aconteceram no primeiro dia deste mês de Junho para todas as crianças que visitaram o Jardim Zoológico e a Feira Popular. Mas a animação de rua, proporcionando ao transeunte espectáculos diversos, muitas vezes de excelente qualidade, é um dos motes das Festas deste ano. Ao todo acontecerão perto de trezentos espectáculos, à média de dez por dia. De borla, por exemplo, e só no próximo fim-de-semana, teremos uma Banda Filarmónica no Rossio; a *Orquestra de Câmara de Vianão Jardim da Estrela*; o *Grupo de Teatro de Campolide*, António Assunção e as *Marionetas de Lisboa* na Feira do Livro; o *Coro Polifónico* no Largo Camões; na Rua

Augusta estará *Julinho da Concertina*; o grupo *Repórter Estrábico* passará por Alcântara; a *Intrépida Troupe* estará na Avenida da Liberdade bem como o *Duo Paralelo* enquanto a *Escola de Jazz do Hot Club de Portugal* tocará na Praça da Alegria, tal como os *Tambores da Guiné* a par do espectáculo *Blá Blá Magazine*. Rãguebi de veteranos, vela, remo, natação serão os desportos em destaque no sábado e domingo nas Festas de Lisboa. Ainda vai acontecer o *ModaLisboa-Ano I* mas o prato forte, evidentemente, será o concerto de domingo dos *Rolling Stones*, no estádio José de Alvalade. Na primeira parte estarão os portugueses *Capitão Fantasma*.

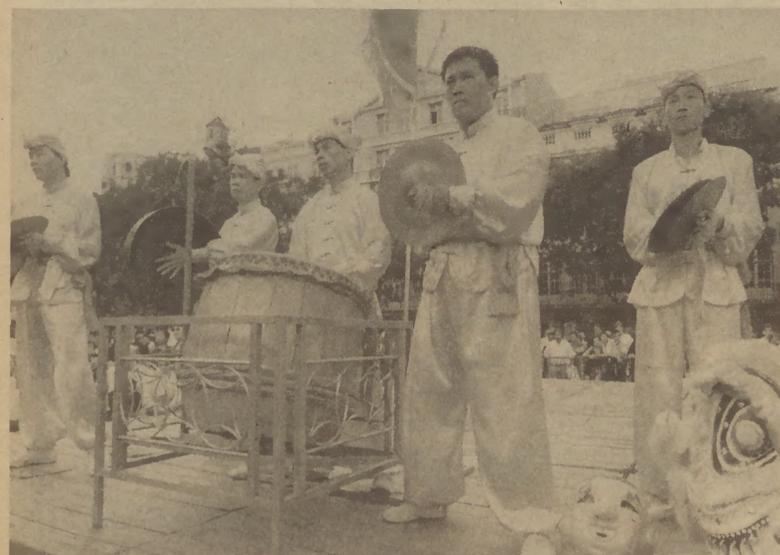


## Contra os maus espíritos

Lisboa e os seus bairros, Lisboa e o País, Lisboa e o Mundo! Os *maus espíritos* foram afastados das Festas de Lisboa, a *acontecerem* na capital durante este mês de Junho. No passado dia um as Festas inauguraram-se com a *Dança do Leão*, apresenta-

da conjuntamente com outra dança chinesa, a *Dança do Dragão*. Estas danças aparecem tradicionalmente ligadas em Macau, e destinam-se sobretudo a saudar um acontecimento. O Leão no Budismo representa um defensor, um protector. Tem assim o

poder de afugentar o mal, neste caso numa dança efectuada por dois homens acompanhados de um gongo, pratos e tambor, em suporte rítmico também sujeito a regras e simbologias particulares do cerimonial budista.



## «When the Saints Go Marchin 'In'»



O sousafone é um grande instrumento! E foi inventado por um norte-americano de ascendência portuguesa. Chamava-se John Philip Sousa, um compositor de muitas das mais célebres marchas, populares sim, militares sobretudo, dos Estados Unidos naturalmente. A ideia que presidiu a esta invenção foi a de obter deste instrumento um som mais forte e nítido e ao mesmo tempo atingindo notas mais graves do que o conseguido pela habitual tuba. Ideal pois para um espectáculo ao ar livre, entre *peças que passam e ficam*, como é o caso dos espectáculos das chamadas «Brass Band», bandas de sopro e percussão que desfilavam em New Orleans, a cidade-berço do jazz (passe o abuso da expressão). Das «Brass Band» partiram muitos dos grandes nomes da música negra norte-americana. Estas bandas eram caracterizadas pelo sentido de *festa* dada à sua música, pela sua estrutura harmónica desconcertante, fazendo por vezes parecer que cada músico toca o sozinho, num jogo onde tudo acaba por *bater certo*. Em Lisboa esteve a Original Pin-Stripe Dixieland



Brass Band, oito músicos que *muscaram* festa nas ruas da cidade. No sousafone esteve um dos poucos músicos de New Orleans que se dedica a este instrumento, constantemente requisitado pelas melhores bandas do género. Já agora diga-se que neste sábado, dia 9, esta banda estará no Porto. Uma visita discreta das Festas de Lisboa à capital do Norte



## O molho das festas

O primeiro concurso de Gastronomia Lisboeta envolverá durante todo o mês mais de oitenta restaurantes da capital. Preservar e vivificar a cozinha tradicional portuguesa e, em particular, a genuína gastronomia lisboeta é o objectivo desta iniciativa, a realizar todos os anos. Para além de prémios para os restaurantes envolvidos, há também prémios para os comensais que escolham um dos pratos a concurso para uma refeição, finda a qual o cliente escolherá um envelope-mistério com um prémio, eventualmente destinado à despesa do contemplado.

Só para aguçar o apetite, aqui ficam os nomes dos pratos a concurso:

**Petiscos:** Fava rica; peixinhos da horta.

**Sopas:** Sopa de camarão; sopa de amêijoas; sopa de ostras, sopa rica de puré de peixe, sopa à tia Gertrudes da «pema de pau».

**Mariscos:** Amêijoas à Bulhão Pato; santola recheada, ostras recheadas.

**Peixes:** Caldeirada à fragateira; desfeita (ou meia-desfeita) de bacalhau; pataniscas de bacalhau; filetes de bacalhau; bacalhau à Brás (ou à lisbonense ou dourado); pescada em salmão; linguados com recheio de

camarão; filotes de linguado frito; salmonetes com alcaparras; filotes de polvo fresco; canoa de pargo; canoa de pescada; pudim de peixe com macarrão; bacalhau à Batalha Reis.

**Caça:** Perdizes à Convento de Alcântara, lebre à Bulhão Pato.

**Carnes:** Iscas com elas, favas guisadas com enchidos; ervilhas com paio e ovos; chispe com ervas; carne de porco à moda das Mercês; mão de vaca com grão (ou feijão branco); bife à Marrare; bife à Faustino; bife à Jansen; bife à cortador; bife enrolado; bife na frigideira de barro; bife com molho de queijo.

Quanto aos doces a organização, após o conselho sobre toda esta ementa dado pelo conhecido José Quitério, escolheu apenas os pastéis de nata como característicos da cidade, já que se consideram perdidas as especialidades dos antigos Conventos de Lisboa. Diga-se que os pastéis de nata não são oriundos de Belém, como querem alguns, mas sim do Convento de Santa Brigida, em Marvila, e do de Santa Joana, ao Andaluz.

Se for de Lisboa, ou vá visitar esta cidade durante este mês, aproveite a ementa, e bom apetite!

# Festa do «Avante!» é já em Setembro! Organizações do PCP

## falam da campanha dos 150 mil

**D**ivulgar as conclusões do XIII Congresso (Ext.) do Partido, no âmbito da campanha nacional de informação, em curso neste mês de Junho; continuar as importantes tarefas de acompanhamento e intervenção ligadas às responsabilidades que os comunistas assumem na vida portuguesa; preparar as iniciativas que costumam assinalar este período de Verão, praticamente a arrancar, em todas as regiões, nomeadamente as festas e convívios com a presença destacado no calendário das regiões (Festa da Alegria, em Braga, é um exemplo) — tudo isto são temas que merecem tratamento saliente no volumoso conjunto de **telexs, faxes, comunicados, notas de imprensa, etc.**, que têm chegado à nossa mesa de trabalho, enviadas por numerosas organizações do Partido. Entretanto, muitas delas não ficam por aqueles assuntos. Falam também, e muito justamente, da campanha dos 150 mil para o pagamento dos terrenos da Festa do Avante! Falam das suas iniciativas. Dos seus projectos. Do ponto da situação no **combate** às metas. Vejamos alguns exemplos.

### Montijo

Inicia-se o arranque de jornadas de trabalho na Quinta da Atalaia, no Seixal, onde em Setembro decorrerá a Festa do Avante!

Como é sabido, o terreno da Quinta da Atalaia foi comprado por 150 mil contos, estando em curso uma campanha de fundos entre comunistas e

democratas com o objectivo de atingir aquela meta.

O concerto Rock, realizado no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários, inseriu-se no apoio montijense à Festa do Avante! A exemplo de anos anteriores, irão decorrer torneios desportivos, para animar as noites quentes do Montijo.

### Aveiro

A Comissão Distrital de Aveiro do PCP apreciou outros aspectos do seu programa de acções e iniciativas, designadamente a participação da Organização Distrital de Aveiro na Festa da Alegria (Braga) e na Festa do Avante!, a campanha dos 150 mil contos para pagamento dos terrenos da Festa (foram atingidos, no distrito, 1370 contos), a marcação de nova data (27.10.90) da Jornada

de Reflexão Sobre o Desenvolvimento Integrado do Distrito e as próximas visitas de trabalho, de deputados do PCP na AR e no PE (Junho/Julho), durante as quais se procurará aprofundar o conhecimento de importantes segmentos da realidade distrital e auscultar os sentimentos, opiniões e propostas dos principais intervenientes nas áreas respectivas.

### Braga

A Comissão Distrital de Braga do PCP aprovou a realização de um conjunto de reuniões de militantes e quadros das organizações concelhias e sectores profissionais para vencer debilidades, dinamizar a sua intervenção e preparar as assem-

bleias respectivas, assim como, o prosseguimento da recolha de fundos para a campanha dos terrenos da Festa do Avante! que até ao momento, no distrito totaliza, 40 por cento da meta.

### Évora

A Comissão Concelhia tem dado grande atenção à campanha dos 150 mil contos, cabendo ao concelho cerca de 25% da meta distrital.

Neste momento a organização concelhia já realizou 36% da sua meta, que é de 2285 contos.

Além desta verba, há ainda a registar mais 300 contos em ofertas, os quais ainda não estão contabilizados, uma vez que são obras de arte que ainda não foram vendidas.

Para a concretização da campanha tem-se verificado um empenhamento de alguns quadros da organi-

zação do Partido. De salientar que um só camarada já arranhou cerca de quatro centenas de contos. A organização está confiante que este mês ultrapassará os 50% da meta concelhia.

A Comissão Concelhia de Évora está confiante que, com as iniciativas programadas e com a reunião de quadros, se irá imprimir uma maior acção e iniciativa política das organizações para que possamos responder de forma mais eficiente às múltiplas tarefas que temos pela frente. ■



*Nosso*  
**O Terreno  
para a Festa**

**Avante!**

Adquira Títulos de Participação, interesse na sua subscrição cada um dos seus amigos, promova a sua aquisição.

São Títulos apropriados às posses e à disposição dos subscritores. Vão dos 1000 aos 5000, 10 000,

25 000, 50 000 e 100 000 escudos.

E no próximo futuro a Festa do «Avante!» brilhará como nunca no terreno que é nosso. De que não mais

receberemos «ordem de despejo».

Os Títulos de Participação (oferta), poderão ser adquiridos através das organizações do PCP. Mas,

se o desejar, poderá enviar as suas contribuições para a Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 — 1699 Lisboa

Codex, em troca dos quais enviaremos os correspondentes Títulos.

(Da carta-apelo da comissão coordenadora nacional da campanha.)

# Intervenções

FRANCISCO LOPES

## A festa do «Avante!» e a campanha dos 150 mil contos

Camaradas

A Festa do «Avante!», festa do Portugal de Abril, criação dos comunistas, afirmou-se entre nós ao longo destes 15 anos como uma realização única no seu género.

Traduzindo o melhor que há do nosso património, ponto de encontro de culturas de todos os continentes, elevada expressão de solidariedade internacional, espaço de convívio e de liberdade, a Festa do «Avante!» é uma ilustração indelével da criatividade, da ligação à vida, do humanismo, do estilo e dos ideais do Partido que a concebeu e desenvolve - o Partido Comunista Português.

Sujeita a dificuldades de todo o tipo, obrigada a mudar várias vezes de local, não se deixou diminuir e apagar, ressurgindo sempre com novo nível, beleza e fulgor.

Os sucessivos boicotes levantados à Festa do «Avante!», a necessidade de encontrar novas soluções e aperfeiçoamentos, há muito tinham colocado a exigência dum terreno certo para a sua realização.

A decisão da compra do espaço da Atalaia, satisfazendo esta exigência, correspondendo a uma forte aspiração de militantes e amigos, constituiu igualmente uma grande afirmação de confiança no Partido e no futuro.

Tal decisão mostra, na Festa, como na vida em geral, que o PCP, contradizendo aqueles que o apresentam como um partido sem perspectivas, enleado em problemas e conflitos, é um partido que, mesmo nas situações mais difíceis, não se acomoda e que, consciente das dificuldades, mas confiante nas suas forças, alicerçado numa forte ligação às massas, encontra os caminhos e as soluções necessárias, tendo sempre presente os seus objectivos e ideais.

Com a compra do espaço da Atalaia passámos a contar não só com um terreno para a realização da Festa do «Avante!», mas também com um espaço permanente para actividades culturais, desportivas e recreativas, cujo ordenamento e definição de utilizações constituiu um desafio colocado à imaginação dos especialistas e técnicos e de todos os camaradas.

O terreno está adquirido, é preciso agora arranjar o dinheiro para o pagar.

Com esse objectivo, para fazer dele o local certo da nossa festa, lançámos a maior campanha de fundos até agora promovida pelo Partido, a campanha dos 150 mil contos.

Decidida na fase de preparação das eleições autárquicas, arrancando praticamente no início do ano, condicionada pelas exigências da preparação do XIII Congresso, a campanha, como o camarada Jaime Serra referiu, já ultrapassou os 42 mil contos, o que constitui um indício promissor para o seu êxito.

Entretanto muito há ainda a fazer para atingir o objectivo.

Para concluir com êxito este grande empreendimento é indispensável a contribuição dos membros do Partido, mas é neste momento particularmente necessária a dina-

mização de contactos com milhares e milhares de pessoas que, não sendo do Partido, estão com o PCP e estão dispostas a contribuir por vezes de forma significativa, como muitos exemplos comprovam.

Há que aproveitar todas estas potencialidades na intensificação da campanha, nomeadamente na venda dos títulos de participação e na dinamização do grande sorteio que em breve será lançado.

Camaradas

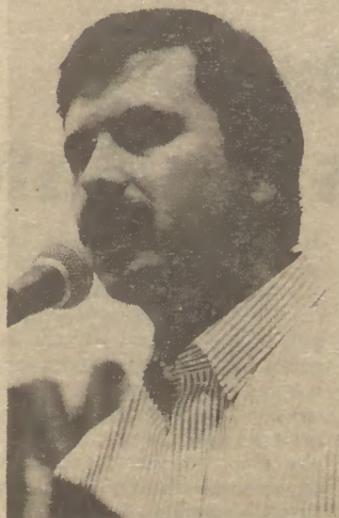
Em 7, 8 e 9 de Setembro vai realizar-se a Festa do «Avante!» de 1990, a primeira festa no terreno da Atalaia.

Uma festa que, realizando-se no seguimento deste nosso Congresso e antecedendo as batalhas políticas de 1991, tem uma importância política acrescida. Num ano em que tão intensa campanha se desenvolve contra o ideal comunista, a Festa do «Avante!» constitui uma grande oportunidade para a afirmação do Partido, para atestar da sua profunda ligação à realidade nacional, para projectar a sua visão do mundo e a sua perspectiva para o futuro de Portugal. Vamos realizar uma festa que se exige igual a si própria, com o nível e qualidade de sempre e ao mesmo tempo uma festa inovadora, valorizada na sua beleza pelas condições excepcionais do terreno. Em Setembro na Atalaia mais uma vez a música, o teatro, as artes plásticas, o folclore, o desporto, a gastronomia, o artesanato, o debate político, as exposições, o som, a luz e a cor, vão associar-se na dimensão única de alegria e festa que só a Festa do «Avante!» tem.

Entretanto, a construção do êxito da Festa exige a consciência exacta dos múltiplos problemas e dificuldades que é preciso ultrapassar.

Temos que transferir as instalações de Loures para a Atalaia e construir aí todas as infra-estruturas necessárias num curto prazo de tempo e de forma a não degradar um terreno que é indispensável proteger para o futuro.

Temos que assegurar serviços,



especialmente acessos e transportes com qualidade e funcionalidade.

São problemas e dificuldades que só o engenho, a militância e a dedicação dos comunistas podem ultrapassar.

É pois necessário que todos e cada um preparem o seu contributo para assegurar o êxito da festa:

- na participação nas jornadas de trabalho, já a partir do próximo fim de semana; na disponibilidade para a oferta de dias de férias e, acima de tudo, numa forte campanha de divulgação e venda da Entrada Permanente para assegurar uma grande participação de massas e garantir os meios financeiros indispensáveis para fazer face à construção de infra-estruturas com custos de dezenas de milhar de contos para infra-estruturas e às exigências de qualidade do programa.

O êxito da Festa do «Avante!» não se decide em Setembro, começa a construir-se desde já. Tendo presente a complexidade das tarefas a resolver. Daqui apelamos a todos os camaradas para, nas organizações que representam, para, em todas as regiões do nosso País, estimulados pelo impulso mobilizador do XIII Congresso, dinamizarem a campanha dos 150 mil contos e participarem na construção da Festa do «Avante!».

A Festa do «Avante!» consagrou-se como uma iniciativa sem paralelo no panorama político e cultural do nosso País. Vamos comprovar isso de novo!

Vamos fazer da Festa do «Avante!» deste ano mais um êxito, mais uma afirmação da força, da criatividade e da influência do Partido Comunista Português.



AGOSTINHO LOPES

## Os problemas da agricultura

Camaradas

Será que neste País onde governa o cavaquismo, nesta CEE onde mandam as multinacionais, neste mundo onde crescem as contradições, as desigualdades estruturais, o desenvolvimento desigual? Será, camaradas, que vivemos já um tempo e um espaço de amortecimento, para não dizer morte, dos antagonismos sociais, dos afrontamentos de classe? Do fim da exploração, da opressão, da violência de classe? Um espaço e um tempo onde o Poder e o Estado deixaram de ter natureza de classe, a marca de classe?

Não é, de certeza certa, ao que assistimos nos campos de Portugal.

Quem duvida da **marca de classe** da destruição da Reforma Agrária em

onde nos integramos (e a política que o Governo desenvolve a seu pretexto) oferece hoje boas perspectivas para a defesa e desenvolvimento da agricultura e dos agricultores portugueses?

Mas como, camaradas? Se a Política Agrícola Comum é sinónimo de liquidação das explorações agrícolas. Da imposição de restrições brutais à produção. Dos incentivos e apoios para não se produzir. Se ela se submete aos ditames dos EUA para uma liberalização global dos mercados agrícolas, do abater das fronteiras, do eliminar das preferências comunitárias!

Quando alguns incensam a Política Agrícola Comum, de que falam? Da «irracionalidade económica da política das Comunidades»? Na década de 75/85, a um aumento real da produção agrícola de 25% correspondeu a um aumento real dos custos de comercialização dos produtos agrícolas de 125% e uma descida real do rendimento agrícola de menos 25%.

De uma política agrícola que continua a beneficiar, não as pequenas explorações mas as grandes; não as regiões desfavorecidas mas as favorecidas; não agricultura do Sul mas a do Norte da Europa.

Neste contexto, em que seria necessário lutar pela revisão da PAC, pelo reforço dos Fundos Estruturais, Cavaco Silva mais não faz senão apertar ou alargar os cordões conforme as opções e a estratégia de classe das multinacionais agro-industriais. E de acordo com elas, porque senão pode fechar-se a torneiras dos ECU's.

Apertar os preços dos produtos agrícolas reduzindo-os por uma harmonização a galope. Alargar as importações a produtos agrícolas da Comunidade e dos Países Terceiros. Apertar os apoios e as produções das culturas em que a CEE é excedentária, como o leite (é hoje notícia nos jornais a imposição das quotas leiteiras a Portugal). Alargar a concessão dos créditos e fundos comunitários para os investimentos das mesmas multinacionais em Portugal com prejuízo para agricultores e cooperativas. E naturalmente que Cavaco Silva e a grande burguesia portuguesa também têm uma estratégia própria. Há o Orçamento de Estado português e é, nessa lógica caseira, que 34 mil agricultores ficaram sem Indemnizações Compensatórias em 1989.

É em grande parte através das multinacionais agro-alimentares que se realiza o processo de integração dos países do Terceiro Mundo no sistema capitalista mundial.

É ainda uma estratégia de classe que marca a essência dessa integração, dessas relações — mecanismos de exploração colonialista e neo-colonialista, rapina, esgotamento de recursos naturais.

Quando os dirigentes da Europa capitalista na sua actual cruzada a Leste condicionam os seus apoios no plano agrícola ao restabelecimento e respeito pela propriedade privada da



nome do direito à propriedade privada da terra?!

Marca de classe, porque quando o poder chega ao Emparcelamento, não tem qualquer hesitação nem dúvida em ferir o direito à propriedade privada do pequeno agricultor, de abrir caminho para expropriação por utilidade pública da terra, a de estabelecer a caducidade compulsiva do contrato de arrendamento.

Marca de classe de uma política que leva a proibir os agricultores, a plantar eucaliptos onde já havia eucaliptos, e permite, à multinacional CELBI avançar com o eucalipto no coração da Região Demarcada do Douro, depois do arranque de vinhas, oliveiras, sobreiros e carvalhos.

Marca de classe de uma política que na distribuição dos apoios comunitários, ao abrigo do Regulamento 797, aprovou, até fins de 89, 81% de projectos para explorações com mais de 20 hectares e deixou 7% dos projectos para as que têm menos de 20 hectares. Camaradas, estas são no País cerca de 90% do número total de explorações agrícolas.

Marca de classe que restringe os apoios no sector leiteiro apenas aos agricultores com 15 ou mais vacas.

Mas será, camaradas, que a CEE



# Intervenções

ALBANO NUNES

## Sobre a situação nos países socialistas

terra, estão por certo, na sua coerência de representantes da classe dominante e exploradora a reflectir sobre a expropriação privada (e nem sempre apenas à custa dos dólares e dos ECUS) que fizeram e fazem nas terras do Terceiro Mundo. Que levaram o Grupo italiano Ferruzzi a possuir um milhão de hectares de terra nos países do Terceiro Mundo. Países onde os pequenos agricultores são expulsos e despossuídos das suas terras, substituídos por grandes explorações viradas para as culturas de exportação.

A reflectir sobre os lucros obtidos na exploração dos recursos naturais desses países.

Os lucros que levam à destruição anual de 15 a 18 milhões de hectares de floresta tropical na exploração de madeiras e outras matérias-primas.

Os lucros de quem em Portugal se apossou de milhares de hectares para plantar eucalipto.

Não sei camaradas se o bife que o europeu da CEE come lhe sabe a soja!

Não sei camaradas se o verde relvado das casas de campo da grande burguesia britânica ou sueca cheira a eucalipto!

O que sabemos, camaradas, é que essa soja ou esse sorgo, necessários para alimentar os bois da CEE, ocupam nos campos de África, Ásia ou América Latina, terras que são necessárias para fabricar o pão de povos famintos.

O que sabemos, camaradas é que os eucaliptos das multinacionais de celulose ocupam terras agrícolas, terras portuguesas, terras de pão e de vinho, necessárias para a segurança alimentar do País.

E a questão não é de escolher entre autarcia ou inserção no processo de internacionalização da economia. Esse é um falso dilema.

O problema é de, no quadro de internacionalização, se afirmar um projecto autónomo conforme os interesses do País e do povo, recusando a abdicação capitulacionista de objectivos próprios ou a submissão às economias dominantes, como seria acatar para Portugal uma especialização produtiva da floresta de eucalipto. Sempre assim se posicionou o PCP.

Está dentro dessa orientação o projecto do PCP para a agricultura portuguesa. Projecto que tem dois objectivos fundamentais, interdependentes e complementares:

— o crescimento da produção agrícola nacional, visando o aumento do grau de auto-abastecimento agro-alimentar e a redução do respectivo défice, bem como o desenvolvimento da capacidade produtiva do País, enquanto factor de garantia da independência nacional;

— o melhoramento geral das condições de vida nos campos, o aumento dos rendimentos dos agricultores, dos trabalhadores agrícolas e de toda a população rural.

Camaradas

É com os olhos no futuro que continuamos a dizer «a terra a quem a trabalha» — o passado é o latifúndio e a exploração dos pequenos e médios agricultores — e damos vivas à aliança operário-camponesa, aliança de produtores, base fundamental da vasta frente social interessada na democracia avançada para Portugal no limiar do século XXI.

Camaradas:

Os graves acontecimentos em países socialistas do Leste da Europa radicam nos atrasos, erros e deformações surgidos no processo de edificação do socialismo.

Existem entretanto factores de ordem externa que não podem ser minimizados nem ignorados. A edificação da nova sociedade não se processou em redoma fechada. O socialismo triunfou e desenvolveu-se como sistema mundial nas condições de uma aguda luta de classes em permanente competição e aguda confrontação com o imperialismo. Sim camaradas, a jovem Rússia soviética foi de facto invadida pelas tropas de 14 potências; o nazi-fascismo existiu e impôs à URSS sacrifícios e destruições colossais; a guerra fria, a chantagem nuclear, o boicote económico não são invenções dos comunistas; existiram a guerra da Coreia, o desembarque na Baía dos Porcos, a monstruosa agressão contra o Vietname envolvendo mais de meio milhão de soldados norte-americanos. Nada disto pode ser esquecido, como não pode ser esquecido que em tais circunstâncias hostis, o socialismo alcançou grandes realizações e deu um contributo decisivo para o avanço da luta dos trabalhadores e dos povos e para a defesa da paz.

Mas a verdade, camaradas, por mais amarga que seja, é que as graves crises nos países socialistas tem sobretudo causas internas. Resultam do fracasso de um «modelo» de socialismo que se afastou e entrou em aberta contradição com os valores e ideais libertadores da classe operária. Um «modelo» cuja superação se tornou objectivamente necessária e inevitável não apenas para ultrapassar atrasos, estrangulamentos e contradições que conduziram à estagnação e à crise aguda no plano do desenvolvimento económico e social, mas para libertar o socialismo — que tem necessariamente de ser obra viva e criadora das massas — das gravíssimas deformações que se desenvolveram em relação à natureza popular do poder, à democracia política, ao exercício do papel dirigente do partido, à própria ideologia. Em síntese, colocou-se na ordem do dia a necessidade de uma profunda renovação e reestruturação da sociedade, do Partido e do Estado em correspondência com as imensas potencialidades e a natureza profundamente democrática e humanista do socialismo.

É nesta direcção que aponta a *perestroika*, processo iniciado e conduzido pelo PCUS, com cujos objectivos revolucionários somos desde a primeira hora activamente solidários.

É porém uma evidência, camaradas, que noutros países socialistas os acontecimentos se desenvolveram e desenvolvem, não no sentido da defesa, renovação e fortalecimento do socialismo, mas da restauração do capitalismo. Acontecimentos que põem em evidência a profundidade da crise, a gravidade das deformações do «modelo» centralista, burocrático e autoritário, a fragilidade dos Partidos no poder e a debilidade e mesmo rotura dos seus vínculos com os trabalhadores e o povo, o desarme político e ideológico da juventude e

das massas ante a ofensiva de valores contrários ao socialismo.

Sob o pano de fundo da grave crise económica que afectou e afecta a generalidade dos países três aspectos são de realçar: a explosão de manifestações de profundo descontentamento e protesto popular, nas quais se inserem palavras de ordem e objectivos cada vez mais afastados da justa exigência inicial de democratização e renovação do socialismo; a abertura de uma profunda crise no Partido que — através de divisões, radicais re-composições de direcção, bruscas mudanças de orientação — paralisou a intervenção organizada dos comunistas junto das massas; o rápido desenvolvimento das forças de oposição que, ganhando crescente apoio nas populações, radicalizando as suas exigências, proclamando objectivos cada vez mais claramente anti-socialistas, ascendem ao poder em posições por vezes determinantes. Forças que contam com o apoio aberto do imperialismo que põe em marcha todos os seus instrumentos de pressão e ingerência. A brutal intromissão da RFA nos assuntos internos da RDA, é apenas exemplo particularmente escandaloso do que afirmamos.

A situação apresenta características próprias em cada país. Há casos em que os comunistas apesar de recuos e perigos, continuam no poder e a desempenhar um papel decisivo nos processos lutando por soluções no quadro da renovação do socialismo. Mas são mais numerosos os casos em que perderam a iniciativa e controlo dos acontecimentos, sofreram sérias derrotas e foram afastados do poder. Há Partidos que, procedendo a profundas renovações se mantêm em posições de classe e procuram com determinação e coragem reganhar a confiança dos trabalhadores e mobilizá-los para a luta em defesa das conquistas do socialismo. Mas verificam-se também, sob o peso da derrota — e mesmo precedendo e como factor fundamental da derrota — fenómenos de liquidacionismo com o abandono de características e objectivos essenciais de um partido comunista e transformação em partidos sociais-democratas.

Entretanto continuam a multiplicar-se e a agravar-se os motivos de inquietação: acesso ao poder político das forças de direita por vezes em posições determinantes; profundas modificações na Constituição e na Lei que põem em causa a natureza socialista do Estado e do sistema; discriminações, perseguições e mesmo tentativas de ilegalização de Partidos Comunistas; graves imposições do FMI e do capital internacional em geral; políticas visando o desmantelamento da propriedade social, com privatizações de empresas estatais em larga escala, admissão do domínio do capital estrangeiro em sectores-chave da economia, tentativas de destruição da reforma agrária socialista; orientação para uma «economia de mercado», não tanto como pela consideração do necessário papel do mercado na adequação da produção e do consumo, mas já como instrumento de reconstituição das relações capitalistas da produção; política de preços e salários visando a deterioração do

nível de vida; limitações dos direitos dos trabalhadores nas empresas (incluindo da actividade do Partido) sobretudo nas ligadas ao capital estrangeiro; orientação pró-Occidental do relacionamento externo, ao mesmo tempo que se aprofunda a crise dos mecanismos de cooperação entre países socialistas, designadamente do CAME e Tratado de Varsóvia.

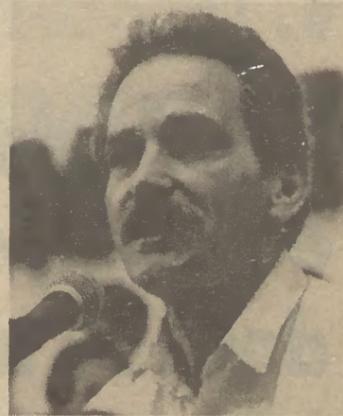
As consequências no plano social começam já a manifestar-se, crescem em flecha as desigualdades sociais. Prevê-se que centenas de milhares, mesmo milhões de trabalhadores sejam lançados no desemprego mesmo já no corrente ano. Baixa radicalmente o poder de compra. Degradam-se os serviços sociais.

Que possibilidades de inverter o curso negativo dos acontecimentos? No Projecto de Resolução Política afirmamos: a possibilidade de ultrapassar a crise, depende em última instância da capacidade de impedir a tomada do poder económico pelo capital privado e da capacidade dos comunistas, em aliança com outras forças progressistas recuperarem a confiança e o apoio de massas para a defesa das conquistas e para o ideal do socialismo. Uma coisa é entretanto absolutamente certa: a resistência e a luta é inevitável. Já começou aliás. De vários países chegamos as primeiras notícias de lutas de trabalhadores, camponeses, jovens, professores e outros sectores da população em defesa de importantes conquistas ameaçadas. Confiamos em que essa luta vai prosseguir e intensificar-se, e que os comunistas, apesar das dificuldades, estarão nas primeiras linhas do combate, apontando o único caminho capaz de conduzir à saída da crise no interesse dos trabalhadores, o caminho do socialismo.

Camaradas:

Norteados pelo internacionalismo proletário e seguindo a orientação traçada pelo nosso XII Congresso, o PCP continua a agir no sentido do fortalecimento das relações entre partidos comunistas, da unidade do movimento comunista internacional, do reforço da amizade e cooperação de todas as forças democráticas, progressistas e anti-imperialistas.

O PCP mantém e desenvolve sólidas e activas relações de fraterno amizade e cooperação com o Partido Comunista da União Soviética, com os partidos comunistas dos outros países socialistas e dos países capitalistas, com as forças revolucionárias e nacional-libertadoras de todos os continentes. Com os acontecimentos em países socialistas no Leste da Europa operaram-se e continuam a operar-se profundas modificações, de sentido diferenciado nos partidos comunistas desses países; posso porém informar que mantivemos ou reconstituímos as nossas relações com esses partidos. A concentração de esforços nos trabalhos preparatórios do nosso XIII Congresso obrigou-nos a reduzir aspectos da nossa actividade internacional, designadamente quanto à troca de delegações. Mas podemos dizer que não há praticamente partido comunista ou força empenhada na luta libertadora do seu povo com



quem não tenhamos relações amistosas e fraternais. Isto é, camaradas, uma grande riqueza de que o nosso Partido pode justamente orgulhar-se.

Houve quem estranhasse que não tivéssemos aqui connosco representantes de partidos irmãos e de outras forças progressistas com quem o nosso Partido mantém relações. É de esclarecer que, como aliás aconteceu com os dois outros congressos extraordinários que realizámos em 1974 e 1986 não convidámos delegações estrangeiras e (informando embora da realização do nosso Congresso), não o fizemos em termos de nos serem enviadas saudações. Qualquer iniciativa própria que apareça isolada não tem qualquer significado especial em relação ao quadro muito amplo de relações de amizade, cooperação e solidariedade internacionalista mantidas pelo nosso Partido.

Somos comunistas. Temos confiança na classe operária e nos seus ideais libertadores. Lutamos por uma sociedade nova em que o homem seja finalmente a medida de todas as coisas. O socialismo, sendo uma necessidade histórica, abre entretanto caminho através de agudas contradições e inevitáveis dificuldades. Mesmos maiores do que supussemos, como mostram os acontecimentos nos países socialistas. Mas é precisamente para resolver este problema difícil que a história colocou perante nós, o problema da construção de uma nova sociedade, sem exploradores nem explorados, depois de milénios de sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem, é para resolver este problema difícil que existimos, nós comunistas. Não vamos claudicar ante as dificuldades, não vamos adaptar-nos ao estado de coisas existente, não vamos desistir, vamos tirar lições da experiência e seguir em frente.

Os dramáticos acontecimentos nos países socialistas do Leste da Europa representam no imediato sérios recuos e derrotas do socialismo com graves incidências na situação internacional, na luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, no movimento comunista internacional. São acontecimentos que suscitam preocupação e tristeza. Deles podemos e devemos porém tirar também, como com este nosso Congresso tiramos, preciosos ensinamentos para a nossa própria luta e mesmo renovados motivos de confiança na justiça do nosso ideal comunista e no futuro socialista de Portugal.

A par dos recuos e derrotas que significam, temos de procurar os motivos de confiança e entusiasmo combativo que também comportam. Vencendo perigos e dificuldades a vitória da *perestroika*, concretizando os seus objectivos revolucionários, dará um novo impulso histórico ao desenvolvimento da sociedade socialista, projectará com renovado vigor em todo o mundo a exaltante atracção do socialismo e do comunismo.

HENRIQUE DE SOUSA

## Sobre o trabalho de propaganda do Partido

Camaradas

A expressa referência na ordem de trabalhos do Congresso à necessidade de aqui aprovarmos orientações e medidas de reforço do Partido na informação e propaganda, reflecte a consciência adquirida da necessidade de uma elevação qualitativa do nosso trabalho de modo a respondermos, também nesta área, às transformações que se operam em Portugal e no mundo, criando condições para uma transmissão à sociedade portuguesa mais pronta, mais cuidada e mais eficaz, das nossas propostas e do nosso projecto.

A informação e propaganda do Partido tornaram possível, não só dar a conhecer a milhões de portugueses as nossas posições, ideias e propostas, como tem sido também instrumento essencial para mobilizar, informar e unir em torno de objectivos e aspirações comuns muitas centenas de milhar de portugueses que se reconhecem no nosso projecto e na nossa luta pela democracia e pelo socialismo. Podemos dizer que somos o único partido com um trabalho regular e nacional organizado de informação e propaganda, por meios próprios, fora dos períodos eleitorais.

Somos, aliás, também a única das grandes forças políticas nacionais que encara o trabalho de propaganda, não como mera variante da publicidade, destinada a vender imagens e pessoas como se de mercadorias se tratasse, mas como o modo de comunicar, de forma simples, acessível e directa, com verdade e com rigor, os valores e as propostas pelas quais nos batemos na sociedade portuguesa. O PCP pode, assim, orgulhar-se de ter conferido à propaganda política em Portugal, dignidade e conteúdo próprios.

Este rico capital de experiências acumulado no Partido não nos deve fazer ignorar, porém, que persistem sérios atrasos e insuficiências no nosso trabalho de informação e propaganda, relativamente às exigências que a vida hoje nos coloca.

As medidas tomadas após o nosso XII Congresso para reforçar o trabalho central na área da propaganda não foram suficientes para contrariar a redução verificada de estruturas e de quadros de propaganda nas regiões, a insuficiente inserção e valorização desta área no trabalho de direcção, as notórias dificuldades verificadas na organização eficaz da distribuição e utilização dos materiais produzidos e na avaliação dos seus resultados, a insuficiente iniciativa descentralizada na produção de materiais, as implicações de nosso trabalho de propaganda de reconhecidas dificuldades orgânicas.

A Proposta de Resolução Política procura por isso esclarecer uma questão essencial: por um lado identificar a natureza dos obstáculos à concretização de orientações já existentes e a forma de os superar; por outro lado, propor os caminhos para enfrentarmos com sucesso o desafio colocado à capacidade de comunica-

ção das nossas ideias por uma conjuntura política adversa, por uma profunda e crescente desigualdade de forças e de meios materiais relativamente aos nossos adversários, por um grande desenvolvimento de novas e sofisticadas técnicas e meios de comunicação, tudo isto num processo de profundas transformações económicas e sociais, de alterações nos padrões de comportamento e nas mentalidades.

A resposta contida na Proposta de Resolução Política é clara: impõe-se uma reavaliação do papel da propaganda no conjunto da actividade geral do Partido, pondo fim à relativa subalternização em que se encontra. Torna-se necessária uma reconsideração da distribuição dos recursos e da intervenção do Partido nesta área. Impõe-se uma actualização dos meios, das linguagens e das mensagens. É preciso mais criatividade e imaginação para com recursos materiais limitados, fazer melhor. Mas é sobretudo necessário valorizar mais o trabalho de informação e propaganda na própria direcção partidária a todos os níveis, ligá-lo mais intimamente à nossa iniciativa política, promover a efectiva coordenação de todos os meios e áreas do Partido directamente ligados ao trabalho de comunicação das nossas ideias e propostas.

A necessidade indispensável de progredir no estudo e na utilização das modernas técnicas e meios de comunicação, no recurso aos contributos especializados e qualificados destas áreas não pode conduzir o Partido à subestimação de um factor que é a nossa decisiva vantagem para compensar a desigualdade de forças com que nos confrontamos na batalha da comunicação. Esse factor é o Partido que somos. Comunista. Português. É este imenso corpo vivo, união de vontades e de ideais, que tem ainda grandes reservas de energias por utilizar, que hoje é imperioso sejam despertadas para a luta e para a intervenção política.

Nada pode substituir, nas condições políticas actuais, o trabalho de informação e propaganda assente nos meios e na organização do próprio Partido.

Camaradas

É hoje essencial inculcar na consciência colectiva de todo o Partido, e em cada militante, a ideia de que o ditado popular «quem não se sente não é filho de boa gente» significa para nós, comunistas, ir à luta, na freguesia, no bairro, no local de trabalho, na rua, não abandonar nenhum terreno à intriga e à calúnia contra o Partido, avançar decididamente na iniciativa e na resposta aos problemas, não abdicar de dar voz às posições do Partido, afirmar orgulhosamente as nossas convicções, o nosso ideal comunista, as nossas opiniões e propostas sobre os problemas dos portugueses e do País, travar o debate de ideias não aceitando a política como o espectáculo redutor e fulanizado em que a querem tornar.



Por isso insistimos que é decisivo estimular e em muitos casos fazer renascer a iniciativa de base, a resposta descentralizada, mais eficaz e mais pronta, usando meios mais exigentes ou mais modestos, a propaganda oral, visual ou escrita, mas sempre valorizando a vivacidade, oportunidade e interesse que a nossa propaganda adquire em maior grau quanto mais próxima está dos problemas e das aspirações das pessoas.

É preciso que os trabalhadores, a juventude, o povo português conheçam a modernidade e justiça das propostas e ideias do PCP. É preciso romper os muros de silêncio e de desinformação que se erguem contra o Partido.

Precisamos para isso de mais informação e mais propaganda, precisamos de desbravar novos caminhos neste terreno para chegarmos com as nossas propostas e as nossas ideias ao coração e à inteligência de mais trabalhadores, de mais portugueses. Para que nos julguem pelo que realmente somos e pensamos e não pelas caricaturas que a nosso respeito são construídas. Não é suficiente termos razão, termos propostas justas, para que o Partido cresça como é necessário. É preciso que mais portugueses conheçam e compreendam a nossa razão.

Não vamos por isso, depois deste Congresso, deixar aos nossos adversários a escolha do terreno em que as nossas ideias serão comunicadas. Propomos, portanto, a todos os camaradas presentes no nosso Congresso, o desafio colectivo de converter os próximos dias, e em especial a semana de 3 a 10 de Junho, num grande esforço nacional de comunicação aos portugueses das conclusões e propostas do nosso Congresso. Divulgando o nosso «Avante!», intensificando o diálogo com a comunicação social, promovendo o contacto directo com as populações, utilizando melhor os nossos meios e materiais de propaganda, dinamizando iniciativas públicas, vamos mostrar que o PCP está vivo e se recomenda, que permanece indispensável e insubstituível para uma alternativa democrática à política de direita, que os comunistas estão para ficar e crescer na sociedade portuguesa, que vale a pena lutar pelo socialismo, que a classe operária e os trabalhadores podem contar com o seu Partido, que o povo português pode contar conosco.

Ao trabalho, camaradas!

RUBEN DE CARVALHO

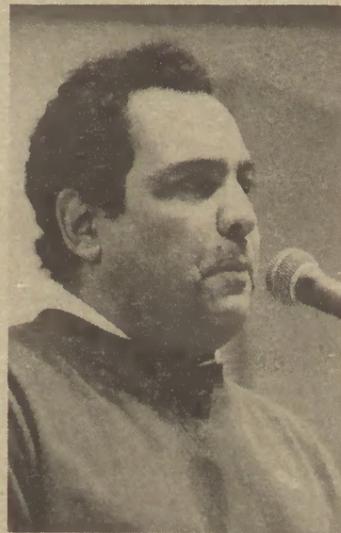
## O «Avante!» na preparação do congresso

Camaradas

A proposta de Resolução Política que se encontra em nosso poder contém duas referências ao nosso «Avante!».

Refere, por um lado, o papel desempenhado pelo órgão central do nosso Partido durante o debate das Teses que antecedeu este XIII Congresso.

Pensamos, camaradas, ser justo sublinhar, acerca das numerosas páginas que ao longo destas semanas levámos junto dos nossos milhares de leitores que, na intensa troca de ideias que caracterizou o nosso trabalho, o «Avante!» se esforçou por desempenhar simultaneamente duas funções que constituem traços da sua própria identidade: por um lado, o de ser o órgão central do Partido, jornal ao serviço da expressão dos anseios, das ideias, das opiniões que animam o nosso colectivo partidário; por outro, ser, igualmente ao serviço do nosso Partido, um jornal, um órgão de informação interviniente, profissional e tecnicamente



eficaz, com um perfil editorial que lhe assegure a capacidade de romper bloqueios informativos, a capacidade de intervenção crítica, de divulgação das propostas e das ideias dos comunistas não apenas no interior da organização do Partido, mas mais além, junto dos trabalhadores, junto dos eleitores, junto do povo.

Pensamos, camaradas, que não serviria o Partido e as duras exigências da luta ideológica que travamos que o «Avante!» se transformasse num puro boletim interno do Partido, inteiramente dedicado à inclusão acrítica de textos que lhe fossem enviados. Necessitamos de um jornal que reflecta a riqueza do nosso Partido, a riqueza das nossas ideias, que retrate essa tão bela máxima adoptada pelo marxismo de que nada do que é humano nos é estranho, e que simultaneamente o faça com coerência, com energia, com convicção e, acima de tudo, com as nossas convicções de comunistas.

A intervenção do «Avante!» e muito especialmente neste debate preparatório do XIII Congresso demonstra que tudo isto é possível: que é

possível cumprirmos o que nos é consignado na outra referência que ao órgão central do Partido é feita na Resolução Política: mantermos e desenvolvermos esta excelente experiência que têm sido as secções de cartas dos leitores, os artigos de opinião, as mesas redondas amplas e participadas e simultaneamente termos um jornal que irá à luta pela informação com rigor e empenhamento, que irá à luta das ideias com vigor, com a elevação de espírito, a abertura ao novo que constituem traços indelévels de uma concepção revolucionária da vida.

Camaradas

Um jornal só o é quando é lido - não quando é escrito! Podemos, camaradas, escrever o «Avante!» - mas que o «Avante!» seja de facto o jornal de que necessitamos está também - está acima de tudo nas vossas mãos.

Não vivemos num ghetto, não estamos privados das possibilidades de intervenção que os meios técnicos põem ao nosso dispor. Mas temos, todos o sabemos, condicionantes de ordem económica dificilmente ultrapassáveis. A contribuição da organização do Partido para a divulgação do nosso «Avante!» continua a ser uma tarefa prioritária. Há, camaradas, que ter clara noção de uma realidade: quanto maior for o empenhamento da organização do Partido com o nosso «Avante!» menos o «Avante!» será apenas um jornal confinado à organização do Partido. Quanto mais comunistas se empenharem na divulgação do «Avante!» mais o «Avante!» será o jornal dos trabalhadores, o jornal dos democratas, o jornal de esquerda que queremos e precisamos que ele seja.

Camaradas

A luta das ideias, a luta em torno da Comunicação Social e da Informação é um dos traços mais característicos dos tempos difíceis, mais exaltantes que atravessamos.

Para nós, comunistas, ver a amplidão que ganhou a comunicação, que ganhou a informação, ver o papel que hoje ela desempenha no mundo é um motivo de alegria. Nós somos os que acreditamos nas ideias, nós somos os que acreditamos que as ideias transformam a vida se forem levadas às massas e as massas as levarem à prática.

Não tememos a luta das ideias, não tememos a comunicação, não tememos a informação. Pelo contrário: isso está no centro mesmo de uma luta que tem séculos e de cuja herança legitimamente nos reclamamos.

E o nosso «Avante!» aí está para o demonstrar. Diga-se então camaradas que, 16 anos depois do 25 de Abril, o «Avante!» continua a ser um retrato vivo deste nosso empenhamento constante na luta das ideias e na batalha da informação. Foi, é e será o órgão central do Partido, um jornal que jamais conheceu censores, um jornal virado para a vida e para a luta, um jornal para o povo e para os trabalhadores, um jornal comunista.



# Pontos Cardeais

## Florestas

Não há dúvida que o Primeiro-Ministro anda freneticamente colunável e agora até as crianças lhe servem, como aconteceu no Dia Mundial do Ambiente quando, para encanto do País, se viu Cavaco Silva sentado na relva dos parques de Monserrate, rodeado de crianças que lhe estendiam microfones por todos os lados (é o progresso, é o progresso! Agora até a infância é tecnológica), falando das árvores e dos passarinhos com o à-vontade de um Avô Cantigas. E como o ambiente era de fábula, o nosso Primeiro anunciou nem mais nem menos que «a reflorestação nacional», coisa para «três milhões de

hectares que podem ser utilizados para reflorestação sem atingir os terrenos aráveis». Às vezes Cavaco Silva é de uma lógica admirável. Dada a íntima relação entre florestação e venatória, temos assim um Primeiro-Ministro simultaneamente florestal e caçador de votos. Ou vice-versa.

## Imunes

Leonor Beleza, a fogosa ex-ministra da Saúde que se gabava sempre da «maior transparência», declarou-se agora «indisponível» para ir a tribunal depor como testemunha no processo movido pelo arquitecto Tomás Taveira contra o director da «Semana Ilustrada», escusando-se à solicitação do tribunal com a invocação da imunidade parlamentar. Já o irmão mostrou o mesmo gosto pela imunidade, mas como não a tinha, parlamentarmente falando, substituiu-a pela impunidade. Fugindo...

## Almoços

Após restauro subsidiado pelo Governo, o Café Martinho da Arcada, no Terreiro do Paço em Lisboa, historicamente ligado a Fernando Pessoa, abriu esta semana as portas, mesas e talheres para a visita do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, que se confessa um admirador do poeta da «Mensagem» — tanto que até lá foi almoçar com a mulher, Maria Cavaco Silva, o ministro das Obras Públicas, Ferreira do Amaral, os secretários de Estado da Cultura e das Obras Públicas, respectivamente Santana Lopes e Álvaro Magalhães e ainda Alçada Baptista. Felizmente que Fernando Pessoa já não é vivo, porque se o fosse não teria dinheiro para pagar os agora opulentos preços praticados no Martinho sob «inspiração» dos seus homenageadores. E se quisesse apenas tomar a bica, como era seu hábito, podia tirar daí a ideia: o cafezinho à mesa é agora um «património cultural» a usufruir em exclusivo por quem tenha carteira gorda para se sentar no restaurante. Pessoas, no Martinho, agora só com dinheiro...

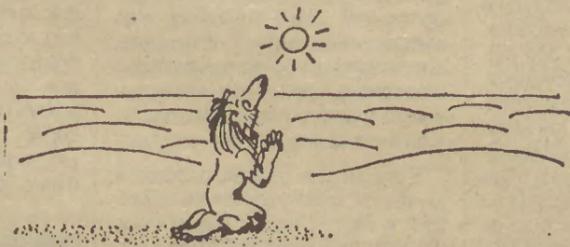
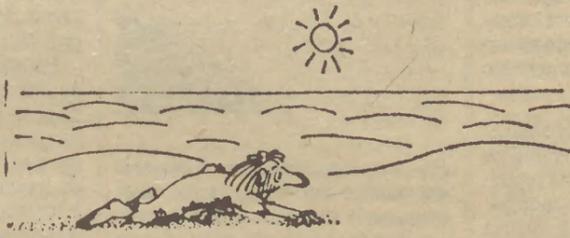
Yeutter, afirmou aos jornalistas depois de um seminário URSS-EUA sobre alimentos que a União Soviética estava «em atraso substancial nos pagamentos» e «terá de encontrar recursos financeiros através de vendas de ouro ou outros meios para permitir ficar em dia com as obrigações decorrentes das suas compras», e assim «não perder credibilidade». A arrogância do homem esquece um pequeno pormenor: é que o seu país, os EUA, é o mais endividado do mundo...

## Ameaças

O ministro Fernando Nogueira assistiu há dias em Kiel, na RFA, ao lançamento ao mar das fragatas «Álvares Cabral» e «Corte Real», as duas últimas das três encomendadas por Portugal. Tratam-se de navios concebidos «para actuar em ambiente de múltiplas ameaça mas, primariamente, vocacionados para a luta anti-submarina». Quando as próprias super-potências reduzem espectacularmente os armamentos e a tendência mundial vai nesse sentido, Portugal gasta dezenas de milhões de contos em armas «para actuar em ambiente de múltiplas ameaça». Muito ameaçado se sente este Governo... Mas o pior é que são os portugueses a pagar-lhe o medo.

## Dívidas

O secretário da Agricultura norte-americano, Clayton



# Gazetilha

por Ignotus Sum

## A queixa

Santana Lopes, da Cultura, afina.  
Com um ar infeliz  
Santana diz  
diz que a televisão o discrimina...

Ó Santana, perdão!,  
mas a televisão  
já é o bastante má  
mesmo sem ires lá...

Vá, menino, entretém tua candura,  
com os diabos!,  
a tratar da cultura  
da cultura... dos nabos...

## Consequência

Crescem as doses  
da guerra, entre nós, das celuloses...

Enfim, é de prever  
que o eucalipto, o tal que tudo come,  
venha a ser  
tanto, que tire o nome  
a Portugal  
e o mude para Eucaliptal...

## Capitalismo é guerra

A coisa cheira a esturro.  
Andam ao murro  
e ao pontapé  
os Estados Unidos e a CEE...

Em causa, os subsídios estatais  
aos cereais.  
Acusações a esmo:  
cada qual diz que o outro faz o mesmo...

Porque, à caça da nota,  
na exportação se faz batota.  
E dizem uns aos outros os rapazes:  
«Tu é que fazes, tu é que fazes...»

Falam em guerra, vejam lá.  
Onde é que havendo capital guerra não há?

## Escândalo europeu

Diz-se que na Inglaterra, de verdade,  
há descontentamento  
só porque a inflação de Sua Majestade  
anda nos seis por cento?

Em Portugal, ai, ai,  
a inflação nos treze vai  
e Cavaco — percebe-se o intuito —  
acha que não é muito...

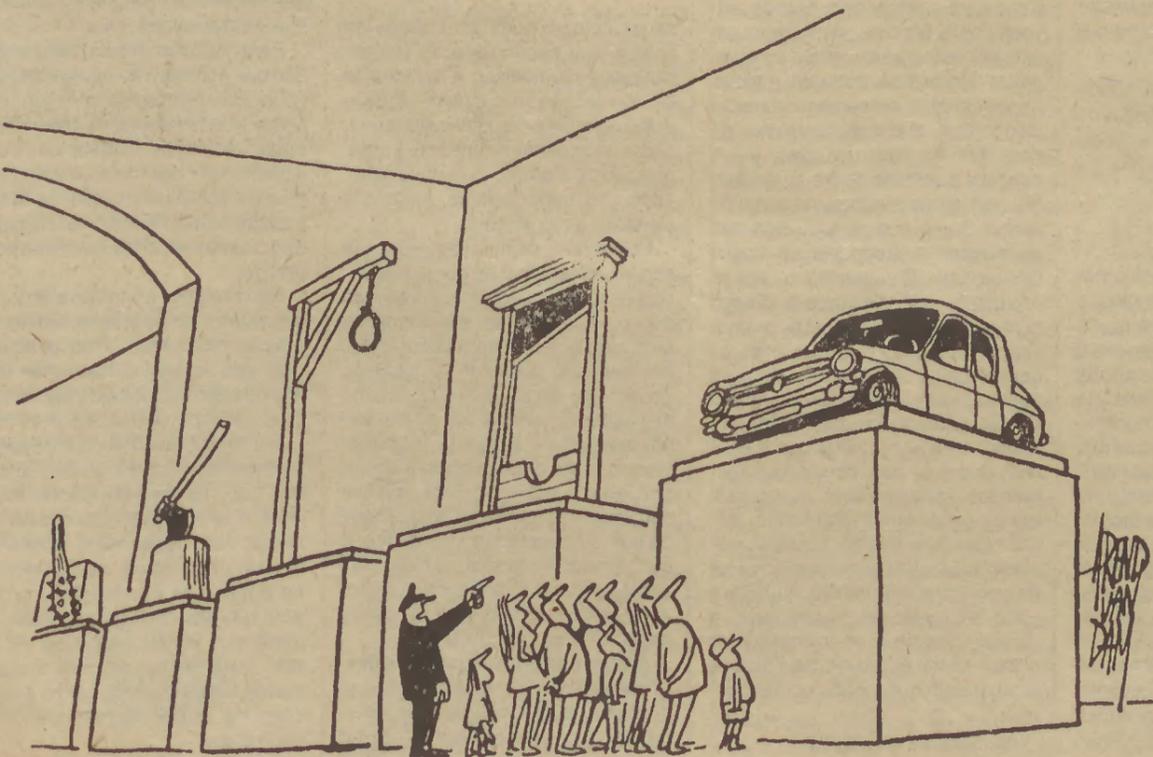
Nisto de inflação  
que não se esqueça:  
Portugal já deixou o pelotão  
vai à cabeça...

Inflação tal  
tão ingrata e tão feia!  
Já nem é uma vergonha nacional:  
é vergonha europeia...

## País pobre?

A caça se descobre  
ao volfrâmio e ao cobre  
são espanhóis, ingleses  
holandeses  
e outros que tais  
a ver quem caça mais...

Somos um país pobre?  
(Volfrâmio, urânio, cobre...)  
Somos? Causa-me espantos  
ver um país tão pobre a dar comer a tantos...



# Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII

N.º 859

7 de Junho de 1990

4.º Caderno

**COM O PCP  
A ALTERNATIVA  
EXISTE!**

Partido Comunista Português

**1 a 10 de Junho**

**Campanha de informação  
em todo o País**

— as conclusões do XIII Congresso  
(Ext.) do PCP

● **Iniciativas públicas  
de esclarecimento**

(sessões e outras actividades)

● **Ações de propaganda**

(bancas, brigadas móveis,  
colagens, meetings à porta  
das empresas, distribuições  
em mercados e feiras,  
contactos porta-a-porta, etc.)

**Segunda, 11**

\* **MONTIJO  
Convívio ALENTEJANO**  
no Pinhal de Santos Fernandes  
(Apeadeiro de Sarilhos). Provas desportivas, animação cultural, exposições, stands de vendas, petiscos. **Comício**, às 16.00, com intervenção do camarada Carlos Carvalhas.

\* **LISBOA**  
Plenário da organização dos Bancários de Lisboa para discussão de problemas do Sector - às 17.30, no CT Vitória, com a participação da camarada Rosa Rabais.

**Quarta, 13**

\* **CASCAIS**  
Almoço-convívio no Centro de Trabalho, a partir das 13.00. Intervenção sobre as conclusões do XIII Congresso pelo camarada José Casanova.

\* **BRAGANÇA**  
Reunião geral de militantes do concelho de Bragança - às 21.30 no Centro de Trabalho.

**Quinta, 7**

\* **BEJA**  
Plenários de militantes para discussão das conclusões do XIII Congresso: em Ourique, no Centro de Trabalho, e em Garvão - ambos às 20.30.

\* **LISBOA**  
Plenário da organização de Reformados da cidade de Lisboa para discussão das conclusões do XIII Congresso e dos problemas específicos dos reformados - no Centro de Trabalho Vitória, às 15.00, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

**Sexta, 8**

\* **TORRES VEDRAS**  
Plenário da organização de Torres Vedras para debate das conclusões do XIII Congresso - às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Dias Lourenço.

\* **FUNDÃO**  
Sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia, às 21.30, com a participação do camarada José Soeiro.

\* **OURIQUE**  
Plenário de militantes em Santa Luzia - às 20.30.

**Sábado, 9**

\* **PORTO**  
Encontro de vereadores e deputados municipais do PCP do distrito do Porto para troca de experiências e opiniões acerca do exercício do Poder Local e das tarefas dos comunistas eleitos - no Centro de Trabalho da Boavista, a partir das 15.00.

\* **ESPINHO**  
Sessão-festa promovida pela Comissão Concelhia para divulgação das conclusões do XIII Congresso do PCP - no salão nobre da Piscina Solário Atlântico, a partir das 21.30, com a participação do camarada Vítor Dias.

\* **COVILHÃ**  
Reuniões e iniciativas públicas no âmbito da divulgação das conclusões do XIII Congresso, com a participação dos camaradas José Soeiro e Luísa Araújo;

— almoço-convívio nas Minas da Panasqueira com a participação de José Soeiro;

— reunião regional sobre o trabalho das mulheres - no Centro de Trabalho da Covilhã, às 21.00, com a camarada Luísa Araújo;

— sessão pública no salão da Assembleia Municipal, às 21.00, com a participação de José Soeiro.

\* **CASTELO BRANCO**  
Debate no Centro de Trabalho com a participação da camarada Luísa Araújo - às 21.00.

\* **DAMAIA**  
Convívio promovido pela célula dos Refor-

mados, com a participação do camarada Dias Lourenço - às 15.00, no Centro de Trabalho da Damaia.

\* **ALBUFEIRA**  
Reunião geral de militantes, inserida na Jornada Nacional de Propaganda, para discussão das conclusões do XIII Congresso - às 15.00.

**Domingo, 10**

\* **QUARTEIRA**  
Almoço de confraternização no Centro de Trabalho, seguido de apresentação e debate da Resolução Política aprovada no XIII Congresso, com a participação dos delegados pelo concelho de Loulé - a partir das 13.00, aberto a simpatizantes e amigos do PCP.

\* **LOURES**  
Comício em Apelação, para encerramento da festa «Com a Apelação pelo futuro»: às 17.30, com a participação do camarada Dias Lourenço.

\* **TORTOSENDO**  
Almoço-convívio no Centro de Trabalho com a participação do camarada José Soeiro.

\* **OURIQUE**  
Almoço-convívio na Barragem do Monte da Rocha com a participação do camarada António Murteira - a partir das 13.00.

\* **BEJA**  
Festa do Campo no Parque das Merendas a partir das 11.00. Desporto, música, piquenique. Intervenção política pelo camarada Luís Sá.

## Montijo CONVÍVIO ALENTEJANO

**PINHAL DE SANTOS FERNANDES  
APEADEIRO DE SARILHOS**

**DOMINGO  
10 DE JUNHO  
16 H**

Comício com

**CARLOS CARVALHAS**  
(Secretário-Geral Adjunto do PCP)

PROVAS DESPORTIVAS  
ANIMAÇÃO CULTURAL  
EXPOSIÇÕES  
STANDS DE VENDA  
COMES E BEBES

✱

## BEJA

**Festa do Campo  
no Parque das Merendas**

**Domingo**

Futebol  
Jogo da Malha  
Música  
Petiscos

Comício com  
**LUÍS SÁ**

✱

**«Com a Apelação  
pelo Futuro»**

festa promovida  
pela Comissão de Freguesia do PCP  
9 e 10 de Junho  
petiscos • bancas • vendas  
espectáculos musicais

**Sábado**

às 17 horas — Conjunto Musical da Bobadela  
às 21.30 horas — Fados e Guitarradas no CT

**Domingo**

às 16.30 — Conjunto Alma Viva

às 17.30 — Comício com  
**Dias Lourenço**

**PCP**  
UM  
PARTIDO  
PARA O  
NOSSO  
TEMPO

**RTP**  
**TEMPO DE ANTENA**

*Hoje*  
*7 de Junho*  
**após**  
**o Telejornal**  
**das 19.30 h**

**COM O PCP  
A ALTERNATIVA  
EXISTE!**

Partido Comunista Português

# TV **O Programa**



## Quinta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - **As Dez** (inclui «O Sítio do Picapau Amarelo»)
- 12.05 - **A Gata Comeu** (21º epis.)
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **Um Anjo na Terra** (45º epis.)
- 14.15 - **O Mundo Animal** (72º epis.)
- 14.45 - **Ponto Por Ponto**
- 15.30 - **Matinée** - «O Comissário de Polícia», real. Constantino Esteves (Port/1952, 115 min.)
- 17.30 - **Brinca Brincando**
- 18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo** (23º epis.)
- 19.00 - **Jogo de Cartas**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.10 - **Tempo de Antena - PCP**
- 20.25 - **Vale Tudo** (129º epis.)
- 21.25 - **Espião no Purgatório** (2º epis.)
- 22.30 - **Luciano Pavarotti - Gala em Milão**
- 00.30 - **24 Horas**
- 01-05 - **Remate**

Gran Gala in onore dei partecipanti alla XIV Edizione della Coppa del Mondo di Calcio

Domenica 27 Maggio 1990, ore 20.30

**PALATRUSSARDI - MILANO**

**LUCIANO PAVAROTTI**

in concerto

Programma

1. Concerto "Olympia" di Beethoven

2. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

3. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

4. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

5. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

6. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

7. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

8. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

9. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

10. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

11. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

12. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

13. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

14. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

15. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

16. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

17. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

18. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

19. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

20. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

21. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

22. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

23. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

24. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

25. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

26. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

27. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

28. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

29. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

30. Concerto "L'Espresso" di Beethoven

### RTP2

- 14.00 - **Primeiro Jornal**
- 14.15 - **Espaço Infantil**
- 14.45 - **Filhos e Filhas** (486º epis.)
- 15.10 - **Agora, Escolha!**
- 16.30 - **Os Centuriões** (10º epis.)
- 17.10 - **Retratos da Madeira** (2º epis.)
- 17.30 - **Os Desafios da Lei** (10º epis.)
- 18.15 - **Telemercado**

- 18.30 - **Meu Pé de Laranja Lima** (111º epis.)
- 19.10 - **Espaço Infantil**
- 19.50 - **Via Rápida**
- 20.00 - **Clássicos da TV** - «Kung Fu» (4º epis.)
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.30 - **Emoções** (20º epis.)
- 21.55 - **Desporto** - Itália/90 (2º aparte)
- 22.50 - **Quinta Dimensão** (26º epis.)
- 23.20 - **Universidade Aberta**

## Sexta

### RTP1

- 09.00 - **Bom Dia**
- 10.00 - **As Dez**
- 12.05 - **A Gata Comeu**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **Gloss** (48º epis.)
- 14.20 - **O Mundo Animal** (73º epis.)
- 14.45 - **Ponto Por Ponto**
- 15.40 - **Matinée** - «O Homem das Mulheres», real. Jerry Lewis (EUA/1961, 106 min.)
- 17.30 - **Juntos e ao Vivo - Dia Mundial da Criança**
- 18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
- 19.00 - **Jogo de Cartas**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Vale Tudo**
- 21.15 - **Miller e Mueller** (2º epis.)
- 22.15 - **O Rosto da Notícia**
- 23.25 - **Chefe, Mas Pouco** (43º epis.)
- 23.55 - **24 Horas**
- 00.30 - **Remate**
- 00.45 - **Pela Noite Dentro** - «Uma Segunda Vida», real. John Frankenheimer (EUA/1966, 109 min.)

### RTP2

- 12.00 - **Ténis - Torneio de Roland Garros**
- 16.00 - **Primeiro Jornal**



- 16.15 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Cerimónia de Abertura e jogo Argentina-Camarões
- 19.00 - **Telemercado**
- 19.25 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
- 20.20 - **Via Rápida**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.30 - **D. Belja** (37º epis.)
- 23.00 - **Rotações**
- 24.00 - **Haja Música**

## Sábado

### RTP1

- 09.00 - **TV Rural**
- 09.25 - **Meu Querido Sábado**
- 12.30 - **Grandes Tormentos** (18º epis.)
- 13.00 - **Notícias**
- 13.10 - **Saga da Canção Francesa** - Claude Nougaro
- 14.05 - **Parlamento**
- 14.35 - **O Barco do Amor** (4º epis.)
- 15.30 - **Vivamúsica**
- 16.10 - **Sessão da Tarde** - «Fuga sem Rumo», real. David Miller (EUA/1962, 102 min.)
- 18.00 - **Viagem Infinita** (7º epis.)
- 19.10 - **Sete Folhas**
- 19.40 - **Totoloto**
- 19.50 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Itália-Austria
- 22.10 - **Poirot** (3º epis.)
- 23.05 - **Notícias**
- 23.10 - **Cinema da Meia Noite** - «São Francisco, Cidade Nua», real. Stuart Rosenberg (EUA/1973, 107 min.)

### RTP2

- 09.00 - **Universidade Aberta**
- 10.15 - **Caminhos**
- 10.45 - **Zona Jazz**
- 11.40 - **Telemercado**
- 12.05 - **Ténis - Torneio de Roland Garros**

- 15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - URSS-Roménia
- 18.00 - **A Terra da Relva Azul**
- 19.00 - **Primeiro Jornal**
- 19.10 - **Arca de Noé**
- 19.55 - **Contos Populares Europeus** (últ. progr.)
- 21.30 - **Tourada** (transmissão de Almeirim)
- 00.00 - **Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»**

## Domingo

### RTP1

- 09.00 - **Feriados Nacionais** - 10 de Junho
- 09.20 - **Desenhos Animados**
- 09.30 - **70 x 7**
- 09.55 - **Te Deum**
- 11.00 - **Domingão**
- 13.00 - **Notícias**
- 13.10 - **Espaço 1999** (19º epis.)
- 14.00 - **Rui Veloso no Coliseu em 1988**
- 14.55 - **Primeira Matinée** - «Mogambo», real. Luis Vidal Lopes (Port/1988, 109 min.)
- 16.55 - **Comemorações do 10 de Junho**
- 18.00 - **Concurso 1, 2, 3**
- 19.55 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Brasil-Suécia
- 20.00 - **Jornal de Domingo**
- 22.30 - **Querido John**
- 23.00 - **Jornal de Domingo**
- 23.30 - **Boletim Meteorológico**
- 23.40 - **Para Além da Guerra** (11º epis.)

### RTP2

- 09.00 - **Música n'América**
- 09.50 - **Sobrevivência** (7º epis.)
- 10.45 - **Novos Horizontes**
- 11.05 - **Quem Sai aos Seus...**
- 11.30 - **Espaço Infantil**
- 13.00 - **Ténis** - Final do Torneio de Roland Garros
- 15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - EUA-Checoslováquia
- 18.00 - **Automobilismo** - Grande Prémio do Canadá em Fórmula 1
- 20.00 - **Primeiro Jornal**
- 20.15 - **A Bela e o Monstro** (9º epis.)
- 21.05 - **Cineclube** - «Mogambo», real. John Ford (EUA/1953, 155 min.)
- 23.05 - **Artes e Letras** - «Fassbinder»
- 00.05 - **Lusitânia Expresso**

## Filmes

- «O Comissário de Polícia» - 5ª, 15.30, RTP-1
- «O Homem das Mulheres» - 6ª, 15.50, RTP-1
- «Uma Segunda Vida» - 6ª, 00.45, RTP-1
- «Fuga Sem Rumo» - sáb., 16.10, RTP-1
- «São Francisco, Cidade Nua» - sáb., 23.10, RTP-1
- «Mensagem» - dom., 14.55, RTP-1
- «Mogambo» - dom., 21.05, RTP-2
- «O Caçador» - 3ª, 22.50, RTP-2
- «Classe» - 4ª, 21.35, RTP-1

## Música

- Quinta 19.50, RTP-2: **Via Rápida**
- 22.30, RTP-1: **Luciano Pavarotti**
- Sexta 20.20, RTP-2: **Via Rápida**
- 24.00, RTP-2: **Haja Música**
- Sábado 10.45, RTP-2: **Zona Jazz**
- 13.10, RTP-1: **Saga da Canção Francesa** - Claude Nougaro
- 15.25, RTP-1: **Vivamúsica**
- Segunda 19.30, RTP-2: **Via Rápida**
- Terça 19.30, RTP-2: **Via Rápida**
- Quarta 19.30, RTP-2: **Via Rápida**
- 00.15, RTP-2: **Tina Turner**

## Desporto

- Remate** - RTP-1, 5ª (01.05), 6ª (00.30), 2ª (00.15), 3ª (01.35), 4ª (00.15)
- Domingo Desportivo** - RTP-1, 19.50
- Fórmula 1/Grande Prémio do Canadá** - dom., RTP-2, 18.00
- Ténis (Roland Garros)** - 6ª, sáb. e dom., RTP-2

## Campeonato do Mundo de Futebol

- Sessão de abertura, seguindo-se o jogo Argentina-Camarões - 6ª, RTP-2, 16.15
- URSS-Roménia - sáb., RTP-2, 15.45
- Itália-Austria - sáb., RTP-1, 19.50
- EUA-Checoslováquia - dom., RTP-2, 15.45
- Brasil-Suécia - dom., RTP-1, 19.50
- Costa Rica-Escócia - 2ª, RTP-1, 15.45
- Inglaterra-Irlanda - 2ª, RTP-2, 19.45
- Bélgica-Coreia do Sul - 3ª, RTP-1, 15.45
- Holanda-Egipto - 3ª, RTP-2, 19.45
- Uruguaí-Espanha - 4ª, RTP-1, 15.45
- Argentina-URSS - 4ª, RTP-2, 19.45



# Teatro **O Cartaz**

- **LISBOA**  
**Casa da Comédia**, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom., às 21.30. **Teatro, Doce Teatro**, de Radzinsky, encen. Fernando Heitor.
- Chapitô**, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Klassikus Kabaret**, texto e encen. de Fernando Gomes.
- Cinearte**, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. **O Baile**, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.
- Cinema Stadium**, Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **Os Três Chapéus Altos**, de Miguel Mihura, adapt. Armando Caldas e Fernando Tavares Marques.
- Clube Estefânia**, R. Alexandre Braga, 24. De 3ª a sáb. às 21.30. **Inimigos**, de Nigel Williams, encen. José Wallenstein.
- Comuna**, Pr. de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30. **Sala Nova - O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. **Sala Um - Um Elétrico Cha-**

- mado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota.
- Primeiro Acto**, Rua Eduardo Augusto Pedroso (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. **As Pulgas**, de Cunha de Leiradella, encen. Miguel Menezes, pelo Grupo Persona.
- Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **What Happened to Madalena Iglesias?**, texto e encen. de Filipe La Féria.
- Teatro Aberto**, Pç. Espanha. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Na Solidão dos Campos de Algodão**, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.
- Teatro do Bairro Alto**, Rua Tenente Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Um Poeta Afinado**, de Manuel de Figueiredo (séc. XVIII), encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.
- Teatro da Graça**, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.

- Cenas da Vida de Benilde**, de José Régio, encen. Jorge Listopad.
- Teatro Ibérico**, Rua de Xabregas, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fim**, de António Patrício, enc. Xosé Blanco Gil.
- Teatro Maizum**, R. Poiais de S. Bento, 75. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Rei e a Rosa**, de Filipe Petronilho, encen. Silvína Pereira.
- Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **A Seveira**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.
- Teatro Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.
- Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

- **ALMADA**  
**Teatro Municipal**, Rua Conde Ferreira. De 3ª a dom. às 21.45, sáb. também às 16.00. **Felicidade e Erva Doce**, de Peter Shaffer, encenação de Joaquim Benite, pelo Teatro de Almada/Grupo de Campolide.
- **ESTORIL**  
**Teatro Mirta Casimiro**, Monte Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Quero Ser Rei Esta Noite**, de Peter Shaffer, encen. Carlos Avilez.
- **PORTO**  
**Teatro Sá da Bandeira**, Rua Sá da Bandeira, 108. De 4ª a 6ª às 21.30, sáb. às 20 e 23, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.
- FITEI** - No Auditório Carlos Alberto, Cooperativa do Povo Portuense, Rivoli, Ateu e TEP.  
Para crianças
- **LISBOA**  
**TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

## Segunda

### RTP1

- 09.00 - **Bom Dia**
- 10.00 - **As Dez**
- 12.05 - **A Gata Comeu**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **A Rota de Howard**
- 14.20 - **O Mundo Animal**
- 14.45 - **Ponto Por Ponto**
- 15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Costa Rica-Escócia
- 17.50 - **Brinca Brincando**
- 18.35 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
- 19.00 - **Jogo de Cartas**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.00 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Vale Tudo**
- 21.15 - **Clube dos Subscritores**
- 21.45 - **A TV de Kurt Olsson**
- 22.40 - **Nos Bastidores da Notícia** (série, 1º epis.)
- 23.40 - **24 Horas**
- 00.15 - **Remate**

### RTP2

- 14.00 - **Primeiro Jornal**
- 14.15 - **Espaço Infantil**
- 14.45 - **Filhos e Filhas**
- 15.10 - **Agora, Escolha!**
- 16.30 - **Batalha pelo Planeta** (4º epis.)
- 17.00 - **A Irmã Kate** (2º epis.)
- 17.20 - **Ver ou não ver...Os Museus de Portugal**
- 18.10 - **Telemercado**
- 18.35 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
- 19.05 - **Espaço Infantil**

## Terça

### RTP1

- 09.00 - **Bom Dia**
- 10.00 - **As Dez**
- 12.05 - **A Gata Comeu**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **Dallas**
- 14.15 - **O Mundo Animal**
- 14.45 - **Ponto Por Ponto**
- 15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Bélgica-Coreia do Sul
- 17.50 - **Brinca Brincando**
- 18.35 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
- 19.00 - **Jogo de Cartas**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Vale Tudo**
- 21.15 - **Crónica do Crime** (34º epis.)
- 22.15 - **Marchas Populares de Lisboa**
- 01.00 - **24 Horas**
- 01.35 - **Cartas de Humor**

### RTP2

- 14.00 - **Primeiro Jornal**
- 14.15 - **Espaço Infantil**
- 14.30 - **Filhos e Filhas**
- 15.00 - **Agora, Escolha!**
- 16.20 - **Os Novos Caça-Fantasmas** (31º epis.)
- 16.45 - **O Mar e as Superstições**
- 17.10 - **O Homem na Margem** (10º epis.)
- 18.10 - **Telemercado**
- 18.25 - **O Meu Pé de Laranja Lima**

## Quarta

### RTP1

- 09.00 - **Bom Dia**
- 10.00 - **As Dez**
- 15.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Uruguaí-Espanha
- 17.50 - **Brinca Brincando**
- 18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
- 19.00 - **Jogo de Cartas**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Vale Tudo**
- 21.15 - **Vamos Jogar no Totobola**
- 21.35 - **Lotação Esgotada** - «Class».

### RTP2

- 14.00 - **Primeiro Jornal**
- 14.15 - **Espaço Infantil**
- 14.35 - **Filhos e Filhas**
- 19.45 - **Campeonato do Mundo de Futebol** - Argentina-URSS
- 22.00 - **Jornal das Nove**
- 22.30 - **Lenine...O Combolo** (2º epis.)
- 23.20 - **Auto de Santo António**
- 00.15 - **Tina Turner no Rio de Janeiro**

# Cinema

A selecção

# ...e ainda

Música, debates, etc.

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Caçador Branco, Coração Negro	—	—	—	★★★★
<b>B</b> Cinema Paraíso	★★★	★★★	★★★	★★★
<b>C</b> O Cozinheiro, o Ladrão, a Sua Mulher e o Amante Dela	★★★★	★★★★	★★★★	★★★
<b>D</b> Crimes e Escapadelas	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>E</b> Sempre	—	★★★★	★★★	★★★
<b>F</b> Sonhos	★★★★★	★★★★★	—	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Clint Eastwood — Amoreiras/7 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — King Triplex/1 (14, 16.30, 19, 21.30) — Nimas (14, 16.30, 19, 21.30) — Quarteto/1 (14.15, 16.30, 19, 21.45, 24) — Terminal (13, 15, 17, 19, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Giuseppe Tornatore — Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- C — Real. Peter Greenaway — Forum/2 (14.00, 16.30, 19.15, 22.00); Quarteto/4 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Woody Allen — Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Steven Spielberg — Alfa/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24) — Lisboa.
- F — Real. Akira Kurosawa — Apolo 70 (14, 16.30, 19, 21.30) — Londres/14 (16.30, 19, 21.30) — Quarteto/2 (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24) — Lisboa.

## Cinematca

Na Cinematca Portuguesa prossegue até ao fim do mês o Ciclo Frank Borzage - um longo ciclo que é também um acto de coragem e uma iniciativa cultural de aplaudir. Borzage, injustamente ignorado ou menosprezado durante décadas, é hoje reconhecido por muitos como um cineasta de talento e obra nivelados aos de Ford ou Hawks, seus contemporâneos.

Dele se exibem esta semana, no sábado: — às 15.30: **Vidas Heróicas**, de 1939, com Dorothy Lamour e Akim Tamiroff; às 18.30: **Os Fugitivos da Gulana**, de 1940, com Joan Crawford e Clark Gable; às 21.30: **Tempestade Mortal**, de 1940, com Margaret Sullivan e James Stewart.

Preciosidades podem por outro lado considerar-se os filmes programados como **Tesouros da Cinematca Francesa**, cujas

## BIENAL INTERNACIONAL DE MARIONETAS DE ÉVORA



9 A 17 DE JUNHO

cópias restauradas a Cinematca vem também exibindo. Esta semana:

— hoje às 21.30 **L'Auberge Rouge** de Jean Epstein (1923); — amanhã às 18.30 **Le Double Amour**, do mesmo cineasta (1925), e às 21.30 **La Passion de Jeanne D'Arc**, de Carl Th. Dreyer (1928).

## Bailado

Ainda para mais dois espectáculos continua hoje e amanhã no Grande Auditório Gulbenkian o **Ballet de Frankfurt**, que executa o segundo programa dos dois que trouxe a Portugal: uma coreografia de Amanda Miller e uma outra de William Forsyth, esta para músicas cantadas por Aretha Franklin e Dionne Warwick.

Hoje às 21.30 e amanhã às 18.30, com bilhetes de 1.750\$00 a 1.200\$00.

Entretanto, a **Companhia Nacional de Bailado do T.N.S. Carlos** estreia amanhã no S. Luís um novo espectáculo constituído por três bailados: «Double Colchea» (V. Nebrada/Britten), «A Pavana do Mouro» (J. Limon/H. Purcell) e «Tema e Variações» (Balanchine/Tchaikovsky).

Direcção de Armando Jorge.

Espectáculos nos dias 8 e 15 às 21.30, 9 e 16 às 18.30 e 10 e 17 às 16.00.

Preços: de 1650\$00 a 500\$00.



## Ópera

Outra estreia: «**Lo-hengrin**», de Wagner, no Teatro Nacional de S. Carlos, numa coprodução T.N.S. Carlos-Opera de Nice. A direcção musical é do maestro Jan Latham-Koenig. Coro e Orquestra Sinfónica do T.N.S. Carlos, cantores solistas Eberhard Buchner, Mechtild Gessendorf, Donald McIntire, entre outros.

Os espectáculos realizam-se nos dias 6 (às 19.30), 9 (às 16.00) e 11 (às 19.30) no Teatro Nacional de S. Carlos e no dia 18 (às 19.30) no Coliseu dos Recreios.

## Marionetas em Évora

Em Évora, 17 grupos portugueses e estran-

geiros de teatro de marionetas e o grupo anti-trião, os Bonecos de Santo Aleixo, estarão presentes na **Bienal Internacional de Marionetas** que de 9 a 17 decorre no Teatro Garcia de Resende por iniciativa do Centro Dramático de Évora/Câmara Municipal de Évora.

Participam grupos de França, Espanha, URSS, Holanda, Suíça, Inglaterra, Checoslováquia, EUA, RDA e Itália, além de quatro grupos portugueses.

## Festival de Sintra

O habitual Festival de Música de Verão de Sintra tem início no próximo dia 14 e é este ano dominado pela música de piano, com uma dezena de concertos por grandes solistas.

No concerto inaugural - Palácio Nacional de Queluz, no dia 14 às 21.30 - participam **Maria João Pires** e o violinista **Augustin Dumay**, que interpretam sonatas para piano e violino de Brahms, Beethoven, Mozart e Debussy. Bilhetes a 1.250\$00.

# Exposições

## ● LISBOA

**Alfredo Luz** — Pintura. Galeria Barata, Av. Roma, 11.

**Ana Galvão** — Gravura. Cooperativa Gravura, Travessa do Sequeiro, 4, r/c (até 11/6).

**Artistas Contemporâneos de Macau** — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. Berna. Das 10.00 às 17; à 4ª e sáb. das 14.00 às 19.30; encerra à 2ª.

**No Centenário da Morte de D. Luís** — A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro).

**Colectiva de Gravura** — gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

**Eduardo Nery** — Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 30/6).

**Espiga Pinto** — Escultura e pintura. Galeria Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a

sáb. das 14 às 20 (até 12/6).

**Figueiredo Sobral** — Pintura. Galeria do C.C. Fonte Nova, Estrada de Benfca (até 8/6).

**Filomena Coquenão** (Angola) — Pintura. Sala de Arte do Escorial, R. Portas de Santo Antão, 45.

**Geraldine Zwanikken** — Pintura. Galeria João Hogan, R. da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 22/6).

**Guilherme Parente** — Pintura. Galeria Holly, Largo da Trindade, 17. 2ª das 15 às 19.30; de 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30 (até 23/6).

**Isabel Sabino** — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 11/6).

**Jorge Guimarães** — Pintura. Galeria de S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 9 às 13 e das 15 às 19.30 (até 19/6).

**Jorge Martins** — Desenhos recentes. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 19 (até 23/6).

**Jorge Varanda** — Pintura. Galeria Bertrand, R. Anchieta, 23. De 2ª a 6ª das 10

às 18, sáb. das 10 às 13 (até 30/6).

**José Luís Tinoco** — Pintura. SNBA, Rua Barata Salgueiro. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 20/6).

**Luís Palma e A. Cerveira Pinto** — Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, cv. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 16/6).

**Luísa Correia Pereira** — Pintura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 8/6).

**Manuel Gantes** — Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. Das 16 às 20 (até 16/6).

**Mena Brito** — Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 18/6).

**Miguel Tomás** — Pintura. Clube Cinquenta, Rua S. Mamede ao Caldas, 9 (até 8/6).

**«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa»** (colectiva) — Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

**Paula Rego** — Gravuras. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 16/6).

**Paulo Cardoso** — Pintura. Gal. S. Ma-



Mena Brito

mede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

**Pintura Soviética no tempo da Perestroika** — Galeria Liberdade 190, Av. da Liberdade, 190, s/c Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 15/6).

**Rui Filipe** — Pintura. Biblioteca Nacional Campo Grande. De 2ª a sáb. das 14 às 19 (até 16/6).

**Um Século de Electricidade** — Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18).

**Silva Palmeira** — Pintura. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 10/6).

**Tapeçaria do Séc. XVI** — Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

**«Traje - Um Objecto de Arte?»** — colectiva de artistas plásticos de Brasil, Estados Unidos, Itália, Alemanha, Portugal. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian (piso 0).

**Vitor Ribeiro** — Aquarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.

**● PORTO**  
**António Areal** — «Retrospectiva I», pintura. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 17/6).

**Carlos Mesquita** — Pintura. Cooperati-va Arvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30.

**Marta Wengorovius** — Pintura e desenho. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 28/6).

**Paula Rego** — Gravuras. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 16/6).

**Xana** — Esculturas pintadas. Coop. Arvore (até 12/6).

**Manuela Jardim** — Desenho e pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado (até 24/6) — COSTA DA CAPARICA.

**Armanda Passos** — Pintura e desenho. Galeria Arcada, Arcadas do Parque, 118 (até 11/6) — ESTORIL.

**Pintura Portuguesa 1842-1979** — (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 — QUELUZ.

**Graciete Rosa Rosa** — Tapeçaria e escultura. Galeria Municipal de Exposições, Av. Pedro Victor, 88. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 9/6) — VILA FRANCA DE XIRA.

**● OUTRAS LOCALIDADES**  
**Rocha de Sousa** — (pintura/desenho/collagens/video). Até 8/6, Galeria Municipal de Arte — ALMADA.

**Vitor Alves** — Pintura e desenho. Galeria dos Patudos — ALPIARÇA.  
**António Mendes** — Pintura. Galeria Vértice, Av. Eng. Amaro da Costa, 71 (até 9/6) — CASCAIS.



Filomena Coquenão

## Tempo

**Fim de Semana**

Céu pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado durante a tarde, no interior norte e centro, onde há possibilidade de aguaceiros.

Pequena subida da temperatura no sábado.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# a TV

## Portugal já está a arder

Parlamento falou das medidas de socorro existentes em Portugal, em situações de catástrofe. Presentes os deputados Rui Silva, do PRD, Lino de Carvalho, do PCP, e Jaime Soares, do PSD.

Rui Silva acentuou as carências e sublinhou o papel do bombeiro voluntário. As corporações existentes, lembrou, poupam ao Estado qualquer coisa como 16 milhões de contos e recebem, para a sua manutenção e apetrechamento, apenas cinco milhões...

Jaime Soares não embarcou, honra lhe seja (ele vem da área dos bombeiros, sabe bem o que a casa gasta...) em euforias e satisfações, mas insistiu em que o governo dava agora muito maior verba do que em anos anteriores...

Lino de Carvalho respondeu que não basta a verba (e esta mesmo é exigua para acudir às reais necessidades, veja-se o caso da Grécia que, com os seus 2,5 milhões de hectares possui 37 aviões contra incêndio e que em Portugal para 7 milhões de hectares há apenas onze...) sendo indispensável efectuar o levantamento dos «pontos negros», bem como apurar as causas dos incêndios, 80 por cento das quais continuam a ignorar-se, apesar das comissões de inquérito nomeadas...

Recordou a ânsia de fachada pela criação de exercícios e lembrou o caso de uma autarquia que se recusou a fazê-los, pois dos males apontados pelo exercício anterior, nenhum obtivera remédio...

As verbas aumentaram - mas os incêndios aumentam mais que as verbas. Como disse o deputado Rui Silva, «Portugal já está a arder...»

Não tem importância. Depois o governo cria comissões de inquérito, a GNR prende mais um delinvente, alguns bombeiros perdem a vida e, lá mais para diante, organizam-se uns exerciciozinhos. O folclore do costume para a tragédia do costume.

## Não sabiam?

Sabemos, pelo Telejornal, que houve um debate muito vivo entre a bancada comunista e o Sub. Vieira de Castro, da Previdência. Com aspectos algo cómicos, com o dito Sub. a gritar para a oposição: «Vocês preferem que o país ande mal, e nós preferimos que o país ande bem...»

Bom, mas eu agora não venho aqui para contar anedotas, mas para recordar que no dito debate intervieram os deputados Carlos Brito e Apolónia Teixeira, do PCP. Quer dizer, as pessoas não os viram, foi a voz off do locutor quem os referenciou. Eu acredito, mas de facto preferia vê-los com os meus próprios olhos.

Mas então a reportagem não os deu? Deu, sim senhor, lá isso deu, aí é que bate o ponto. Só que os deu - de costas...

Sistematicamente os deputados do PCP aparecem sempre de costas. Eles que estão sempre a dar a cara, não têm direito a ela!

É curioso, nesta conjuntura, verificar a seguinte graduação: os deputados do PSD, aparecem no Telejornal sempre de frente; os do PS, sempre de perfil; os do PCP sempre de costas...

Não há dúvida que a informação na RTP tem a sua contabilidade de prioridades bem estabelecida. Escusado será dizer que a colocação das câmaras na Assembleia da República obedece, não a um princípio político, mas a um rigoroso critério jornalístico. Não sabiam?..

Ou será apenas uma questão de telegenia?..

## Abriu a caça... furtiva

Como dizem os brasileiros: está na cara. Está na cara que o PSD abriu a campanha eleitoral.

A ninguém passou despercebida a manobra. No Porto vai erguer-se uma estátua a Sá Carneiro e Cavaco Silva foi colocar a primeira pedra. Céus, a devoção e a proficiência com que ele espalhou o cimento no meio dos blocos! Com a câmara de televisão, já se vê, a seguir-lhe, subserviente, todos os movimentos...

Nessa altura, quem estava ali era o presidente do partido, na sua nobre missão cimenteira. Mas Cavaco Silva discursava - e ao discursar, transfigurava-se. Não é já o presidente do PSD mas o presidente do Conselho de Ministros, todo lançado na exaltação da obra, com a tónica no décimo quarto mês. E a câmara de televisão, subserviente a ouvir-lhe as palavras e a captar todo o folclore laranja - os balões, os bonés, as meninas que comiam gelados...

Pois, o PSD abriu a campanha eleitoral. Na televisão, claro, tudo se faz em função da TV. E os outros partidos? Esses ficam a ver navios. Ora bem...

E viva a televisão isental!

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Sucessos de Cavaco

«Somos o partido português mais bem apetrechado para garantir não só a estabilidade política e governamental, o clima de confiança, mas também a defesa dos interesses de Portugal, na Europa Comunitária», assim definiu Cavaco Silva o PSD, no comício, antontem à tarde, no Passeio Alegre, nesta cidade, de encerramento das comemorações do partido do Governo.

Para Cavaco Silva, que aproveitou a ocasião para tecer elogios à sua própria governação, acentuando que «o sucesso do PSD representa o sucesso dos portugueses e da estabilidade do País», «não podemos voltar ao tempo dos governos que apenas duravam nove meses, como não podemos voltar aos tempos em que ninguém queria investir no nosso país».

(«o diário», 4 de Junho)

## EDP

A greve efectuada pelos trabalhadores da EDP resultou no encerramento de inúmeros serviços de atendimento ao público durante o período da tarde de sexta-feira, segundo afirmou a Comissão Coordenadora. Esta paralisação, ao contrário de outras anteriores, não afectou o fornecimento de energia eléctrica, à excepção de casos pontuais por não reparação de avarias.

A greve que registou uma adesão superior a 90 por cento nos serviços de atendimento, e 70 por cento nos serviços de produção, foi convocada pelas estruturas sindicais afectas à CGTP e UGT em protesto «contra as intenções expressas pelo Governo de desmembramento e privatização de partes desta empresa pública».

Segundo a Comissão Coordenadora, esta paralisação visa ainda a «defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores ameaçados no contexto das pretensões do Executivo». Para os trabalhadores, segundo a Comissão, o desmembramento do sector eléctrico não trará benefícios para o País e para a população e desejam, por seu lado, a unidade da EDP e a melhoria dos serviços. Acrescentaram que a greve «cumpru os seus objectivos de avisar o Governo e a gerência da disposição dos trabalhadores para lutar pela unidade da empresa». O facto da greve não ter propósitos económicos, disse a Comissão, valorizou a adesão obtida.

(«Diário de Notícias», 3 de Junho)

## Linha de Sintra

Representantes da Comissão de Utentes da Linha de

Sintra afirmaram ontem que o plano de modernização desta linha ferroviária não está a ser cumprido. A Comissão, alegou que o Orçamento de Estado contempla, para tal fim, apenas 1,260 milhões de contos dos 3,5 milhões previstos para o biénio 1990/91. Já no biénio anterior não foram respeitadas as verbas previstas no plano de modernização, tendo sido aplicados apenas 665 mil dos 1,2 milhões de contos previstos, referiu a Comissão. Foi ainda sublinhado que a falta e degradação das infra-estruturas, o volume de tráfego, o reduzido número de composições em circulação e o atraso na aplicação de medidas de melhoramento foram apontados como causas directas dos acidentes que se verificaram na Linha de Sintra.

(«Diário de Lisboa», 5 de Junho)

## Temporário...

A segunda maior empresa de trabalho temporário no Mundo acaba de se instalar em Portugal. Trata-se, da Ádia, presente em 22 países com cerca de 1500 escritórios. No nosso país tem a designação de Ádia-Recursos Humanos e conta à partida com um capital social de 30 mil contos.

Mário Costa é o director-geral da Ádia-Recursos Humanos, Lda., que «arrancou» oficialmente no último dia de Maio numa cerimónia a que esteve presente Peter Muller, presidente da Ádia Internacional.

A Ádia foi fundada em 1957 na Suíça e dedica-se essencialmente às áreas de trabalho temporário e serviços de pessoal e de segurança.

A fusão do grupo Inspectorate Internacional com o grupo Ádia foi o acontecimento-chave de 1989 para a Ádia. Nesse ano os resultados foram considerados muito satisfatórios. Assim, na área de serviços as receitas foram de 3976 milhões de francos suíços, o que corresponde a um aumento de 34 por cento em relação a 1988.

Os lucros subiram também cerca de 34 por cento situando-se em 275 milhões de francos suíços. No entanto, os resultados líquidos de 1989 foram afectados pelas altas taxas de juro. A venda, em Outubro último, da participação maioritária na Harpener AG, à companhia Holding Industrial e Imobiliária pode contribuir para reduzir futuros custos financeiros.

Para as operações de trabalho temporário 1989 foi um ano excepcional, já que o crescimento rondou os 34 por cento em relação a 1988.

(«Diário Popular», 5 de Junho)

## Sorefame

Na origem deste conflito não estão em causa, como em tantas outras empresas em Portugal, os aumentos salariais ou a defesa da manutenção dos postos de trabalho. Pelo contrário, a Sorefame tem uma carteira de encomendas bastante boa e os seus trabalhadores conseguiram um aumento de 17 por cento no início deste ano. Aumento este insuficiente, se comparado com o dos quadros técnicos que, além dos 17 por cento, «levaram aumentos que foram até aos 50 contos».

As reivindicações estão, pois, relacionadas com a melhoria das condições de trabalho e, muito concretamente, com a defesa das promoções por mérito e da valorização profissional e com a exigência, já parcialmente aceite pela administração, mas ainda não aplicada, da redução do horário de trabalho.

Em conversa com o nosso jornal, Reis Garcia, membro da comissão inter-sindical da Sorefame, recordou que «no início deste ano acordámos com a administração, que esta se comprometia a apresentar até 31 de Março um estudo sobre a valorização profissional, e até agora ainda nada foi feito».

«Somos uma empresa com alto valor tecnológico e, porque há outras empresas do sector a oferecer melhores condições de trabalho e remunerações mais altas, temos vindo a assistir à fuga da Sorefame de profissionais altamente qualificados», contou-nos Reis Garcia, que acrescentou: «O que nós pretendemos é a reposição do valor remuneratório, face às capacidades profissionais que nós temos e que nos são exigidas pelas tarefas que desempenhamos.»

(«o diário», 4 de Junho)

## Deficientes

O presidente da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOD) disse sábado que «o Governo está de costas voltadas para os problemas dos deficientes já que não cumpre o que está preceituado na Constituição».

José Lampreia falava num colóquio realizado na FIL e integrado no 8.º Encontro Nacional de Deficientes que decorreu entre 26 de Maio e 2 de Junho.

Durante o colóquio, subordinado ao tema «Participar, Unir, Reintegrar», o presidente da UCNOD disse que os deficientes querem participar na transformação da sociedade e rejeitam situações de subalternidade.

«Continuam a sair diplomas que ferem a dignidade da pessoa humana e são contrários ao espírito da Constituição», disse Lampreia que acrescentou: «o decreto-lei sobre a aquisição de viatura própria para deficientes é um flagrante exemplo da marginalização a que querem votar os deficientes pois não é justo que os pais de uma criança com problemas tenham de se sujeitar a utilizar os transportes colectivos que temos».

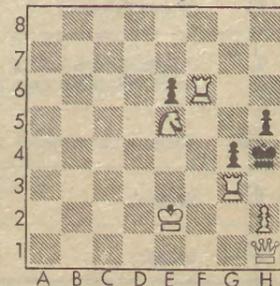
Para Lampreia os ventos não sopram de feição para os deficientes embora seja positivo registar a unidade e participação de todas as associações na luta pela melhoria das suas condições de vida.

(«o diário», 4 de Junho)

## Xadrez

CCLVI  
7 de Junho de 1990  
Proposição n.º 256/A  
Por: Sam Loyd  
«Buffalo Comm. Advertiser», 1890

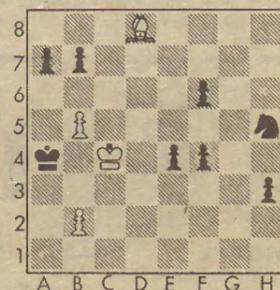
Pr.: [4]: Ps.é6, g4, h5-Rh4  
Br.: [6]: Ph2-C65-Ts.f6, g3-Dh1-Re2



Mate em 2 lances

Proposição n.º 256/B  
Por: O. Duras  
«Sachove Listy», 1901

Pr.: [8]: Ps.a7, b7-é4, f4, f6, h3-C5-Ra4  
Br.: [4]: Ps.b2, b5-B.d8-Rc4



Branças jogam e ganham

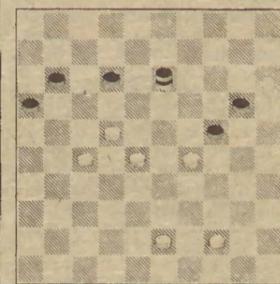
Soluções do N.º CCLVI  
N.º 256/A - (S.L.): 1. Da1, Rg5;  
2. Cf3++  
Se 1. Cd7?, Rg5?; 2. h4++, mas:  
1. ..., é5!  
N.º 256/B (O.D.): 1. B67, Ra5; 2. b3, a6; 3. Bd8+, b6; 4. b4+, Ra4; 5. b:a6 e g.

A. de M. M.

## Damas

CCLVI - 7 de Junho de 1990  
Proposição n.º 5  
Por: Mandury  
- 1770

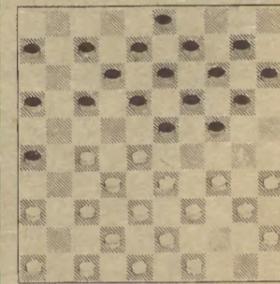
Pr.: [6]: 11-12-(13)-16-20-24  
Br.: [6]: 22-27-28-29-43-44



Branças jogam e ganham

Golpe n.º 256  
Por: Barteling  
- 1920

Pr.: [18]: 3-6-7-8-9-10-12-13-14-15-16-17-18-19-20-23-24-26  
Br.: [18]: 27-28-32-33-34-35-36-37-38-39-40-42-43-45-46-47-48-49



Branças jogam e ganham

Solução do N.º CCLVI

N.º 256 (M.): 43-49 (24x33), 22-17 (12x23), 39x8+  
N.º 256 (B.): 27-22 (18x27), 32x21 (23x41), 46x37 (16x27), 37-31 (26x37), 42x2=D+

A. de M. M.